ELISABETH JULISKA RAGO

O NACIONALISMO NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Profª. Drª. Estefania K. Canguçu Fraga.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA NOSSA SENHORA

PUC - SP

1 9 9 2

BANCA EXAMINADORA

Resumo

O objetivo da dissertação é, através da *análise imanente* do discurso de Alberto Guerreiro Ramos, explicitar os momentos principais do seu ideário nacionalista e desenvolvimentista, no período delimitado entre 1952 e 1966.

No primeiro capítulo são ordenados e sistematizados os pressupostos básicos para a criação de uma teoria político-social - a *sociologia nacional*. Busca-se evidenciar o universo de noções por onde se move o autor para formular o método da *redução sociológica*.

O percurso empreendido pelo sociólogo na busca de uma genealogia das idéias nacionalistas nos representantes do pensamento conservador no Brasil é o tema do segundo capítulo.

No último capítulo é apresentada a proposta de reforma do Estado e das instituições políticas, bem como a polêmica travada com o *ISEB*. Nas considerações finais questiona-se a possibilidade de que o ideário em questão não tenha se constituído em ideologia, tendo ficado prisioneiro do ardil politicista, na medida em que a alternativa proposta pelo sociólogo não se traduziu na forma programática.

Ao Pichon,

sempre

A Rita, Fábio e Guilherme,

verdadeiramente

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dra. Estefânia Canguçu Fraga minha gratidão pela firmeza carinhosa como conduziu a orientação desta pesquisa e pelo incentivo constante ao nosso esforço.

Quero deixar registrado um agradecimento muito especial a Antonio Rago Filho pela generosidade pessoal e intelectual com a qual pude sempre contar.

Ao Prof. Dr. Vladimir Bernik minha gratidão pelo apoio decisivo em tempos recentes.

Manifesto meu agradecimento à Vera Toledo Piza pelo árduo trabalho de revisão. A Ana Paula Pontes pelo auxílio e amizade demonstrados.

A banca examinadora meu agradecimento pela participação.

Agradeço, por fim, ao CNPq pela bolsa concedida durante a elaboração deste trabalho.

Abreviaturas utilizadas para referir as obras de Guerreiro Ramos

Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo	(CBAS)
Ideologias e Segurança Nacional	(ISN)
Introdução aos Problemas do Brasil	(IPB)
Introdução Crítica à Sociologia Brasileira	(ICSB)
A Redução Sociológica	(RS)
A Redução Sociológica, 2a. ed.	(RS2)
O Problema Nacional do Brasil	(PNB)
A Crise do Poder no Brasil	(CPB)
Mito e Verdade da Revolução Brasileira	(MVRB)
Administração e Estratégia do Desenvolvimento	(AED)

As citações de Guerreiro Ramos irão seguidas da abreviatura do título seguido do número da página correspondente.

INDICE

INTRODUÇÃO 1

Cap 1: PRESSUPOSTOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA TEORIA POLITICO SOCIAL : A SOCIOLOGIA NACIONAL 39

1.1 - A Sociologia dos contextos coloniais 53

1.2 - Crítica à sociologia acadêmica 64

1.3 - Consciência crítica e redução sociológica 70

Cap 2: O NACIONALISMO: IDEOLOGIA DOS POVOS PERIFÉRICOS 94

2.1 - Atualização da consciência militante 106

2.2 - Nacionalismos e o "verdadeiro nacionalismo" 129

Cap 3: O PROJETO POLITICISTA DE G.RAMOS 144

3.1 - Nacionalismo e elites dirigentes 147

3.2 - A sociedade política e sua composição 160

3.3 - Política de quadros e política de elites 164

3.4 - A crise do poder e do sistema partidário 178

CONSIDERAÇÕES FINAIS 191

BIBLIOGRAFIA 197

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos tem por objetivo recuperar os principais núcleos conceituais que dão sustentação ao ideário nacionalista de Alberto Guerreiro Ramos.

O procedimento adotado baseou-se no rastreamento dos seus textos e livros publicados entre 1952 e 1966, isto é, desde sua filiação ao *IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política*, atuação no *ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, rompimento e polêmica travada posteriormente com o instituto e publicação de **Administração e Estratégia do Desenvolvimento**, em 1966.

O entendimento da malha interna do discurso de Guerreiro Ramos, precisamente delimitado neste trabalho, aponta para uma produção datada e que, portanto, deve ser entendida dentro do contexto histórico determinado que a engendrou. Assim sendo, o ideário nacionalista em questão encontra sua base social nas condições históricas concretas do processo de industrialização capitalista brasileiro, verificado nas décadas de 1950 e 1960. Período conturbado da nossa história, aqueles anos representam

um momento crucial no Brasil, marcado pela expansão do capitalismo monopolista e a forte presença do capital externo, pela crise do poder político e intensificação das lutas sociais, e, de modo cabal pelo confronto entre as diversas posições nacionalistas.

A *análise imanente* do discurso do sociólogo baiano revelou algumas modulações temáticas, na medida em que, num primeiro momento (1952-1966), a sua produção teórica esteve voltada para a questão nacional *strictu sensu* e, num segundo, às questões ligadas às preocupações de caráter teórico mais amplo e ao desenvolvimento dos países latino-americanos, genericamente considerados. Isto justificaria o recorte temático e daria, a nosso ver, legalidade teórica à opção por discutir a fase de sua produção, onde a questão central é a tematização do desenvolvimento nacional, da perspectiva nacionalista e desenvolvimentista.

Escapa às nossas intenções a tematização do conjunto da produção dos pensadores isebianos. Nossa opção recai sobre a apreensão de uma dada tendência específica daquela produção, ou seja, desvendar as formas real e particular assumidas pelo ideário nacionalista de Alberto Guerreiro Ramos.

Caio Navarro de Toledo, em sua obra **ISEB: Fábrica de**

Ideologias, ao referir-se ao *Instituto Superior de Estudos Brasileiros*, afirma que "no interior da Instituição, apesar de hegemônica, a ideologia nacional-desenvolvimentista receberá tratamentos e compreensões que ora se identificam, ora se contrapõem" (p.18). Nessa direção, o esforço aqui empreendido visa resgatar o conteúdo especifico do projeto nacionalista de Guerreiro Ramos, por meio da *análise imanente* do seu discurso.

No que diz respeito ao campo teórico dentro do qual pretendemos nos mover, ainda que não tenhamos qualquer pretensão de nos alongarmos em considerações de caráter ontometodológico, dada a complexidade de tais questões e os limites deste trabalho, o certo é que não poderíamos deixar de indicar a postura teórica seguida para a apreensão e a análise do ideário nacionalista de Guerreiro Ramos.

A análise lukacsiana (1) das ideologias remete o objeto da investigação à totalidade do processo histórico-social. Reconhecendo uma autonomia relativa, todavia concreta, à produção espiritual, como é o caso do nosso objeto de pesquisa, a análise ontológica de ideologias compreende três momentos interligados e separáveis somente para efeito de

---

1. O trabalho pioneiro, no Brasil, no sentido da recuperação do procedimento ontometodológico da História na análise das expressões ideológicas, coube a J. Chasin. Ver: **O Integralismo de Plínio Salgado - forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio**, em particular pp.61-80.

estudo: *a análise imanente do discurso, a gênese histórico-social do pensamento e a sua função social.*

Nesse sentido, a análise imanente busca revelar a natureza específica de uma expressão ideológica, o que exige do investigador fidelidade às articulações internas do objeto estudado. O segundo momento trataria da remissão da análise imanente realizada, aos fundamentos reais do processo histórico-social que originou tal pensamento. No caso específico de que estamos tratando, Guerreiro Ramos elabora seu projeto nacionalista na década de 1950, momento preciso da objetivação do capital industrial no Brasil, como veremos adiante. E, por fim, a *função social* do pensamento traduz-se na identificação da perspectiva de classe do autor, uma vez que o pensador está irremediavelmente vinculado a uma determinada situação histórico-social.

Ao escrever sobre a natureza prático-social da ideologia, Ester Vaisman coloca uma precisa consideração a respeito da função social de uma ideologia: "Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social 'que caracteriza pelo menos aquelas (sociedades) da 'pré-história' da humanidade'(G.Lukács), ou seja, aquelas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, que por meio da ideologia conscientizam e enfrentam conflitos derivados

de seus interesses contrapostos". A mesma autora, todavia, apoiada em Georg Lukács, ressalta que o critério gnosiológico acerca da falsidade ou correção de um pensamento não faz por si só uma ideologia: "Algo, portanto se transforma em ideologia, não nasce necessariamente ideologia, e essa transformação depende de vir a desempenhar uma função precisa junto às lutas sociais em qualquer nível destas". Por esta razão, "Falar de ideologia em termos ontológico-práticos significa, portanto, analisar este fenômeno essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens" (2). Certamente a dificuldade em encontrar a *função social* está na captura das mediações sociais do complexo histórico no qual esse pensamento, socialmente produzido, desempenha ou não o papel de prévia ideação da vida cotidiana efetiva.

Nosso propósito é modesto, limitando-se à análise imanente do discurso de Guerreiro Ramos, onde se tenta a reconstituição dos momentos principais de sua proposta doutrinária. Tal opção não significa, no entanto, perdermos de vista a necessidade da elucidação dos momentos subseqüentes à análise dos conteúdos específicos do seu discurso, como já foi referido, empreitada que, por sua amplitude, transcende os limites desta dissertação e se projeta como etapa posterior de pesquisa.

---

2. VAISMAN, E. *A ideologia e sua determinação ontológica*, in **Ensaio** 17/18, SP, 1990, p.420-21.

Circunscrito o nosso propósito ao campo da idealidade, já que se restringe à apreensão de uma dada manifestação intelectual, contudo, trata-se de não perder de vista o tratamento ontológico das ideologias, uma vez que elas não têm uma história própria, mas são historicamente determinadas. E mesmo o que "nos parece e realmente é pessoal, realmente original, acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo (e por seu destino histórico)" (3), como nos alerta o filósofo húngaro Georg Lukács, referindo-se de um modo geral à produção filosófica.

Por outro lado, não sendo nosso propósito, nesta dissertação, recompor o quadro do desenvolvimento histórico-social brasileiro das décadas de 1950 e 1960, contudo, este aparece como plano básico, uma vez que a produção teórica de Guerreiro Ramos está geneticamente atada àquela realidade.

Por outro lado, caberia assinalar que subjaz à nossa análise a teoria da *via colonial*, ou seja, a forma particular de entificação capitalista no Brasil. Formulação devida a J. Chasin, "a via colonial da objetivação do capitalismo em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interferência de processo

---

3. **El Asalto a la Razon**, 3a. ed., Barcelona, Grijalbo, 1972, p.81.

revolucionário constituinte" (4). Isto significa que o *modo de ser e ir sendo* do capitalismo no Brasil não conheceu as transformações capitalistas de tipo democrático-burguês, como as que ocorreram na França ou na Inglaterra. Na formação social brasileira, a *modernização*, a nível político, teve lugar num quadro de conciliação ou de "reformismo pelo alto", sem a participação das massas populares, "de tal forma que o *novo* paga pesado tributo ao *velho*, no seu processo de emerção e vigência, o confronto entre as componentes agrária e industrial do modo de produção capitalista, no caso brasileiro, teria forçosamente que assumir modalidade específica; digamos assim, formas *abrandadas* e *veladas*." (5).

Em **Realismo & Anti-Realismo na Literatura Brasileira**, Carlos Nelson Coutinho atenta para esta particularidade, ainda que utilizando-se do conceito da *via prussiana* para explicar a forma de objetivação do capitalismo no Brasil. Suas palavras apreendem esta determinação geral do capitalismo brasileiro: "Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político,

---

4. CHASIN, J. *A Sucessão na crise e a crise na esquerda*. In Ensaio. SP, 17/18: 48, 1990.
5. CHASIN,J. **O Integralismo de Plínio Salgado**, p.619.

mediante um reformismo 'pelo alto' que exclui inteiramente a participação popular" (6).

O capitalismo brasileiro apresenta-se, assim, como uma singularidade histórica que o diferencia das formas *clássicas* de objetivação capitalista, constituindo-se numa forma não-clássica, ou melhor, numa forma particular de transição. Cabe frisar, a concepção da *via colonial*, por sua vez, contrapõe-se ao *caminho prussiano*, forma particular de constituição do capitalismo na Alemanha, na medida em que o capitalismo brasileiro não conheceu as determinações do trânsito do feudalismo ao capitalismo europeu, na forma como é concebido originalmente por Lênin e, mais tarde, por Georg Lukács na *via prussiana*, além do que a transformação capitalista não conhece apenas um único modo de objetivação.

No Brasil, o traço singular da industrialização, nesta forma de ser e ir sendo da *via colonial*, é a sua forma de constituição *hipertardia* e *subordinada* ao capital hegemônico. Na particularidade brasileira assume a forma de um *capitalismo hipertardio*, contrastado com os processos de industrialização das *vias clássicas* e *prussiana* posto que a presença concreta do capital industrial se dá de forma *ultra-retardatária* (7).

---

6. COUTINHO,C.N, **Realismo & Anti-Realismo na Literatura Brasileira**, p.3.
7. Segundo Francisco de Oliveira, "A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agro-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base

Por isto, "Sem revolução burguesa, o Brasil vem a ser a herança de uma unidade territorial e lingüística constituída na subsunção formal ao capital, através de uma sociedade escravista. Herança, por conseqüência, de uma forma desagregada, sem dimensão de sociabilidade nacional, identidade econômica ou cultural, a não ser a ficção da autonomia política" (8).

Desenvolve-se, assim, um processo segundo o qual a *modernização* se efetiva *sem ruptura*, gerando a mútua contraposição entre progresso social e a evolução nacional. Instaura-se um tipo de *capital atrófico* que, continuamente, exclui as massas populares das fontes materiais da vida social. Tolhida por tais limites históricos, a burguesia de extração colonial vê-se impedida de formular um projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

Ao contrário das *formas clássicas*, aqui, "A contraposição, sob as condições de existência geradas *na via colonial*, é ainda mais perversa, porque a evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias

---

urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos de participação da indústria na renda interna senão em 1956..." **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**, p.14.

8. CHASIN, J., *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, p.48.

sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais" (9).

Isto explica a natureza *autocrática das classes proprietárias* em nosso país, uma vez que ela procede de uma modernização sem ruptura, sem participação das classes subordinadas, cuja progressão sempre se faz pela *conciliação pelo alto*, ou seja, no plano político imediato com os pactos conservadores e na subordinação ao capital hegemônico mundial. Dado o vínculo estrutural entre a burguesia industrial e a agro-exportadora, o capitalismo brasileiro deixa intocada a estrutura latifundiária, ao mesmo tempo em que a acumulação industrial realiza-se sob a forma subordinada ao capitalismo financeiro internacional.

Esta é a razão pela qual a burguesia brasileira "Nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, porque só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve de desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi o seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins

---

9. CHASIN, J., *A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*, p.49.

foram sempre seus próprios fins particulares" (10).Importa assim considerar, que as formas da sociabilidade regidas pelo *capital atrófico* e o processo da acumulação subordinada, tal como se matrizam no Brasil, descartam a ilusão social de um capitalismo autônomo.

Em **A Ditadura em Questão,** Florestan Fernandes (11) foi lapidar ao escrever: "O parceiro forte não só sateliza o desenvolvimento capitalista; ele constitui o pólo hegemônico do processo e converte a associação em um duro processo de exploração crescente da 'economia' e da 'sociedade' hospedeiras. Estas se internacionalizam em vários níveis, em um caminho sem retorno, já descrito, com referência ao Canadá, como 'rendição silenciosa'. A apropriação dual do excedente econômico (ou seja, a apropriação do excedente econômico absorvido pela burguesia interna e pela burguesia externa ou 'estrangeira') sofre uma intensificação considerável, embora a drenagem dos recursos materiais e humanos da Nação *pobre e dependente* destitua a parceria de qualquer forma de equilíbrio ou de eqüidade".

A modernização ambicionada pelos isebianos e, mais especificamente por Guerreiro Ramos, esbarra, pois, na estrutura objetiva do *capital inconcluso e incompletável.*

---

10. CHASIN, J., *A Esquerda e a Nova República*, in Ensaio.SP, 14: p.X, 1985.
11. FERNANDES, F., **A Ditadura em Questão**, p. 101.

Dimensão esta que, na processualidade real, conhece, permanentemente, "uma *reciclagem do arcaico*, (...) e até mesmo a simples sustentação do espaço subalterno fica comprometida em sua estagnação" (12).

Sob essa forma de objetivação do capitalismo, como vimos, marcado pela sua tardia demarragem e a subsunção ao capital hegemônico, as classes proprietárias não efetivam a autonomia nem um Estado liberal-democrático. Isto porque a burguesia brasileira, pela sua debilidade estrutural, não pode realizar um projeto democrático burguês, optando sempre por formas autocráticas e exclusivistas de poder.

A ilusão da autonomia demarca assim todo um contingente de intelectuais que prisma a autonomia pelo pólo do capital subordinado. A integração nacional se põe e repõe pela lógica da integração subordinada, o que significa a permanente exclusão de parcelas sociais do universo da produção e reprodução da vida material.

Se examinarmos a questão da processualidade histórica até os dias atuais, veremos que o desenvolvimento nacional autônomo, buscado pelo ideólogo isebiano foi inteiramente ultrapassado objetivamente pela maior subordinação do país à modernização

---

12. CHASIN, J. *A sucessão na crise e a crise na esquerda*, p.41.

sem ruptura e excludente.

Numa obra recente, o economista Celso Furtado (13), examinando esta incompletude histórica, ainda que sob outro ponto de vista, aponta para o colapso da construção nacional: "A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente, isto é, quando ainda não se há realizado a homogeneização nos níveis de produtividade e nas técnicas produtivas que caracteriza as regiões desenvolvidas".

Ontem ou no presente, a mesma preocupação se repõe, qual seja, a possibilidade da suspensão dos dilemas e contradições da identidade nacional. Ainda que Guerreiro Ramos apanhe a superfície destas contradições, reconhecendo o caráter da subordinação, do subdesenvolvimento e da debilidade da burguesia industrial em promover o progresso social, o campo de suas alternativas inscreve-se na ilusão, historicamente determinada, da autonomia nacional.

Formulador e influenciador do núcleo dirigente do *IBESP-ISEB*,

---

13. FURTADO, C. **A Construção Interrompida**, p.24.

Guerreiro Ramos teve ampla participação no movimento nacionalista, revelando uma forte inclinação para a vida pública. Hélio Jaguaribe ressalta essa capacidade do autor baiano "de exprimir-se, por necessidade, como uma existencialidade aberta ao social" (14). Em agosto de 1952, participando das reuniões do *Grupo de Itatiaia*, formado por intelectuais cariocas e paulistas, Guerreiro Ramos engaja-se no movimento nacionalista. O *Grupo de Itatiaia* era assim chamado por se reunirem no Parque Nacional de Itatiaia com o consentimento do Ministério da Agricultura para discutirem as mudanças estruturais que vinham ocorrendo no Brasil. Segundo Alzira Alves de Abreu, "A decisão de constituir um grupo de estudos a fim de elaborar as diretrizes políticas para o desenvolvimento econômico, não pode ser compreendida senão dentro da perspectiva das mudanças que afetavam a sociedade brasileira. A industrialização acelerada, a diversificação e a especialização da população ativa exigiam soluções apropriadas e a elaboração de linhas diretrizes capazes de orientar o desenvolvimento" (15).

Portanto, os componentes intelectuais que vieram a constituir o *IBESP*, provêm daquela formação originária conhecida como o *Grupo de Itatiaia*. Segundo definição de Hélio Jaguaribe, *"O*

---

14. *Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra* in: **Revista de Administração Pública**, RJ, 17 (2): p. 88, Abr/jun. 1983.
15. ABREU, Alzira Alves de. **Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une Étude Sur L'ISEB**, Université René Descartes.Paris, 1975 trad. E.R.

IBESP era um centro de discussões sobre os problemas do Brasil e do nosso tempo. *Os problemas do nosso tempo, na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo* era o bonito lema da revista, de que chegaram a ser publicados cinco números, entre 1953 e 1956" (16). Nas palavras de Ignácio Rangel, "era preciso retomar o debate interrompido completamente, 10 ou 20 anos antes ..." com "homens especiais para fazer isso, porque, na realidade, estávamos reatando, reencetando o diálogo interrompido e no qual pouco depois, o país inteiro estaria envolvido" **(Simpósio Guerreiro Ramos,** p. 73). De fato, no decorrer dos anos cinqüenta verificou-se a ascensão do nacionalismo desenvolvimentista no Brasil. Na revista **Cadernos do Nosso Tempo** aparecem interessantes estudos de Guerreiro Ramos; um deles aborda *O Problema do Negro na Sociologia Brasileira* em 1954, e, no ano seguinte, *Semana de Estudos do Teatro Experimental do Negro e Declaração de Princípios*. Nesse mesmo ano, o autor publica *O Processo da Sociologia no Brasil - esquema de uma história de idéias*, onde já se percebe a preocupação em resgatar a tendência política da Sociologia, em particular Alberto Torres, Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Azevedo Amaral e outros.

Posteriormente em 1955, devido à necessidade de ampliação do alcance político das propostas de desenvolvimento em bases

---

16. JAGUARIBE, H. *Breves Reflexões sobre o Ibesp e o Iseb*, Jornal do Brasil, RJ, 25/9/1977.

nacionais, e, ao que tudo indica, da necessidade de formação de quadros dirigentes no país, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o *ISEB*, o qual pretendia formular um projeto de desenvolvimento nacional. Guerreiro Ramos permaneceu por um curto espaço de tempo nesta agência estatal, destacando-se como um dos seus principais ideólogos neste período. Instituição surgida como um prolongamento do *IBESP*, o *ISEB* esteve subordinado ao Ministério da Educação e Cultura desde a sua fundação em 14 de julho de 1955 até sua extinção em 13 de abril de 1964. Guerreiro Ramos foi parte integrante do seu núcleo formador, ao lado de outros "isebianos históricos": Hélio Jaguaribe, Alvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré. Os grupos nacionalistas contestavam as estruturas do passado, os setores retrógrados, as relações de subordinação ao capital estrangeiro e as formas culturais que lhes correspondiam.

"O *ISEB* constituiu, em seus primeiros anos (1955-1958), uma continuação das atividades do *IBESP*, dentro de condições de trabalho muito mais favoráveis e no âmbito de uma perspectiva mais restrita, concentrada na problemática brasileira e tratada de forma mais pragmática, visando ao estudo de políticas implementáveis", esclarece Hélio Jaguaribe (17), a quem se deve a idéia de constituição do Instituto Superior de Estudos

---

17. JAGUARIBE, H. *Breves Reflexões sobre o IBESP e o ISEB*. In: Jornal do Brasil, RJ. 25/9/1977.

Brasileiros. Havia uma estreita ligação entre os dois autores, cuja formação era muito próxima. Ambos foram influenciados pela filosofia alemã: o culturalismo de Jaspers, Ortega y Gasset, Max Weber e outros.

O livro mais importante do período isebiano é, sem dúvida, A **Redução Sociológica**. O autor combateu em vários textos o "marxismo-leninismo" (segundo ele por não expressar o pensamento de Marx) e, nessa obra, indica deliberadamente a filosofia da existência - K. Jaspers, E. Husserl, M. Heidegger, W. Dilthey - como sendo as influências mais marcantes em seu pensamento. Simon Schwartzman comentando a utilização feita por Guerreiro Ramos de autores existencialistas e fenomenólogos na elaboração de uma sociologia pragmática, aponta que "A França do após-guerra proporcionava, evidentemente, os ingredientes intelectuais para essa tentativa, graças à preeminência de Sartre, por um lado, e a Sociologia de base fenomenológica de Georges Gurvitch por outro. É aí que A **Redução Sociológica** encontra suas raízes, em seu esforço de chegar à fenomenologia alemã via seus divulgadores franceses, e como fundamentação para um novo tipo de ciência social autêntica, nacionalista e participante" (**Simpósio**...p.31).

A ideologia nacional-desenvolvimentista, enquanto projeto de totalidade, teve como base de apoio científico a interdisciplinaridade, uma vez que os intelectuais tinham por

objetivo alcançar a elaboração de uma *teoria global da sociedade brasileira*. E, nesse sentido, o *ISEB*, de fato, reunia estudiosos das diversas áreas: Sociologia, Economia, Filosofia e Política.

Ainda que a idéia de *modernização* em moldes estritamente capitalistas representasse a aspiração principal dessa *intelligentsia*, por outro lado, as diferentes posturas em relação ao nacionalismo, acabaram por determinar divergências internas entre os isebianos. Por essas razões, o *ISEB* não deve ser visto como um conjunto homogêneo; ao contrário, aquela instituição comportava uma gama variada de perspectivas teóricas, opções políticas e ideológicas, o que refletia, evidentemente, no tipo de desenvolvimento almejado por cada autor.

Diante da tarefa "revolucionária" de modernização do país, no caso específico de Guerreiro Ramos, a questão que se colocava era a opção por uma estratégia para acelerar o processo real de industrialização capitalista. Para isso, ele julgava necessário forjar um movimento de idéias, cujo objetivo principal seria dotar as categorias sociais brasileiras da consciência social nacionalista. A *consciência crítica* haveria de se materializar na organização do povo, na racionalidade produtiva e na eficiência política através da reorganização administrativa do

Estado.

Escapa aos objetivos desta pesquisa a elaboração de um perfil biográfico de Guerreiro Ramos, entretanto, considerando-se a ausência de estudos sobre o autor, faremos um roteiro de sua trajetória intelectual, de caráter introdutório, acreditando que isto possa lançar luzes sobre suas proposições ideológicas.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro da Purificação, Bahia, no dia 12 de setembro de 1915 e faleceu em Los Angeles, onde lecionava na Universidade do Sul da Califórnia, em 6 de abril de 1982, aos 67 anos de idade.

A inclinação para a literatura, a poesia, a filosofia e a música revelou-se desde a sua juventude. Colaborando na imprensa, na primeira metade da década de 1930, Guerreiro Ramos escreve artigos para o jornal O Imparcial de Salvador sendo "uma espécie de crítico literário" (depoimento, p.3). Nessa época recebeu a influência da revista francesa L'Esprit, fundada por Emmanuel Mounier. Mais tarde, o pensador baiano desloca-se para o Rio de Janeiro para fazer o curso de ciências

sociais não mais retornando a sua terra natal. Dando continuidade à carreira de jornalista Guerreiro Ramos empresta sua colaboração, posteriormente, aos jornais **Diário de Notícias, Última Hora, O Semanário** e **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro.

Antes mesmo de interessar-se pelas ciências sociais, foi culturalmente influenciado por Rainer Maria Rilke, Rimbaud, Kierkegaard, Berdiaeff, Jacques Maritain, Gabriel Marcel.

Seu primeiro livro, **O drama de ser dois** foi publicado em 1937, quando contava 22 anos e foi dedicado a Nikolai Berdiaeff. Segue-se a publicação de **Introdução à Cultura.** O gosto pela leitura o levou a colecionar muitos livros dos mais variados autores. "Através de Berdiaeff eu desenvolvi uma certa paixão pelos escritores russos: Soloviev, Tolstói, Turgueniev, Tchecov, Dostoievski, que eu li muito. Nessa primeira fase, eu era um pensador russo"(18). Ao que parece, encontrando dificuldades financeiras Guerreiro Ramos ensinava matemática para filhos de famílias abastadas; "Eu sou professor desde os 14 anos de idade. Era professor dos meus colegas, ganhava dinheiro" (**depoimento**, p.44), o que lhe garantia a compra de livros. Em sua entrevista ao CPDOC, Guerreiro Ramos esclarece que, naqueles anos da década de 1930, "Nós falávamos em

---

18. RAMOS, Alberto Guerreiro. **Alberto Guerreiro Ramos (depoimento, 1981).** Rio, FGV/CPDOC-História Oral.1985.64p.dat.(p.7).

Heidegger, antes de o resto do Brasil falar. Jaspers... Nós lançamos isso na Bahia. Nós tínhamos acesso direto. Antes de o Rio de Janeiro falar nas coisas, nós falávamos. Éramos eu e o Afrânio Coutinho, com quem não me dou hoje; briguei com ele" (p.8).

Lúcia Lippi de Oliveira, em seu estudo *Caminhos Cruzados...* aponta que "A década de 1930 assiste a um interesse pela cultura negra, manifestado tanto por intelectuais comprometidos com o movimento comunista, como também por outras figuras dedicadas a estudos mais 'acadêmicos'". Nesse campo de considerações, a autora afirma que o I Congresso Afro-Brasileiro foi realizado no Recife (1933), sob a coordenação de Gilberto Freyre; e o II Congresso Afro-Brasileiro foi realizado na Bahia (1937), organizado por Aydano de Couto Ferraz e Édison Carneiro. "A Bahia era considerada o campo de observação por excelência dos contatos entre brancos e negros", afirma (19). Embora Guerreiro Ramos vivesse em Salvador nestes anos, segundo a autora, fora conduzido por motivos de outra ordem, a engajar-se, nesta ocasião, no movimento integralista.

Percebe-se que a formação de Guerreiro Ramos é católica, tendo sido educado por um padre dominicano, Dom Bederkekaiser e que, segundo o autor, foi quem traduziu o primeiro missal do latim

---

19. OLIVEIRA, Lúcia Lippi em *Caminhos Cruzados: Trajetória Individual e Geração*, FGV, CPDOC, RJ, 1988.

para o português. "Estudei profundamente o tomismo, quando tinha uns 19 anos, 20 anos, através do Curso de Filosofia do Maritain, li várias vezes aquele compêndio" (**depoimento**, p.5). José Arthur Rios, condiscípulo de Guerreiro Ramos, além de Luiz Costa Pinto na Faculdade de Filosofia, afirma ter o sociólogo baiano atravessado "mutações intelectuais", bem como uma "crise de fé". Sobre as opções teóricas do sociólogo baiano, afirma que, "Enquanto outros sociólogos brasileiros, como Antonio Cândido trocavam a Sociologia pelo ensaísmo ou pela crítica literária, Guerreiro Ramos empreendeu a *démarche* inversa" (*Simpósio*, p.121). No final dos anos trinta Guerreiro Ramos participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia, ao lado de Isaías Alves, irmão do governador Landulfo Alves. Nas suas palavras, "uma das ironias da minha carreira é que eu me tornei um catedrático de sociologia sem ter nem mesmo o primeiro ano de ciências sociais" (*depoimento*, p.2).

O curso de Ciências Sociais foi concluído no Rio de Janeiro, na então Universidade do Brasil, em 1942. No ano seguinte concluía o curso de direito, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Assim sendo, o bacharel Guerreiro Ramos, por outra "ironia" lecionou, em seu exílio nos Estados Unidos, na escola de administação pública da Universidade do Sul da Califórnia, orientando estudantes para obterem o Ph.D, sem ter, ele próprio, o Ph.D. Seja como for, o autor nunca valorizou a

academia e indagava sobre a possibilidade de se formar um filósofo na escola. Parafraseando Emmanuel Kant, escreve em **A Redução Sociológica:** "Não há filosofia, há o filosofar". E ainda, "Filosofia é um negócio que transcende ao Ph.D" (**depoimento**,p.49).

Nomeado para o serviço público em 1943 como técnico de administração do *DASP*, aí permaneceu por aproximadamente vinte anos. Publicou um ensaio de Sociologia do Conhecimento, elaborado para o concurso do DASP, *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*, pela editora do *DASP*, em 1950 e vários estudos na **Revista do Serviço Público**, incluindo um artigo sobre Max Weber. Note-se que foi um dos primeiros a escrever sobre Max Weber no Brasil, tendo lido os livros do autor alemão no original. Ele reconhece a marcante influëncia daquele sociólogo no seu pensamento: "Max Weber é outra grande influëncia sobre mim, junto com Durkheim, Mannheim..." (**depoimento**,p.16). Através da leitura de Max Weber, Guerreiro Ramos, como conseqüëncia, aprofunda seus conhecimentos de Sociologia e se dispõe aos estudos de Economia e Teoria da Organização. Dedica-se também ao estudo da sociologia norte-americana, porém, mais tarde irá combatë-la.

O autor foi um dos fundadores da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (*EBAD*) em

1952, aí lecionando a cadeira de Sociologia até o momento de sua cassação. O livro **Administração e Estratégia do Desenvolvimento** foi publicado pela Editora da FGV, em 1966.

Em 1951, Guerreiro Ramos, sem ter deixado o *DASP*, atua na Casa Civil da Presidência da República, como assessor do Conselho de Desenvolvimento do Ministério de Viação e Obras Públicas, ao lado de Rômulo de Almeida, chefe da assessoria econômica de Getúlio Vargas, além de Jesus Soares Pereira e Ignácio Rangel. Ao que parece o interesse pela *coisa pública*, mais precisamente, pelo *modus operandi* do governo brasileiro decorre dessa experiência na assessoria na Casa Civil. "Foi por esse tempo que começou também o seu namoro com o trabalhismo e com uma ideologia da negritude que, até então, não parecera levar muito a sério", observa José Arthur Rios (**Simpósio...** p.122). Em 1950, meditando sobre a questão racial no Brasil, negro que era, Guerreiro Ramos anima-se a fazer uma revisão da literatura sobre o assunto, levado pela necessidade de verificar em que medida o negro seria um *problema* na *sociedade* brasileira ou na *sociologia* formulada do ponto de vista da *patologia do branco*. Assim sendo, participa ativamente do I Congresso do Negro Brasileiro organizado pelo Teatro Experimental do Negro, em 1950, no Rio de Janeiro, ao lado de Abdias do Nascimento, de quem se tornara muito amigo. Apresenta neste congresso um trabalho que será publicado em Introdução

Crítica à Sociologia Brasileira (1957), intitulado *Esforços de Teorização da Realidade Brasileira politicamente orientado de 1870 a nossos dias*". Tecendo algumas considerações sobre a *sociologia do negro* em Guerreiro Ramos, Simon Schwartzman afirma: "O que Guerreiro Ramos propõe em troca é uma sociologia do negro feita pelo próprio negro, a partir da assunção de sua condição racial, a partir de uma tomada de consciência de sua negritude. Essa proposta de Guerreiro Ramos antecede em décadas a difusão de uma atitude militante dos intelectuais negros do país, ainda que seja contemporânea, e sem dúvida inspirada na defesa da negritude que então surgia na Africa francofona, e que tinha sua contrapartida no Brasil, no Teatro Experimental do Negro, com o qual Guerreiro Ramos mantinha contatos próximos" (Simpósio ...p.32).

O interesse do autor pelos problemas brasileiros amplia-se consideravelmente nos anos cinqüenta, fazendo com que ele percebesse as mudanças ocorridas no Brasil, em particular depois de 1930, marco teórico de suas reflexões sobre o sistema político-institucional, privilegiando o processo de industrialização e urbanização nas reflexões sobre o Brasil num período marcado por mudanças no sistema produtivo que tiveram, conseqüentemente o quadro político e social brasileiro modificado dos anos de 1930 em diante. O sociólogo participa ativamente da direção do departamento de Sociologia do *ISEB*,

ministrando cursos e conferências sendo escolhido para ministrar a conferência inaugural do *ISEB, A Problemática da Realidade Brasileira*, em 1955. Nesse estudo o autor discorre sobre o "impasse" vivido entre a *sociedade moderna* e a *sociedade arcaica*, esta última caracterizada por uma organização político-social totalmente ultrapassada e comprometida com soluções de tipo clientelístico ainda vigentes, carecendo de uma forma de organização político-institucional que correspondesse à fase do desenvolvimento capitalista industrial. Depois de três anos, em dezembro de 1958, o fundador e chefe do departamento de Sociologia do *ISEB*, deixa o Instituto por claras divergências políticas com Hélio Jaguaribe, a quem se deveu a idéia de constituição desse centro de altos estudos. A crise entre ambos originou-se da discordância, ao que parece, de Guerreiro Ramos quanto ao conteúdo do livro de Jaguaribe, **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**, no qual o autor defendia a utilização de recursos estrangeiros na economia brasileira.

Em **A Verdade sobre o ISEB**, um ex-membro daquela Instituição, Nelson Werneck Sodré, relata que "Além da heterogeneidade ideológica e política de seus quadros, o *ISEB* encerrava, para agravar a situação, uma competição de prestígio entre professores"(20). A exemplo dessas divergências, o historiador

---

20. **A Verdade sobre o ISEB**, p.36.

aponta que Hélio Jaguaribe "Estava ligado a Roberto Campos, isto é, o que de pior contava a reação brasileira e o governo Juscelino Kubitschek", e, por outro lado, a corrente oposta era liderada por Guerreiro Ramos (p.37).

Werneck Sodré ressalta a forma anti-ética como o intelectual baiano enfrentou o que supomos fossem para ele ameaças ao nacionalismo, gerando, de fato, uma crise interna no ISEB. Assim sendo, referindo-se à crise de 1958, o autor afirma que Guerreiro Ramos teria mobilizado a *União Nacional dos Estudantes* contra o conteúdo do livro de Hélio Jaguaribe; "tratava-se de voltar a opinião pública contra Hélio Jaguaribe. Mas tratava-se, também, da colocação pública e violenta da cisão no ISEB" (p.40). O *nacionalismo* teria sido um instrumento através do qual Guerreiro Ramos ocultava suas motivações reais para derrotar o ex-amigo. Nessa linha, declara que Guerreiro Ramos teria levado o livro de Hélio Jaguarive à *UNE* incitando a "manifestação daquela entidade, como mobilizou, com habilidade incontestável, setores diversos, para lançá-los na sua guerra particular" (p.36).

Sodré ressalta que, "Talentoso, culto, imensamente vaidoso e decidido a empregar todos os meios na missão que se propusera, Guerreiro Ramos foi à *UNE* e mostrou o livro de Hélio Jaguaribe,

que ainda não entrara em circulação, chamando a atenção da diretoria, de posição marcadamente nacionalista, para a traição que estava sendo perpetrada, logo no ISEB, que todos supunham baluarte nacionalista" (p.38). Em apoio a Guerreiro Ramos, uma vez que este se apresentava como defensor da causa nacionalista, a *UNE*, através do seu presidente em exercício, Modesto Justino de Oliveira, enviara um ofício à direção do *ISEB*, a qual estava sendo exercida interinamente por Nelson Werneck Sodré, pedindo esclarecimentos à respeito do "livro dos trustes estrangeiros", contra o qual teria se voltado a "opinião pública" (p.34). Tal questionamento girava em torno da "necessidade e importância de vigilância para a manutenção do monopólio estatal do petróleo, uma das grandes conquistas do nosso povo" (p.34-5). A interpelação da *UNE* era insólita, segundo Sodré, uma vez que tal publicação não havia sido colocada no mercado até aquele momento. Na sua interpretação, tratava-se de uma manobra divisionista: "Guerreiro Ramos decidira - por razões pessoais, que lhe pertenciam, mas que conservava ocultas, sem tratar com ninguém sobre isso, mesmo porque teria sido inviável - destruir Hélio Jaguaribe e, conseqüentemente, expulsá-lo do ISEB" (p.37).

Descartando a explicação de que o sociólogo baiano teria assim agido em nome da "fidelidade a uma posição política" (p.39), o historiador afirma que suas motivações eram outras, ou seja, a

"rivalidade intelectual" em relação a Hélio Jaguaribe, "figura humana estimável" e "professor de inegáveis dotes" (p.37).

O que é interessante observar nesta avaliação de Nelson Werneck Sodré é que a crise interna do *ISEB*, além de ter debilitado o Instituto, prestou grande serviço "à reação e particularmente ao imperialismo" (p.39). A posição da *UNE*, embora legítima, uma vez que se colocara em defesa do nacionalismo, teria *ingenuamente* favorecido a manobra divisionista. Assim sendo, "Abria uma crise no *ISEB* justamente no momento em que ele estava sob o fogo concentrado da reação". E, ainda, "Situava o ISEB não como entidade científica, mas como entidade política, de posição definida, enquanto tal, em todos aqueles problemas arrolados no ofício de interpelação" (p.35). É certo também que Werneck Sodré insere a crise interna do *ISEB* dentro da crise geral brasileira daqueles anos finais da década de 1950. Como sabemos, a opção de Juscelino Kubitschek recaiu sobre um modelo de desenvolvimento associado aos capitais externos, atingindo o movimento nacionalista e gerando grave crise nacional.

Depois da ruptura com o *ISEB* Guerreiro Ramos dá início a uma polêmica contra "O Santo Ofício do Nacionalismo". Mito e Verdade da Revolução Brasileira (1963) e a Crise do Poder no Brasil expressam, de algum modo, o repúdio de Guerreiro Ramos contra o *ISEB*. Interrogado sobre o tipo de atuação pretendido

pelo *ISEB*, Guerreiro Ramos responde que, "Nós queríamos ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro .... Nossa referência era o Colégio de França, e era exatamente isso que me apaixonava. O Colégio de França é um órgão de pesquisa". Entretanto, conclui que "O Iseb foi uma grande intenção, que não encontrou pessoas à altura", muito provavelmente pensando nos desdobramentos posteriores do *ISEB* e que ele tanto criticou (**depoimento**, p.32).

No ano de 1960 empreende uma viagem de estudos de três meses à China e à União Soviética. Ao retornar ao Brasil demonstra, em vários artigos publicados em jornais, a sua aversão ao regime soviético, recebendo, em contrapartida, os ataques dos comunistas brasileiros. "Passei três meses lá, uma chatice, uma conversa puramente ideológica. Eu ia às bibliotecas e não via nem um Marx; eles só conhecem **O capital**. Um primarismo" (***depoimento***, p.25).

Referindo-se a campanha "sectária" feita contra ele nos anos de 1960 por grupos nacionalistas e pecebistas, escreve no prefácio de **Mito e Verdade da Revolução Brasileira**: "No presente livro procuro transmitir experiência de estarrecimento ante o insólito fato de se ter constituído no Brasil uma 'esquerda' contra-revolucionária, cujo suporte é a metafísica da revolução, uma 'esquerda' que se mobiliza para desmoralizar

patriotas, recorrendo à má-fé sistemática e consciente" (p. 15).

Ao que parece, o sociólogo baiano enfrentou muitas dificuldades no Brasil: falta de condições econômicas, adversidades no meio acadêmico, na política, além do preconceito racial. Segundo sua própria declaração, só veio a ter uma *casa* nos Estados Unidos onde viveu com a família, desde 1966 até o fim de seus dias. No Rio de Janeiro, "Eu morava num convento, ali na rua das Laranjeiras. Tem uma igreja ali, dos padres, e eu aluguei um quarto enorme. Ficava retirado ali" (**depoimento**,p.16). José Arthur Rios, participando do **Simpósio Guerreiro Ramos**, recorda que o sociólogo baiano "Carregava (seus) livros por uma série de moradas fantásticas no âmbito do Catete e do Cosme Velho, casarões de colégios ou entidades eclesiásticas com as quais, apesar de descrente, mantinha relações diplomáticas. Lembro-me, por exemplo, nitidamente de um quarto de empréstimo, onde morou, em Laranjeiras, nos fundos de uma vasta habitação meio desabitada" (**Simpósio**...p.121).

Em 1962 engaja-se na política partidária. Ao empenhar-se na campanha eleitoral que o levou à Câmara Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, em outubro desse mesmo ano, Guerreiro Ramos pode aprofundar seus conhecimentos do processo político nacional. Eleito como suplente, foi, pouco tempo depois,

cassado em 1964.

Guerreiro Ramos revela ter se tornado amigo de João Goulart e redigido alguns discursos para o então ministro do trabalho. "Aí eu já tinha profundas ligações com os políticos do PTB: Sérgio Magalhães, Baby Bocaiuva, Almino Afonso, a cúpula do PTB" (**depoimento**,p.28). Por volta de 1963, seu livro **Mito e Verdade da Revolução Brasileira** foi proibido. De sua experiência parlamentar resultou uma coletânea de discursos, "Projetos e pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados" (agosto de 1963 a abril de 1964).

Coincidindo com a data de publicação de **Administração e Estratégia do Desenvolvimento** (1966), Guerreiro Ramos embarca para os Estados Unidos, onde permanece até o ano de sua morte. Anistiado em 1979, não mais retorna ao Brasil. Em uma carta, dirigida à Beatriz Wahrlich, Guerreiro registra que: "Como intelectual, talvez pudesse sobreviver, se minha especialidade fosse folclore ou alguma coisa assim, da ordem da filatelia. Todavia, minha especialidade são assuntos políticos" (**Simpósio**...p.153). Seu último livro publicado, **A Nova Ciência das Organizações** (1981), foi escrito em inglês e traduzido para o português.

Neste delineamento do perfil intelectual do autor, não

poderíamos deixar de registrar que Guerreiro Ramos, enquanto um autodidata no âmbito da Filosofia, teve muitos mestres, o que irá refletir o ecletismo de suas proposições. Não deixou discípulos declarados e suas obras não foram reeditadas até hoje, mas o legado de seu pensamento é parte integrante da consciência social que se materializou através do ISEB num determinado período de nossa história.

O levantamento da bibliografia sobre o autor revelou a existência de alguns artigos, resenhas, entrevistas publicadas em jornais que, em seu conjunto, privilegiam apenas alguns aspectos da obra de Guerreiro Ramos. Constatou-se, assim, a precariedade de estudos que percorram internamente o seu discurso particular e que recuperem o que há de essencial em seu pensamento. Por outro lado, existem alguns importantes trabalhos sobre a produção teórica do *ISEB*, do qual Guerreiro Ramos participou ao lado de outros intelectuais. Essas análises, a partir de uma perspectiva crítica, apontam para os mecanismos de dominação burguesa presentes nesse todo doutrinário produzido pelos isebianos.

Ainda que não faça parte deste estudo uma análise crítica da bibliografia sobre o assunto, indicamos, na seqüência, alguns dos trabalhos pesquisados, tendo por objetivo assinalar a

importância dessas contribuições, bem como demarcar a diferença de perspectiva aqui pretendida.

O livro de Caio Navarro de Toledo (**Iseb: Fábrica de Ideologias**) é, a nosso ver, a principal obra acadêmica produzida até os dias atuais com vistas à crítica sistemática do discurso isebiano. Resultado de uma tese de doutorado busca, a partir da diversidade de tendências que compunham aquela Instituição, mantida e criada pelo Estado, compreender os conceitos e noções que dão nexo e uniformidade a esse todo doutrinário. O autor investiga a produção isebiana no período de 1956 a 1960, o período chamado de *desenvolvimentismo*, ou seja, os anos do governo de Juscelino Kubitschek.

Um núcleo importante da análise de Caio Navarro de Toledo, refere-se às *fontes filosóficas* que orientaram a produção isebiana. O autor aponta para imprecisões, limites e contradições da ideologia nacional desenvolvimentista. A falta de precisão teórica, os isebianos somariam ainda o esvaziamento dos conceitos originais emprestados ao *existencialismo* e a *fenomenologia*, quanto ao sentido inicial em que foram concebidos. Por trás de todas as articulações e imprecisões, Caio Navarro de Toledo aponta para os mecanismos de dominação burguesa presentes naquele pensamento. O ISEB é definido como sendo uma "fábrica de ideologias" à serviço de interesses pré-

determinados.

É nessa mesma direção que aponta o artigo de Maria Sylvia Carvalho Franco, *O Tempo das Ilusões* e que representa uma crítica contundente contra o pensamento produzido no interior do *Iseb*. Inspirada no estudo de Caio Navarro de Toledo, ressalta o caráter autoritário daquela produção. Segundo a autora, a idéia de que o desenvolvimento industrial moderno seria "benéfico para todas as classes, como motor do progresso geral..." (p.200) e, que criaria assim "o melhor dos mundos possíveis", pertence ao "domínio da ilusão", trata-se, no seu entender, de uma utopia burguesa. Tanto quanto a obra de Caio Navarro de Toledo, o artigo a que nos referimos são referências obrigatórias para o entendimento do conjunto da produção isebiana.

Alzira Alves de Abreu é autora de uma tese de doutorado defendida na Université René Descartes, Paris, 1975, intitulada **Nacionalisme et Action Politique au Bresil: Une Etude Sur L'Iseb**. Neste estudo a autora classifica o *ISEB* enquanto um "groupe d'intérêt". A autora aponta que esses grupos teriam por objetivo influenciar os "centros de tomada de decisão" políticas e não aspirariam ao "controle" do poder. Evidentemente, os grupos assim constituídos, expressariam interesses de setores determinados da sociedade, interferindo

em todas as esferas do processo político. No caso específico do *ISEB*, o objetivo era influenciar decisões relativas à aceleração do processo de desenvolvimento brasileiro. Segundo Alzira Alves de Abreu, a ideologia nacional desenvolvimentista marcou o processo político brasileiro desde a morte de Getúlio Vargas até a queda de João Goulart, em 1964.

A publicação do *Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra* representa uma significativa contribuição, na medida em que oferece ao leitor um painel das preocupações teóricas e práticas de Guerreiro Ramos, consituindo-se em ponto de partida para a compreensão e aprofundamento de temas por ele tratados.

A importância do *Simpósio* reside no fato de que, a partir dos debates levados a cabo pelos intelectuais presentes, reconstrói a trajetória intelectual do autor, apontando para os vários aspectos assumidos pela sua obra. Por outro lado, a nosso ver, avançam pouco no que se refere à análise crítica do campo teórico em que se move o sociólogo baiano. Por serem falas pontuais e fragmentadas, pronunciadas no contexto específico de uma homenagem póstuma, não nos autorizam a estabelecer demarcações rígidas quanto ao referencial teórico dos diversos discursos presentes. De qualquer modo, não constituem um campo homogêneo, dada a diversidade de perspectivas dos participantes.

Desses trabalhos destacaríamos aqueles que estão mais diretamente relacionados à obra sociológica de Guerreiro Ramos.

Nesse sentido, em seu trabalho apresentado como contribuição ao *Simpósio G. Ramos*, Lúcia Lippi de Oliveira ressalta o "sentido profético" da obra do sociólogo baiano. A seu ver, os temas de Guerreiro Ramos referem-se a uma "sociedade em transição", como a brasileira dos anos 50. Seu estudo aponta para as influências do "historicismo" e da "vertente iluminista" no pensamento do autor. Realça, ainda, a "coerência e continuidade" na obra estudada. Não obstante o sentido profético percebido pela autora nos escritos do sociólogo, ela aponta para o fracasso nas tentativas científicas de "salvação", que se transformaram em políticas públicas, e que "hoje, talvez, estejamos naquele momento de descrença em relação a qualquer saber como instrumento de salvação" (p. 20).

Simon Schwartzman, ao avaliar a produção teórica de Guerreiro Ramos aponta que esta "é principalmente crítica mas de poucos resultados. Ele não prezava o produto intelectual enquanto tal, e seu projeto político, por razões históricas que conhecemos, não foi muito adiante" (p.32). No seu modo de ver, a trajetória de Guerreiro Ramos mostra a inviabilidade no sentido de se construir um projeto político a partir de um plano intelectual. De tal modo que, "Guerreiro Ramos acaba

ficando sem uma obra sociológica mais consciente (sic), e sem uma carreira política mais significativa" (p.32). Ressalta, ainda, que "é na crítica de Guerreiro Ramos à sociologia do negro, e suas propostas em relação a ela, que ele leva mais a frente sua visão" (*Simpósio*...p.31).

Vanilda P. Paiva, autora da obra **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**, dedica-se à análise das influências filosóficas sofridas pelos isebianos. A seu ver, a produção intelectual do autor teria sido marcada pelo existencialismo. Assim sendo, a "redução sociológica" seria uma espécie de tentativa de reduzir o existencialismo do plano do indivíduo para o plano da nação" (*Simpósio*...p.83).

Este mesmo aspecto é ressaltado por Hélio Jaguaribe. Sendo assim, aponta que a transposição feita por Sartre, "da categoria de autêntico para o processo político, encontra-se precisamente na obra de Guerreiro Ramos". Referindo-se ao *ISEB*, relembra que o "grupo central", o qual incluiria o sociólogo baiano, teria buscado superar o "positivismo lógico" e o "marxismo" (*Simpósio*...p.90).

Isto posto, damos continuidade à exposição, voltando o foco de nossa atenção ao exame dos principais elementos constitutivos da sociologia nacional na propositura de Guerreiro Ramos.

capítulo 1

PRESSUPOSTOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA TEORIA POLITICO-SOCIAL: A SOCIOLOGIA NACIONAL

Neste capítulo apresentamos os fundamentos gerais da concepção de **sociologia nacional** em Guerreiro Ramos, cuja principal característica é a sua *dimensão política.* Nela se englobam os principais pressupostos que dão sustentação à elaboração de sua propositura ideológica: *o nacionalismo, o desenvolvimento,* com ênfase na industrialização, enquanto categoria sociológica, o *papel das ciências sociais* e da *intelectualidade no processo histórico-social* no período de 1950 e 1960 no Brasil.

Em agosto de 1952, participando das reuniões do *Grupo de Itatiaia,* o autor engajou-se no **movimento nacionalista,** o qual no ano seguinte, transformou-se num instituto de estudos brasileiros - o **IBESP** (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), embrião do **ISEB,** (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), integrando seus quadros desde a fundação em 1955, ao lado de outros "isebianos históricos". Guerreiro Ramos permaneceu por um curto período de três anos nesta agência estatal, destacando-se como um dos seus principais ideólogos neste

período. Todavia, por motivos políticos, desligou-se, definitivamente, daquele Instituto em 1958.

É de se notar que, ao presidir a Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais do II **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA**, em julho de 1953, imbuído dos ideais nacionalistas vigentes naquele período histórico, Guerreiro Ramos travou uma polêmica acirrada com vários sociólogos brasileiros, os quais divergiam das idéias por ele defendidas na ocasião. Desta "polêmica" resultou uma série de nove artigos publicados entre julho e outubro do mesmo ano, pelo **Diário de Notícias** do Rio de Janeiro, onde transparece o seu profundo *descontentamento* com os rumos da ciência social no Brasil, como veremos adiante. Por serem textos elucidativos da concepção que foi designada pelo sociólogo, em 1958, como *redução sociológica*, constituir-se-ão material básico utilizado neste capítulo (21). Nesses artigos encontra-se estampado o processo de gestação de uma concepção de sociologia, que irá ganhando amplitude ao longo das décadas de 1950 e início dos anos de 1960.

---

21. Os referidos artigos publicados no **Diário de Notícias** do Rio de Janeiro, 26 jul.1953 a 04.out.1953, deram origem ao livro editado sob o título **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo**, RJ, s/ ed., 1954, sendo re-editado em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**, RJ, Editorial Andes, 1957. Ainda em 1954, publicou dois artigos, *Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil*, Sep. da **Revista do Serviço Social**, n.72, ano XIV,SP,1954 e *O Regionalismo na Sociologia Brasileira*, **Revista do Serviço Social**, n.74, ano XIV,SP, 1954, e finalmente expõe em **A Redução Sociológica**, RJ, ISEB, 1958, sua proposta política e metodológica na forma de *leis da redução sociológica*.

A primeira metade da década de 1950 foi um momento particularmente fértil na trajetória de Guerreiro Ramos, em que se ocupa especificamente da **sociologia nacional**, dando início, inclusive, à releitura do pensamento conservador nas décadas de 1920 e 1930, buscando, ao que tudo indica, elementos configuradores da ideologia nacionalista.

A compreensão da sociologia nacional em Guerreiro Ramos subentende a identificação dos elementos incorporados à tradição do pensamento de 1930. Assim sendo, dedicaremos o segundo capítulo desta dissertação à reconstituição do diálogo mantido, em particular, com Alberto Torres e Oliveira Vianna. Não obstante tal concepção de sociologia ter adquirido espessura ao longo dos anos 50, ainda assim, permaneceu marcada por uma certa incompletude, na forma em que foi exposta em **A Redução Sociológica**, (1958). Nesta obra, o sociólogo propõe o método redutor, o qual representa uma tentativa de adaptação de teorias estrangeiras à singularidade nacional.

Em primeiro lugar, e antes mesmo de examinar a elaboração de Guerreiro Ramos da sociologia nacional, convém evidenciar um conjunto de questões indispensáveis para a devida compreensão do seu objeto específico. O problema fundamental para o autor, consistiu na tematização da sociologia nacional, enquanto saber científico, objetivando a

fundamentação teórica da *ideologia do desenvolvimento nacional*. O **nacionalismo** vem a ser, para Guerreiro Ramos, uma ideologia essencialmente fundada na *razão* (**PNB** p.255) e não visaria às formas de implementação das transformações econômicas, que consolidariam a nova ordem do capital, nos anos de 1950 e 1960 no Brasil. Essa ideologia nacionalista tinha por objetivo atribuir uma **nova racionalidade** a uma **vanguarda política (nacionalista)**, para que pudesse exercer o papel de dirigente do processo de desenvolvimento industrial em curso naquele período histórico-social. O Brasil já teria uma estrutura industrial minimamente desenvolvida para promover uma articulação interna, no sentido de satisfazer às necessidades de um recente mercado nacional. Nessas condições, o processo de desenvolvimento não poderia transcorrer de modo *espontâneo*, sem uma "liderança lucidamente exercida pelos seus quadros dominantes" (**PNB**,p.245).

Guerreiro Ramos assume uma posição muito particular frente à questão da liderança do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para ele, a burguesia industrial brasileira era a classe dominante; entretanto, faltava-lhe a **consciência** das necessidades orgânicas da sociedade como um todo. Face à debilidade do amadurecimento ideológico da burguesia nacional, esta não poderia ser ainda a *classe dirigente*. No seu modo de ver, "Essa debilidade ideológica dos que detém o poder econômico propaga-se ao domínio governamental e

politico-partidário, levando a Nação a uma atitude timorata, a realizar medidas e adotar diretrizes aquém de suas efetivas possibilidades" (PNB,p.18). Naquele momento histórico específico, as **decisões politicas** teriam de ser prioritárias em relação a quaisquer outros fatores, na medida em que a **revolução brasileira** transcorria sem *protagonistas conscientes* (PNB,p.245) do empreendimento que representava a ruptura com o subdesenvolvimento, ou seja, a *emancipação nacional*. Desse modo, estaria justificada a necessidade da mediação de uma *intelligentsia* imbuída de uma *ética de responsabilidade*, disposta a intervir através do **esclarecimento** junto aos políticos e administradores, para que estes impulsionassem o processo "revolucionário".

Por outro lado, Guerreiro Ramos estava interessado numa ampla mobilização popular que pudesse respaldar, do ponto de vista eleitoral, o projeto desenvolvimentista, acreditando que, somente a opção pelo nacionalismo teria forças para despertar as massas populares para o projeto político de superação do *colonialismo*. As transformações no padrão de acumulação do capital estariam resultando na substituição da *etapa de complementaridade* (relação entre *metrópole e periferia*), pela *industrialização substitutiva de importações*. Na *etapa complementar* a colônia, sendo um *instrumento da metrópole*, não poderia propiciar uma coexistência propriamente histórica. Ao contrário, esta inviabilidade era a consequência natural de uma economia

baseada na exportação de produtos primários. Porém, a partir do trânsito para uma nova base capitalista, os povos dos contextos subdesenvolvidos começavam a reagir contra o colonialismo.

O conceito de **nação** é concebido pelo autor enquanto "forma política do período moderno da história" (MVRB,p.208), isto é, como uma consequência da intensificação da economia capitalista brasileira. Posto que a presença do **povo** na realidade contemporânea representava um *fato inédito* no país, tornava-se urgente a tarefa de criação de uma *cultura nacional*, isto é, do nacionalismo-desenvolvimentista, que viria aglutinar as massas populares sob um mesmo ideal, cuja essência se constituiria na *consciência política popular*. Segundo o autor, "A conversão de um espaço geográfico à forma nacional é comparável ao fenômeno do nascimento de uma cultura (...). A nação, como unidade histórica dotada de sentido ou campo inteligível, nada mais é do que a forma particular de uma configuração espácio-temporal que surge onde quer que um agrupamento humano se alce da existência bruta à existência significativa, da condição puramente natural à condição histórica, de um modo de ser inferior a outro superior" (PNB,p. 29). O conceito de povo é importante, no pensamento do autor, na medida em que é o elemento que dará concretude à nação brasileira. "O povo é um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma

tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins" (PNB,p.228). Tenhamos presente também que, segundo Guerreiro Ramos, o *povo* brasileiro poderia educar-se politicamente, "sobretudo de maneira sistemática por intermédio dos quadros modelados à sua imagem" (PNB,p.230). Dizia ele que, "A vanguarda (do povo) é sua consciência militante" (PNB,p.246). A racionalidade a ser imprimida ao projeto do desenvolvimento nacional, seria de responsabilidade de uma nova *"intelligentsia* independente e militante" vinculada à realidade brasileira.

A tentativa de construção de uma sociologia política deve ser compreendida, levando-se em conta que o pensamento do autor busca expressar a problemática de um país subordinado econômica, política e culturalmente aos centros metropolitanos (Europa e Estados Unidos). É, pois, sob o prisma da **dependência**, entendida enquanto **alienação**, isto é, "deficiência de comando de si próprio e resulta, não apenas de condições psicológicas, mas de condições materiais" (PNB,p.93), que Guerreiro Ramos irá classificar os povos de *universalistas*, ou seja, os povos que já teriam alcançado a sua *soberania*, e de *nacionalistas*, os que lutam pela *soberania nacional*, o que equivale ao desenvolvimento capitalista nacional."O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos" (PNB, p.226). Na sua visão, o conteúdo do universalismo só pode ser *conservador*, enquanto que o *nacionalismo* é

revolucionário, sendo definido como "a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial" (PNB,p.225). Nesse sentido, o nacionalismo seria um instrumento para a consolidação da *revolução nacional*, entendida "tecnicamente" como "mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior" (PNB,p.37). Superior seria, segundo sua concepção faseológica da história, o estágio em que o desenvolvimento capitalista autônomo estivesse consolidado no Brasil, constituindo *pari passo*, uma nova consciência social nacionalista, a **consciência crítica da realidade nacional.**

Do ponto de vista metodológico, o Brasil é pensado em termos de fases. Sendo a *fase* uma *totalidade* dotada de *leis particulares*, os traços da *singularidade*, dentro da totalidade, deveriam ser apreendidos mediante a utilização de *métodos indutivos*. Dito de outro modo, na fase de "transição" para o *capitalismo nacional autônomo*, a sociologia nacionalista deveria refletir, no plano teórico, o processo real de desenvolvimento em curso naquele período histórico-social. Dentro da lógica do seu discurso, a estrutura econômica do país teria perdido a sua antiga uniformidade, na medida em que as atividades produtivas estariam, nas décadas de 1950 e 1960, bastante diferenciadas com o novo incremento da produtividade do trabalho. O país deixara de ser "essencialmente agrícola" para ingressar na

fase do *capitalismo nacional*. Nessa linha, "há capitalismo nacional quando se forma, em determinado país, um aparelho de produção orientado prioritariamente para atender ao consumo interno e quando o dinamismo dos recursos aplicados na instalação deste aparelho, sejam de prioridade de nacionais ou de estrangeiros, obedece a um processo endógeno de acumulação de capital" (PNB,p.62).

Desde logo, percebe-se que o autor queria sinalizar para os intelectuais brasileiros que as transformações ocorridas nas bases industriais de acumulação capitalista, deveriam, obrigatoriamente, refletir mudanças nas bases teóricas do pensamento sociológico. Com isso, torna-se claro que a produção teórica do autor refere-se ao plano cultural.

No seu modo de entender, a industrialização brasileira oferecia aos *intelectuais engajados* no contexto histórico-social, a possibilidade de realizarem uma tarefa criativa de construção da sociologia nacional (nacionalista). A formação brasileira, sendo uma sociedade em transição para um novo padrão urbano-industrial, precisava alcançar um *ponto de vista* (nacionalista) adequado sobre o novo estágio vivido pelo país nos anos cinqüenta. Nesse sentido, percebe-se que, no plano de suas cogitações, o autor confere prioridade ao desenvolvimento com base na industrialização, (substituição de importações, aumento da produtividade, expansão do mercado interno, benefícios sociais). No tocante ao capital

externo, era preciso neutralizar o efeito expropriador dos capitais estrangeiros. Assim sendo, enfrenta a formulação de uma teoria político-social, na perspectiva do *processo real* do desenvolvimento industrial brasileiro, *em construção.*

Guerreiro Ramos explora um aspecto fundamental da concepção de *intelligentsia,* segundo a visão de Mannheim, no sentido de que os intelectuais, detendo o máximo de consciência possível - a *consciência crítica* - e, assumindo uma *responsabilidade ética* diante da nação, sintetizariam os interesses coletivos da *sociedade global.*

Convém anotar, entretanto, que uma explicitação do conceito de *intelligentsia* aparece numa publicação de 1961, como veremos a seguir. Em **A Crise do Poder no Brasil,** Guerreiro Ramos define a *intelligentsia* como sendo "um tipo de intelectual interessado na produção e difusão de idéias essencialmente enquanto contribuem para a reforma social ou para o processo revolucionário" (CPB,p.185). Embora afirme sua descrença "num pensar imune de condicionamento social", admite que "todo pensamento ajudado pela consciência crítica dos fatores que o condicionam, alcança necessariamente maior objetividade do que o desservido de auto-reflexão" (CPB,p.186).

As principais características da *intelligentsia* são o *pensar independente* e a *militância.* Para ilustrar o sentido da

intelligentsia em sua acepção sociológica, o autor em questão cita o círculo weberiano, na Alemanha e a sociedade fabiana na Inglaterra. Segundo Guerreiro Ramos, "Houve propriamente dois salões weberianos, o de Berlim e o de Heidelberg. O primeiro, na casa do Dr. Max Weber, onde compareciam homens como Bennigsen, Miquel, Rickert, Julian Schmidt, Sybel, Treitschke, Mommsen, Julius Goldschmidt, Wilheim Dilthey" (**CPB**,p.187). Nessa linha, Guerreiro Ramos sublinha o ambiente cultural onde fora educado Max Weber - "O salão do segundo Max Weber não foi apenas lugar onde se discutiam as questões de ciência e filosofia" (**CPB**,p.187) - freqüentado por vários intelectuais entre os quais cita Paul Hensel, Jasper e outros. Ressalta, ainda, que "como quase todo pensador alemão, por mais abstratas que fossem suas preocupações, era afetado pela consciência da especificidade do destino alemão. "Em segundo lugar, o animador deste círculo foi um pensador militante" (**CPB**,p.187).

Da perspectiva de Guerreiro Ramos, "há um tipo de militância que não prejudica, antes estimula o trabalho filosófico e sociológico" (**CPB**,p.181).

A nosso ver, as concepções do sociólogo baiano expressam convicções políticas próximas às de Max Weber, no que se refere ao papel do sociólogo, se relembrarmos que também Max Weber teve como preocupação teórica e prática o *problema nacional alemão*. Guerreiro Ramos aponta que o pensador

alemão percebeu a *imaturidade da burguesia alemã*, naquele período histórico para exercer a liderança política da nação. Weber percebia que a burguesia nascente de seu país, ao contrário dos *junkers* em declínio, era dominante mas não era dirigente e, de sua parte, procurava influir para a configuração do que chamava *Matchstaat*, de um Estado a serviço da nação alemã como um todo e não tributário de uma classe.Assim sendo, o pensamento de Weber é, para Guerreiro Ramos, um pensamento eminentemente *intelligentsista*.

Outro exemplo do que seja a *intelligentsia* vem a ser a *Fabian Society*, de que participavam vários intelectuais como "Edward R. Pease, George Bernard Shaw, Sidney Webb, Graham Wallas e Annie Besant". Os "fabianos" representavam uma "terceira posição". Eles representavam "um estilo de conduta intelectual diante do marxismo e do comunismo, imune de policialismo (CPB,p.189).

No que se refere ao Brasil, o pensador apontava para o surgimento de uma *intelligentsia*, referindo-se ao *ISEB*. Julgava que havia na sociedade brasileira "um oco a preencher", decorrente da "perda de exemplaridade das idéias", o que equivale a dizer que a burguesia agrária, representando a minoria dirigente no poder, estaria há duas décadas em total descompasso com as novas condições criadas pelo desenvolvimento industrial e em franco processo de "aposentadoria histórica". Nesse sentido, podemos dizer que

era intenção de Guerreiro Ramos atribuir ao *ISEB* o caráter de *intelligentsia*. Ressaltava que a "inteligência brasileira" da década de 30, tinha contribuido amplamente para o processo político brasileiro no sentido da reorganização institucional do país.

Veremos ao longo deste trabalho que o autor contrasta a **fase do capitalismo nacional** (década de 1950) com a sua antiga **situação colonial**, prestes a ser extinta. O desenvolvimento capitalista, entendido como **progresso social**, proporcionaria uma modalidade superior de existência e a superação da miséria, elementos que apontam para uma concepção de talhe humanista. Nessa linha de pensamento, a industrialização brasileira traria, no seu bojo, importantes consequências: a **urbanização**, o desenvolvimento de um **mercado interno** que, por sua vez, transformaria o nível do consumo popular, o que pressupõe a presença do **povo** no cenário político nacional. Devido à incompletude do modo de produção capitalista brasileiro, a **ideologia do desenvolvimento** despertaria a **consciência crítica** das massas, ainda despolitizadas, para a adesão ao **movimento emancipador**. Ressalte-se que escapa aos objetivos do autor uma análise econômica do subdesenvolvimento, na medida em que parte da premissa básica de que o país já disporia de recursos mínimos para assegurar o seu desenvolvimento industrial. Nessa direção, adverte que o desenvolvimento de um país como o Brasil "é um problema essencialmente político e

secundariamente econômico" (PNB,p 233).

Dentro de lineamentos desta ordem, dedicamos o primeiro capítulo deste trabalho à reconstituição dos elementos essenciais que darão o contorno de uma sociologia concebida para intervir politicamente na realidade brasileira, nas décadas de 1950 e 1960.

1.1 - A sociologia dos contextos coloniais

Procuraremos, por ora, reconstituir as idéias de Guerreiro Ramos, configurando a **especificidade** da sociologia nacionalista de acordo com o seu pensamento, enfatizando que a **sociologia nacional** ocupava um lugar privilegiado no projeto ideológico do autor. Considerava ele que, desprovido o país de uma **cultura nacional autêntica,** dada a fragmentação teórica gerada pela incapacidade de uma contínua reflexão sobre os problemas concretos da sociedade brasileira, era necessário formular "de modo dinâmico as categorias do pensamento sociológico brasileiro, dando nome às forças e tendências insitas na realidade nacional" (**CBAS**,p. 89).

Guerreiro Ramos explica a irrealização de uma **identidade nacional** no período *pré-industrial*, pela ausência de *fatores reais*; a *industrialização capitalista* e suas consequências; a *urbanização* e as transformações no *consumo popular*, que teriam impedido a formação da *identidade nacional*. Da colônia não poderia emanar uma cultura autenticamente brasileira, na medida em que um dos traços característicos do Brasil seria, justamente, a ausência de uma **tradição cultural**. O panorama brasileiro desenhava-se como sendo o de uma *sociedade em branco*, um povo *sem história*. Em virtude das condições históricas do país, formado por colonização, a

nação brasileira teria sido uma *ficção jurídica*, e, portanto, desprovida de uma **cultura nacional**, enquanto "conjunto de produtos materiais e não materiais resultantes da atividade transformadora dos povos, mediante os quais se exprime uma idéia interpretativa do homem e do mundo" (**PNB** p.242).

No entender de Guerreiro Ramos, não há *cultura genuinamente nacional* num país regido pela lógica da **situação colonial**. O conceito de situação colonial corresponde a "um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas" (**ICSB**,p. 18). Nos países **periféricos**, em virtude das características resultantes da subordinação econômica aos centros metropolitanos, os estudos sociológicos, salvo raras exceções, refletiam a situação de **dependência** do país aos centros metropolitanos.

A **situação colonial** corresponderia a *mentalidade colonial ou reflexa*, na medida em que todos os aspectos do real participariam deste "fenômeno social total, que, em essência, consiste na alienação" (**RS**,p.134). A categoria de *alienação* refere-se aos estudos sociológicos que, de modo geral, não têm por objetivo a promoção da *autodeterminação* da sociedade brasileira. O autor utiliza a palavra "alienação" como antônimo de autodeterminação nacional.

Assim se compreende que o sociólogo baiano integre o *complexo colonial* à totalidade do *subdesenvolvimento*, no qual "à exploração econômica se aliam outras formas complementares de dependência, como a assimilação, a aculturação, a associação" (ICSB,p.18). Ademais, num país subordinado aos centros metropolitanos, a forte influência ideológica não permitiria a formação de um *pensamento autêntico*, ou, "em estreita correspondência com as circunstâncias particulares desses países" (ICSB,p.19). A *categoria de autenticidade*, emprestada à Filosofia da Existência, impregna a sociologia nacionalista de Guerreiro Ramos, expressando um significado particular no interior da sua sociologia política. O sociólogo afirma que, "A essência da autenticidade é a apropriação do sujeito pelo próprio ser" (PNB,p.96), o que significa dizer que, a partir do *desenvolvimento capitalista industrial* em curso no Brasil, o *povo* constituído como sujeito, passaria a fazer a sua própria história.

Há que compreender também que a *autenticidade* do pensamento brasileiro só poderia ser alcançada pela *ruptura* com o subdesenvolvimento, isto é, pela modificação da estrutura econômico-social, o que abriria infinitas possibilidades ao país. O *desenvolvimento industrial* traria enormes benefícios à *população* com a elevação do seu padrão de vida, afigurando-se aos intelectuais engajados no seu contexto histórico-social, um papel relevante na formação de um

pensamento autônomo em relação à cultura cosmopolita.

Da sua perspectiva, o que dá legitimidade à sociologia é a *história*, enquanto problemática da *realidade nacional*, sendo esta constituida pelos traços característicos que a especificam enquanto *nação*. É preciso ter em mente que Guerreiro Ramos segue a linha de interpretação da história colonial, segundo a qual o Brasil "não se recortava como um espaço histórico, capacitado para a autoconformação" (RS,p.79), isto é, o sistema colonial colocava imensos obstáculos à acumulação de capital. Os brasileiros teriam uma vida imediatista, de *escasso conteúdo projetivo*, onde predominaria a consciência ingênua, e, nessa direção afirma que "A colônia é, por definição, instrumento da metrópole"(RS, p.71).

Dentro de lineamentos dessa ordem, importa verificar quais são os traços da *situação colonial* configurativos da sociologia dos contextos coloniais que, criticamente, Guerreiro Ramos denominou *sociologia consular*, (*inautêntica* ou *enlatada*). Esta temática é constante em toda a sua produção do período considerado pela nossa pesquisa. Ela aparece na publicação de uma conferência proferida no ISEB, em 1955, sob o título *A Problemática da Realidade Nacional*, sendo retomada em outros ensaios, incluindo sua obra publicada em 1966, Administração e Estratégia do Desenvolvimento, o que demonstra sua preocupação com os

rumos da ciência social no Brasil.

Posto isto, vejamos, a seguir, quais são as categorias básicas conformadoras de uma *teoria global da sociedade brasileira,* explicitadas pelo autor e que representam as negatividades da *situação colonial,* traços que estariam dificultando a formação de uma *identidade nacional:* **duplicidade, heteronomia, alienação, amorfismo e inautenticidade.**

No seu pensamento, a **duplicidade** expressa uma lei básica, historicamente inevitável, da formação nacional. Desde a descoberta, o Brasil esteve sujeito a duas ordens de leis: "internamente as da etapa escravagista; externamente as da etapa capitalista" (PNB,p.22). Nesse sentido, aceita a *teoria da dualidade,* na forma pensada por Ignácio Rangel, mostrando que o fenômeno aparece em todos os períodos da história brasileira. Sob este prisma, o capitalismo brasileiro, no que se refere às relações externas, apresentaria um grau superior de desenvolvimento em relação ao desenvolvimento interno. Nas suas palavras, "para efeito de relações externas, já alcançamos a etapa do capitalismo de Estado em que o mercado internacional passou a ser essencialmente público e monopolista, enquanto no interior o capitalismo nacional se desenvolve dentro de marcos privados e liberais" (PNB,p.23). Porém, ao considerar as diversidades regionais internas do país, Guerreiro Ramos introduz o

conceito de *contemporaneidade do não coetâneo*, (W. Pinder), isto é, todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana estariam presentes, desde o comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, o capitalismo em todas as suas etapas (mercantil, industrial e financeiro) até o capitalismo de Estado (**PNB**,p.23).Todas essas características reunidas, explicariam o *caráter transplantado da cultura e das instituições brasileiras.*

Precisemos, no entanto, a postura particular do sociólogo baiano frente à questão das **transplantações culturais**. Este fenômeno não representaria uma anomalia relativa à *psicologia das elites* intelectuais, como o *vício da imitação* ou *complexo de inferioridade,* tantas vezes ressaltado por autores apreciados por Guerreiro Ramos, como Alberto Torres ou Oliveira Vianna, tradição que busca aprimorar. No seu entender, a transplantação foi um acidente inevitável e *não patológico* da formação brasileira e que traria a marca da dualidade. Isto não significa uma "justaposição mecânica de duas sociedades", referindo-se a **Os Dois Brasis**, de Jacques Lambert, mas, como mencionamos acima, uma lei básica da formação brasileira. Guerreiro Ramos é taxativo ao afirmar que, "Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma vez que deve atender ao que vai pelo mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao

nosso país" (AED,p.412).

O sentido do termo *mimesis,* utilizado anteriormente por Toynbee significa, para o nosso autor, "a adesão aos moldes culturais e tecnológicos de mais prestígio, resultando daí a heteronomia" (PNB,p.27). A categoria de **heteronomia** deve ser compreendida como um traço resultante da situação global dos países formados por colonização. No seu modo de ver, "Uma colônia é um espaço, cujos habitantes globalmente considerados não existem <para si> (PNB,p.54). Utilizando outra expressão de Toynbee, afirma que, a população brasileira existe enquanto *proletariado externo* dos centros metropolitanos a que se vinculam. Nesse sentido, o país colonial não se articularia segundo critérios induzidos da própria realidade, mas "pela dinâmica de suas condições internas e externas" (PNB,p.54), o que vem a ser designado de **heteronomia.** Dito de outro modo, o processo de industrialização brasileiro estaria ameaçado pelas forças internacionais, isto é, pelo capital estrangeiro, obstaculizador da consolidação de algumas atividades econômicas imprescindíveis para que o país atingisse a sua autonomia. Um exemplo da heteronomia seriam "as divisas gastas nas importações de bens suntuários ou supérfluos por força da heteronomia do gosto e dos hábitos da população brasileira" (PNB,p.92). Desse modo, Guerreiro Ramos resgata autores tais como Paulino José Soares de Souza (1807-1866), o Barão de Mauá e, ainda, Pandiá Calógeras que, antes dele,

teriam percebido *o perigo a que estava exposta a industrialização brasileira.*

A *alienação* (intelectual) significa que a sociedade brasileira estaria marcada pela *dependência* aos *centros metropolitanos*, não apenas no plano econômico, quanto culturalmente. Há que ressaltar, o autor privilegia em suas análises o *projeto do capitalismo autônomo.* Guerreiro Ramos estabelece a distinção entre a *visão alienada* e a *visão integrada* do Brasil. Convicto da existência dessas duas perspectivas, critica a obra **Retrato do Brasil** (1928), de Paulo Prado, como modelo da visão alienada. **Os Sertões** (1901), de Euclides da Cunha, seria uma obra paradigmática da *visão integrada*, ainda que apresentasse *erros de técnica científica*, face aos limites da ciência social no período em que viveu (**PNB**,p.93).

O que explica o **amorfismo** é o fato colonial como um fenômeno total, remetendo esta questão aos estudos de Roberto Fabregat Cuneo (**Caracteres Sudamericanos**, Mexico, 1950), cuja descrição das sociedades sul-americanas, como sendo sociedades *em branco*, coadunam-se com as teses defendidas por Guerreiro Ramos. Segundo nosso autor, "A história propriamente dita de um povo começa quando este povo se eleva à consciência", entendida como *autoconsciência coletiva*, fato que explica a ausência de uma tradição cultural genuinamente brasileira.

Finalizando a caracterização da *situação colonial*, o autor afirma a **inautenticidade** da sociologia brasileira, "por pautar-se o país econômica, política, social e culturalmente, por normas que não permitem a atualização de suas possibilidades e que vigoram à custa de contínuo *deficit* de seu ser" (**PNB**,p.96). É interessante ressaltar que, segundo ele, a captura dos aspectos negativos presentes na sociologia brasileira, evidenciariam algo positivo, "é sintoma de que nela já existem os suportes objetivos de uma consciência crítica" (**PNB**,p.97). Evidentemente, Guerreiro Ramos se propõe a realizar a tarefa de interpretar sociologicamente a realidade brasileira, da perspectiva da **consciência crítica**. Nessa direção, ele irá reivindicar uma sociedade industrializada, moderna, cujos interesses nacionais seriam contrários aos de uma nação subordinada. Adverte que, "Esse contrário é o nosso projeto, em função do qual avaliamos a presente circunstância brasileira". No contexto colonial a sociedade não poderia ter *autoconsciência*, ou seja, uma **cultura nacional**. Para o autor, "Ordinariamente, nos países subdesenvolvidos o tipo rural de existência, dada a própria natureza das relações habituais dominantes em seu horizonte espacial, não favorece, em plenitude, a vida propriamente política. Esta surge somente a partir de certa densidade demográfica" (RS,p. 35), ligada, evidentemente, às condições internas da produção industrial, as quais promovem a formação das aglomerações urbanas.

O projeto do sociólogo baiano tem como ponto de apoio as dimensões estruturais da realidade capitalista. Guerreiro Ramos afirmava de modo otimista que, "Se,(...) podemos descrever de modo crítico a velha sociedade, é porque estamos saindo dela e olhando-a do ponto de vista da sociedade nova" (PNB,p.88). Fica evidenciado que o seu quadro de referência era o *vigoroso processo* de desenvolvimento urbano-industrial verificado no Brasil, na década de 1950. Desse modo, a crítica formulada à sociologia dos contextos coloniais gira em torno da *cultura alienada* dos países formados por colonização, sem uma perspectiva própria, em virtude do fato de que a ciência derivaria das transposições de conceitos, idéias e experiências dos países metropolitanos. Em vista disto, tanto na esfera política quanto na cultural, o Brasil refletiria a "alienação que afetava nossas relações de produção" (PNB,p.22), referindo-se o autor à forma de integração do país no sistema internacional de divisão do trabalho, enquanto produtor de bens primários. "A complementaridade, como verdadeiro princípio ordenador ou configurativo, como fato social total, permeava todos os níveis de nossa existência" (PNB,p.22), frisa Guerreiro Ramos. Desse modo, as obras resultantes da *imitação servil* ou da *transplantação literal* das categorias da ciência estrangeira reproduziriam formas de alienação. Há, porém, que se distinguir entre *transplantações predatórias e aceleratívas* sendo que as primeiras prejudicam "as

disponibilidades de suas rendas em consumos descapitalizantes" e "as aceleratívas contribuem para incrementar a velocidade da capitalização dos paises periféricos" (CBAS,p.40). A CEPAL seria, para ele, um exemplo de *transplantação acelerativa* na área econômica.

É possível afirmar-se que o discurso cepalino exerceu acentuada influência sobre o pensamento de Guerreiro Ramos. A **sociologia nacional** corresponderia aos mesmos objetivos da CEPAL, no plano político-cultural. Guido Mantega resume bem o cerne da problemática dessa Instituição: "A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar a forma de superá-los. Nesse sentido, a análise enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da 'periferia', ressaltando os entraves ao 'desenvolvimento econômico', em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar disparidades" (22). Não cabem, neste estudo, maiores desdobramentos acerca desta questão, bastando deixar o registro de que o sociólogo baiano, entendia dever a sociologia brasileira "ingressar nessa trilha" aberta (no setor econômico) pela Comissão Econômica

22. A Economia Política Brasileira, Ed. Vozes, p.34.

para a América Latina (ICSB,p.97).

Nas condições particulares da formação social brasileira, em virtude dos "fatores reais nela operantes", (industrialização nacional), estaria implícito um novo ponto de vista (cultura nacional). Neste sentido, Guerreiro Ramos articula a manifestação da *consciência crítica* às novas relações que se estabelecem na economia brasileira, como consequência da *industrialização*, ou, mais especificamente, do processo de *urbanização*. No que se refere à urbanização, o aspecto mais importante estaria referido à melhoria nos níveis de vida da população, resultantes daquele processo.

1.2 - A crítica à sociologia acadêmica

Reagindo contra a adoção literal e mecânica dos métodos e processos da antropologia e da sociologia européias e norte-americanas, o sociólogo baiano ressalta que, no Brasil, a sociologia estaria *desatualizada* em relação ao novo contexto histórico-social, sendo o *positivismo* e o *empirismo*, os principais responsáveis por esta desatualização. Os positivistas teriam adotado literalmente o sistema de Comte e esse sistema "reflete as condições peculiares do momento e da sociedade que ele viveu, implicando ainda uma teoria da

história que atribuia à sociedade européia a categoria de referência básica do desenvolvimento e; também, um conceito abstrato de sociedade, pois a tanto corresponde o pensamento sociológico que não percebe que não existe a sociedade, mas sociedades, cada uma das quais com as suas leis particulares" (ICSB,p.56). Ilustração clara desse descompasso vigente entre o pensamento sociológico brasileiro e a nova ordem capitalista, seriam as transposições literais e mecânicas de conceitos da ciência elaborada nos centros desenvolvidos, os quais estariam impedindo a formulação de uma *teoria social como fundamento para a ação política e social:* **o nacionalismo.**

No modo de ver de Guerreiro Ramos, "O empirismo sociológico concebe (...) os fatos sociais, como se fossem neutros, como se neles não estivessem investidas intencionalidades humanas" (PRB,15). Rejeitava essa atitude de suposta *neutralidade* da sociologia acadêmica, descomprometida com o contexto histórico, obedecendo fielmente às versões da história de povos colonizadores e adotando as idéias *alienígenas* sem nenhuma crítica, mecanicamente. Nessa linha de raciocínio, o autor critica os métodos sociográficos norte-americanos, como os estudos de comunidades, pesquisas locais, contrapondo a adoção de um ponto de vista global. Dentro de parâmetros desta ordem, assume que, "a teoria global de uma sociedade é o requisito prévio para a compreensão de suas partes" (PNB,p.17), teoria essa que

corresponde ao nacionalismo.

Partindo da afirmação de que a *base geográfica, a população, as condutas, de fato aparecem-nos na forma empírica,* Guerreiro Ramos considera esses componentes como constituintes da *realidade social produzida,* mas não necessariamente conduziriam à apreensão da *realidade social em produção,* cujos componentes seriam dinamizados pela mediação do homem. Nesse sentido, "A realidade social se efetiva enquanto o homem se apropria daqueles ingredientes objetivos que encontra produzidos por outros homens relacionados entre si" (23).

A crítica de Guerreiro Ramos não se restringe apenas ao **positivismo** e ao **empirismo.** No interior da crítica dirigida ao pensamento social, no Brasil, o autor faz referência, em vários momentos de sua obra, à postura mecanicista de alguns sociólogos marxistas que, nos seus estudos sobre a realidade brasileira, tomavam como modelo formações historicamente distintas, afirmando que tal procedimento "contraria a essência do marxismo, mas (...) assinala a força do impacto da situação colonial na psicologia do colonizado" (ECSB,p.59). Avesso a qualquer modalidade de *dogmatismo,* como o *dedutivismo* identificado com "a aplicação mecânica

---

23. Guerreiro Ramos apoia-se nos estudos de autores tais como Georges Gurvitch, Hans Freyer e Hermann Heller sobre essa temática) Assim sendo, afirma que a realidade social "é efetividade humana, realidade efetuada pelo homem" (PNB,p. 14).

das categorias marxistas" (ICSB,p.21) aos estudos da problemática brasileira, afirma que, "é necessário evitar a interpretação da realidade social em termos da preponderância sistemática de determinado fator, seja a raça, seja o clima ou outra condição geográfica, seja a economia, seja a cultura, seja a alma ou o caráter nacional ou outro fator qualquer" (PNB,p.17). Sendo assim, percebe-se que, utilizando a categoria de *totalidade* (24), isto é, apreendendo a realidade brasileira enquanto um *fenômeno total*, o sociólogo baiano busca escapar às formas de determinismo, como na seguinte afirmação: "Na totalidade, os diferentes aspectos estão compenetrados e implicados uns nos outros e a partir do seu ponto de vista se resolve, por exemplo, a falsa oposição - indivíduo versus sociedade" (PNB,p.18).

Isto posto, observa-se que o autor avalia negativamente o trabalho científico existente em seu tempo, dada a relação subalterna dos intelectuais em relação à cultura estrangeira, outorgando validade à ciência quando esta exprime uma interpretação que parte de uma perspectiva própria, isto é, *dos processos objetivos da realidade nacional*. Evidentemente, o esforço criador do sociólogo está voltado à luta ideológica contra aquilo que acreditava representar os entraves à formação de uma cultura

---

24. Guerreiro Ramos refere-se à categoria de totalidade na forma pensada por Marcel Mauss.

autenticamente nacional. Vimos que o *pensamento autêntico* corresponde a uma determinada fase do desenvolvimento histórico-social de uma comunidade. Ao afirmar com relação à velha sociedade: "somos e não somos ao mesmo tempo..." (PNB,p.21), percebe-se que o pensamento do autor refere-se a uma sociedade em transição para uma nova forma de ser. De fato, na sua interpretação, o subdesenvolvimento já teria a sua estrutura própria modificada por elementos gestados no seu próprio interior. As alterações nas estruturas econômico-sociais estariam configurando "uma polaridade fundamental que define o presente momento da vida brasileira e que se resume na luta entre a nação e a antinação" (PNB, prefácio), isto é, o Brasil industrial e moderno e o Brasil agrário-exportador.

É a partir desta angulação que Guerreiro Ramos irá propor a ideologia do desenvolvimento nacional, entendida como sendo um instrumento intelectual na luta contra a dominação colonialista. Em A Redução Sociológica (1958), remete esta discussão a autores tais como Cheik Anta Diop, *(Nations Nègres et Culture.* Paris, 1954) Aimé Césaire (*Discours sur le Colonialisme.* Paris, 1955) e Abdoulaye Ly,(*Les Masses Africaines et l'Actuelle Condition Humaine*, Paris, 1956) os quais, tanto quanto ele, condenam o colonialismo "considerado como sistema" (Sartre). Na ordem de citação dos autores acima mencionados, Guerreiro recupera expressões tais como falsificação da história, por ter sido escrita do

ponto de vista europeu; **hipocrisia** da civilização ocidental e, por fim, a **inelutável marcha da humanidade para a identidade relativa, para a unidade mundial racional, para a igualdade** (RS,p.63). Longe de qualquer aproximação com o marxismo, o sociólogo baiano escreve: "Esses quadros, de que são representantes Diop, Césaire e Ly, vivem um momento que poderia ser considerado *fichtiano*" (RS,p.63), o que equivale "ao propósito de pautarem suas ações segundo normas derivadas de projetos autônomos de existência". Vale notar que eventos tais como a *Conferência de Bandoeng* (1955), do *Cairo* (1957) e *Acra e Tanger* (1958) eram exemplos vivos, no seu modo de ver, da existência de uma *consciência crítica* nas formações sociais economicamente subordinadas, em busca de alternativas próprias para a superação das formas de exploração colonial e de uma suposta autonomia.

Percebe-se assim que, na raiz das preocupações de Guerreiro Ramos, encontra-se a mesma questão crucial enfrentada por intelectuais que, em outros contextos periféricos e guardadas, evidentemente, as especificidades de cada caso particular, têm como denominador comum a luta anti-imperialista.

Para uma melhor compreensão da interpretação efetuada por Guerreiro Ramos da sociedade brasileira, na década de 1950, vejamos qual era a sua percepção do dilema vivido pelo país naquela *fase* do seu desenvolvimento. Para ele,

descortinava-se um *impasse* social, um verdadeiro *cisma*, descrito como sendo a "coexistência, no país de duas sociedades: uma velha, com todos os seus compromissos com o passado: outra nova, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda" (PNB, p.21). Os aspectos remanescentes da etapa colonial ainda se faziam sentir naquela realidade em trânsito para o capitalismo industrial, e, por conseqüência, estariam refletidos nas ciências sociais.

1.3 - Consciência crítica e redução sociológica

Partindo da premissa de que a *consciência crítica* surge a partir de um determinado nível do desenvolvimento histórico-social, ela deve ser entendida enquanto *fenômeno de psicologia coletiva*, não sendo portanto, um fenômeno da consciência individual de um pensador isolado. A *consciência crítica* transcenderia o "espontaneísmo" da *consciência ingênua*, conformista, imanente à *situação colonial*: esta "não percebe a implicação recíproca do ser humano e do mundo (RS,p.77). Viver, pois, numa dada *situação colonial*, a-histórica significa a impossibilidade concreta do desenvolvimento da cultura nacional. A *consciência ingênua*

seria uma forma de *consciência pré-reflexiva*, típica dos países colonizados, a qual se articula diretamente com as coisas (...) sem subjetividade" (RS,p.20). A consciência ingênua do país dependente não tem um projeto próprio de existência, ou seja, é desprovido de um projeto de *desenvolvimento nacional*. A transformação nas relações entre o homem e a natureza ocorre, segundo a concepção em exame, a partir de *estímulos concretos* (desenvolvimento industrial), resultando no surgimento de uma nova consciência social, a qual assinala o momento determinado em que o homem passa a fazer a sua própria história.

Nesse sentido, a *consciência crítica* equivale a uma transmutação na própria forma da existência social, sendo definida como a aquisição da *liberdade humana*. De acordo com o jargão existencialista utilizado por Guerreiro Ramos, ela define o *viver projetivo, histórico*, ou um processo de *personalização*. Filiado ao pensamento fenomenológico e à filosofia da existência, o sociólogo articula esse universo de noções à categoria da industrialização, concebida enquanto forma particular de objetivação do capitalismo nacional autônomo, o qual conduziria o Brasil ao encontro de sua verdadeira *personalidade histórica*. A *aceleração positiva* do processo de acumulação capitalista só poderia ser facultada pela *consciência nacional* desse processo.
Vimos que a *consciência crítica* não brota do individual, mas do processo de desenvolvimento social de uma comunidade.

Evidentemente o pensador baiano supõe que toda a reflexão sobre o processo brasileiro é o resultado do engajamento com o contexto histórico-social, e, portanto, é expressão da consciência crítica. O afloramento da consciência crítica seria um fato recente, contemporâneo ao processo de industrialização. Sendo assim, "São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, se inicie, de modo plenamente consciente, o trabalho de formulação de uma sociologia nacional" (ICSB,p.25).

De acordo com o autor, a ciência é universal no domínio dos enunciados gerais, "O que caracteriza como nacional uma sociologia não é o fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de nação para nação, mas tão somente a funcionalidade das cogitações dos sociólogos" (RS,p.133). Guerreiro Ramos utiliza-se das categorias da filosofia da existência e da fenomenologia tais como, *liberdade, intencionalidade, mundo, ser-no-mundo, perspectiva, ser, não-ser,* pretendendo adaptá-las à singularidade da realidade nacional. No seu entender, sendo *a sociologia um método de pensar, corretamente, os fatos, não seria um na Alemanha, outro na Inglaterra, outro na França, outro no Brasil* (ICSB,p.25). A sociologia difere nacionalmente quanto aos temas e à problemática de que trata. Desta perspectiva, os conceitos, as idéias, da ciência estrangeira serviriam *subsidiariamente* e não de modo literal como se fazia no Brasil, devendo ser *reduzidas*

através de um procedimento crítico-assimilativo, que orientaria *a prática transformadora do mundo exterior*, referindo-se à superação do subdesenvolvimento. Sendo o Brasil um país formado por colonização, sem conteúdo próprio, como poderiam os cientistas nacionais elaborar categorias originais, a não ser recorrendo à ciência estrangeira, isto, é à ciência elaborada nos países da Europa ou dos Estados Unidos? Um método de crítica objetiva teria de assimilar as categorias da cultura internacional, dizia ele. Não há, portanto, oposição por parte do autor às transposições de conceitos ou teorias, desde que sejam respeitados *apurados critérios de seletividade*, (RS,p.46) isto é, os conceitos deveriam ser adaptados à realidade do país periférico. As categorias da ciência social estrangeira deveriam ser submetidas à *depuração crítica* e devidamente repensadas para que não perdessem de vista a ***singularidade*** da realidade estudada. Entende o autor que, através da *atitude metódica*, própria da *consciência crítica*, seria possível alcançar a essência dos objetos submetidos à reflexão, "suspendendo" ou escoimando revestimentos valorativos eventualmente intencionais.

Em **A Redução Sociológica** está presente a reflexão sobre o procedimento metodológico (científico) a ser adotado pelos sociólogos *engajados* na vida nacional. É possível perceber que, a redução sociológica vem a ser um mecanismo de adaptação à singularidade das sociedades estudadas.

O pressuposto da *redução sociológica* é a *consciência crítica* e a consciência projetiva surge quando "um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência" (RS,p.20), isto é, o projeto do desenvolvimento nacional. Partindo do argumento hegeliano de que "A história propriamente dita de um povo (...) começa quando este povo se eleva à consciência", Guerreiro Ramos afirma no artigo "Notas sobre o Ser Histórico" (1957) que, caberia aos intelectuais portadores da *consciência crítica* orientar, através da *ideologia do desenvolvimento*, os passos que conduziriam à emancipação nacional.

Vejamos a definição do próprio Guerreiro Ramos do método redutor: "No domínio estrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social". Prosseguindo, afirma que, "A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades" (RS, p.44) (25). A redução sociológica, teria como fundamento a razão sociológica, ou seja, uma lógica

25. Tendo por preocupação a *singularidade* da realidade brasileira contemporânea, inspirou-se na *redução fenomenológica*, formulada por Husserl, pretendendo *adaptar* algumas das categorias da filosofia husserliana para o campo da sociologia. Guerreiro Ramos critica o idealismo presente na redução fenomenológica aludida por Husserl, afirmando que, sendo esta uma *ciência eidética do social* (RS,p.64) estaria referida à essência dos objetos.

material imanente à sociedade (RS,p.46), o que significa que a redução emerge de condições objetivas, a nível estrutural, que vem a ser o desenvolvimento capitalista autônomo e suas consequências: a formação de um mercado interno, a urbanização, a emergência do povo no cenário político brasileiro, como veremos no segundo capítulo desta dissertação. O método concebido por Guerreiro Ramos, implicaria a *vivência* do sociólogo e *objetos concretos*, além do seu esforço na conquista da *objetividade* (MVRB,p.17).

Temos assim de enfrentar duas questões relevantes presentes no ideário de Guerreiro Ramos: como se dá, no plano epistemológico, a possibilidade do conhecimento objetivo da problemática nacional (autonomia do pensamento). Por outro lado, explicitar as "leis" da redução sociológica, as quais, na verdade, representam uma síntese das categorias presentes no seu pensamento, de um modo geral, já indicadas nesta exposição. Registre-se que, em A Redução Sociológica, Guerreiro Ramos não alcança uma síntese completa da metodologia que propõe. O autor julgou ser necessária a publicação de seu livro, naquele preciso momento histórico (1958), mesmo reconhecendo o *caráter exploratório* de suas investigações. De qualquer modo, pensamos que a *redução sociológica* pode ser considerada a "pedra de toque" do pensamento de Guerreiro Ramos.

Vejamos, em primeiro lugar, a compreensão do sociólogo no que tange às relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento. O esforço teórico do autor exprime, a nosso ver, a proposta de construção de um epistemologia política, "superadora" das correntes de pensamento *idealista* e *realista* e que se configuraria na busca de uma "terceira posição" epistemológica. É sob esse prisma que afirma: "A terceira posição sustenta-se em possibilidades reais contidas no processo de cada nação, e torna-se utópica quando essas possibilidades não existem" (PNB,p.38) (26). Convicto do potencial de uma "terceira posição" para pensar a emancipação nacional, o sociólogo entende que "As concepções do conhecimento, de um lado, como determinação do objeto pelo sujeito; de outro, como determinação do sujeito pelo objeto, não são as únicas possíveis no domínio da gnoseologia" (RS,p. 114). No seu modo de pensar, o aspecto cognitivo vem a ser o resultado de um processo histórico onde o sujeito cognoscente (o eu inserido na comunidade) e o objeto (o mundo) implicam-se reciprocamente; "Na verdade, no domínio da realidade histórico-social, o sujeito pensante e o objeto se compenetram ou são faces de um mesmo fenômeno" (ICSB,p.17).

---

26. Segundo Schwartzman, "A preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro, a busca de uma posição internacional de não alinhamento e de *terceira força*, um nacionalismo em relação aos recursos naturais do país, uma racionalidade maior da gestão pública, maior participação de setores populares na vida política, tais eram, em poucas palavras, os valores que pareciam unificar a todos", O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos do Nosso Tempo", p.3.

As transformações sociais efetivam-se mediante a atividade humana, a qual pressupõe a relação entre o homem e o mundo, "na qual um e outro se influenciam reciprocamente" (MVRB,p.30). O que assegura esta reciprocidade de influência entre sujeito e objeto é a *intencionalidade*, isto é, "Toda consciência é intencional porque estruturalmente se refere a objetos" (RS,p.82). A prática social, sendo permeada por uma *intenção* transformadora da realidade, é um modo de ser especificamente humano. Por outro lado, o objeto, enquanto conhecido, é objeto da consciência. Reportando-se à noção de *intencionalität*, na forma pensada por Husserl (27), pretende adaptá-la para o campo específico da sociologia, através de um novo enfoque: "O sujeito ordinário da vida psíquica é sempre alguém cuja consciência está referida a objetos concretos de uma circunstância determinada" (RS,p.120).

Dito de outra maneira, a posição epistemológica, que orienta seus estudos sociológicos, pode ser assim resumida: elaborar "idéias, conceitos, teorias com as quais a nação possa compreender-se a si própria, decifrar objetivamente os seus problemas; e a conversão da atividade diuturna do sociólogo ao interesse nacional, por meio da planificação do ensino e do trabalho de campo, no âmbito da disciplina em apreço"

27. TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, São Paulo, Atica, 1977, p. 101, afirma: "Advirta-se que, particularmente no caso de G. Ramos, difícil e altamente problemática se torna a tarefa de estabelecer com precisão a *linhagem filosófica* de sua obra sociológica. (...) Apesar de todas estas dificuldades, entendemos que sua obra isebiana tem sua principal inspiração nos trabalhos da Sociologia do Conhecimento, particularmente na sua versão mannheimiana".

(ICSB,p.105).

Em conformidade com a reflexão de Guerreiro sobre a problemática gnosiológica, percebe-se que as relações entre teoria e prática se definem a partir da idéia de *implicação* do homem enquanto um *ser-no-mundo* (Heidegger), ou seja, o sujeito que conhece e o objeto confundem-se, não podendo existir um sem o outro numa trama de implicações reciprocas. Com base nesta constatação, dirá que o indivíduo "faz a sociedade, não segundo o seu arbitrio, não como lhe apraz, mas de acordo com as possibilidades do contexto de que faz parte". Portanto, *a mediação do homem é o aspecto fundamental* por ele ressaltado (PRN, p.17) e, somente *participando* do contexto histórico-social, por meio de um *engajamento com o contexto*, o conhecimento será possível Citando Freyer, afirma que "Sociologia sem *praxis* é *non-sens*" (PRB, p.18).

A condição de possibilidade do fazer científico em um país subdesenvolvido seria, justamente, *a posição de compromisso com a realidade social estudada.* Nesse sentido, o engajamento do sociólogo está intimamente ligado à consciência crítica da realidade nacional. Assim como é possível verificar-se a "substituição das importações", referindo-se à CEPAL, diz ele, seria necessária uma *tarefa substitutiva no âmbito da cultura,* por meio de um engajamento efetivo dos cientistas nacionais com o seu

contexto histórico, tendo sempre como suposto o fortalecimento do processo de construção do capitalismo nacional autônomo.

Guerreiro Ramos coloca em pauta duas formas diferenciadas de militância: o *engajamento sistemático*, próprio da *consciência crítica*, vem a ser, precisamente, "converter em objeto determinado conteúdo do agir humano" (RS,p.116). Isto equivale à afirmação de que a característica dominante da atuação prática vem a ser a busca de soluções para os problemas concretos do contexto histórico-social. Caberia ao cientista social o desafio de *diagnosticar a problemática da sociedade em que vive.* Coerente com tal posição, o próprio autor delineia o sentido preciso de sua sociologia política: "A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social. Por isso inspira-se ela numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido" (CBAS, p.19). Sendo assim, para ele, a *praxis* vem a ser a atividade humana carregada de *sentido* e *intencionalidade.* Por outro lado, *o engajamento ingênuo* seria próprio dos "especialistas que, professando um universalismo não qualificado, pretendem depurar a sua prática científica do influxo de um compromisso com a realidade social" (RS,p.112). O autor rejeita a atitude de não-participação de certa intelectualidade da época, referindo-se, em particular à escola sociológica paulista, na medida em que, conforme

apontam seus escritos do período considerado, caberia aos *intelectuais*, aos *empresários* e ao *Estado*, a tarefa de *acelerar* o processo de industrialização capitalista, entendido como fator de *progresso social*.

Sendo um *ser-no-mundo*, ou um ser historicamente constituido, o sociólogo participaria de uma estrutura referencial que lhe dá sentido. A sociologia nacional, em Guerreiro Ramos assume um sentido *organizatório*, como veremos adiante. Quanto à objetividade do conhecimento, esta será definida em termos de *perspectiva*, ou seja, "A perspectiva em que estão os objetos em parte os constitui" (RS,p.83). Compreendendo com esta noção que seria impossivel, para o indivíduo, ver a realidade fora de uma perspectiva determinada. Nessa linha, *toda cultura nacional é uma perspectiva particular* (RS,p.55).

Partindo de tais premissas filosóficas, Guerreiro Ramos afirma que "A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos" (RS,p.20). O termo *histórico* adquire em sua obra um significado particular, no sentido de que, sendo uma *modalidade do ser*, distingue a *pessoa* (a consciência autônoma) da *coisa* (objeto de determinações exteriores). Articulando a consciência crítica com o desenvolvimento histórico, afirma que a *nação* é a "mais eminente forma contemporânea de existência histórica..." (RS,p.64). Nesta condição, a nação brasileira

teria alcançado a categoria de *realidade concreta*, a partir do advento do capitalismo industrial: "Hoje, já existe no Brasil sociedade, já existe povo, e este fato inédito funda historicamente a nação brasileira. A nação, de forma jurídica fictícia, passa a ser realidade concreta, lastreada numa experiência popular coletiva" (**PNB**,p. 29).

Tributário da concepção heideggeriana de *mundo*, este será entendido por Guerreiro Ramos enquanto contexto histórico-social: "O mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências" (**RS**,p.83). Porém, afirma não aceitar o "idealismo" do filósofo alemão e sim sua atitude metódica, a qual "se define por um propósito de análise radical dos objetos no mundo" (**RS**,p.99-100).

Vejamos o que torna o *engajamento do sociólogo* uma questão tão fundamental no interior da concepção que estamos examinando. No seu entender, a posição de engajamento "é baseada numa crítica radical, ou seja, numa reflexão sobre os fundamentos existenciais da ciência em ato ou da produção científica" (**RS**,p.113). Guerreiro Ramos estabelece uma diferença fundamental entre a *ciência em hábito* e a *ciência em ato*, categorias essenciais para a compreensão plena da sua concepção de ciência. Deve-se a Aristóteles a expressão *hexis* e aos escolásticos a palavra *habitus*, segundo o autor. Precisamente daí derivam os conceitos propostos, o *saber em*

hábito (ou *hipercorreção)* seria uma "aptidão inata, ou adquirida pelo treinamento" (RS, 129), enquanto que o *saber em ato* (ou *pragmatismo crítico)*, significa "A capacidade de utilizar sociologicamente o conhecimento sociológico..." (RS,p.129), e, nisto se resume, a nosso ver, o método redutor. Não havendo oposição por parte de Guerreiro Ramos à prática das transplantações, dada a necessidade imposta aos países periféricos de utilizarem-se das categorias da ciência universal, recomendava que fossem levados em conta dois critérios: capacidade de perceber o significado ideológico do produto intelectual e aptidão para ver a estreita vinculação do pensamento com a situação existencial do pensador . No seu modo de ver, a essência da atitude científica não perderia de vista, ainda, a *singularidade* da situação histórica.

Em suma, o sociólogo opõe-se à assimilação literal das categorias da ciência importada, já que não seria possível transferir conceitos elaborados no contexto histórico-social dos países desenvolvidos, de modo literal e mecânico, para a realidade dos países dependentes. Já se fez referência, anteriormente, à sua objeção a uma suposta *neutralidade científica,* e, por outro lado, não há dúvida alguma sobre a crença na possibilidade da *autonomia do pensamento* brasileiro, em função das *condições objetivas* verificadas nos anos cinqüenta, no Brasil. Guerreiro Ramos reivindicava a *conversão do pensamento à realidade nacional,* através de

um *engajamento* efetivo dos intelectuais, dos empresários e das outras categorias sociais forjadas no processo de *industrialização*, ou seja, a classe média e o proletariado. Assim sendo, ele faz convergir todos esses elementos disseminados por todos os seus escritos anteriores à **A Redução Sociológica** (1958), para então chegar à construção das *leis da redução sociológica*, sistema de referência a ser seguido pela intelectualidade *engajada*, isto é, preocupada com os problemas da realidade brasileira de seu tempo.

As *leis da redução sociológica* integram o arcabouço teórico-metodológico formulado pelo sociólogo baiano. Esses princípios metodológicos exprimem os aspectos centrais do seu pensamento sociológico, como pretendemos demonstrar a seguir. Não é nossa intenção analisar a validade ou não da incorporação de certos conceitos filosóficos na sua visão do mundo. A obra de Guerreiro Ramos é fortemente marcada pelo ecletismo. Isto se reflete na abundância de apropriações dos pensadores europeus dos mais variados matizes. Ele próprio indica as fontes de que se serviu na formulação de uma sociologia brasileira: o historicismo, o culturalismo e a filosofia da existência. Enfatiza que "É, todavia, na obra de Karl Mannheim que se encontram referências mais abundantes para a fundamentação teórica da redução sociológica". Guerreiro Ramos prossegue afirmando que Mannheim teria aplicado a redução sociológica no estudo de vários assuntos, na medida em que teve uma "preocupação

sistemática de incorporar as idéias filosóficas atuais à sociologia, sendo visível sua familiaridade com o pensamento fenomenológico e culturalista, ao qual se prende a redução sociológica" (RS,p.71). Muitos outros autores são citados, tais como Dilthey, Ortega y Gasset, Jaspers, Sartre, Weber, Spengler, Lukács, Marx, Lucien Goldmann, o que dificulta a identificação precisa das influências recebidas pelo pensamento do sociólogo baiano.

O princípio fundamental que rege o seu pensamento vem a ser a *lei do comprometimento,* assim definida: "Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto" (RS,p.77). Em poucas palavras, a afirmação da perspectiva nacionalista ressalta neste enunciado, embora ele não rejeite a contribuição da cultura universal, desde que, porém, ela fosse assimilada criticamente à *sigularidade* da formação brasileira. O engajamento a que se refere, desde que seja sistemático, "situa o cientista no ponto de vista universal da comunidade humana" (RS,p.76). Nesse sentido, não se trata de forjar uma teoria de cunho *isolacionista* do Brasil e sim, da *problematização do campo hegemônico,* isto é, "O exercício da hegemonia esbarra, atualmente, em limitações ponderáveis que reduzem de modo crescente o seu antigo caráter arbitrário" (PNB,p.39). Na medida que o país, através do

desenvolvimento econômico, rompesse com os quadros de dominação espoliativa, estaria projetando e conquistando a sua emancipação nacional. Este seria o fundamento da *terceira posição*, acima mencionada.

O segundo princípio metodológico da redução sociológica é enunciado do seguinte modo: "A luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária" (RS,p.83).O que significa que os conceitos deveriam ser depurados de suas conotações ideológicas e adaptados à realidade do país periférico.

Quanto à *lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência*, a nosso ver, o essencial nela contido é a exigência de referir a produção científica estrangeira à *singularidade* do contexto histórico-social em que o sociólogo vive. Sendo ele um *ser-em-situação*, os objetos devem ser apreendidos mediante o ponto de vista de sua situação. Nessa linha de raciocínio, os princípios universais do raciocínio sociológico devem ser reprocessados tendo em vista a *singularidade* da realidade estudada.

Guerreiro Ramos relaciona os *traços singulares* da história nacional com o *conceito de evolução*, formulando o que denominou de *lei das fases*, isto é, "a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra" (RS,p.138). Ele se mantém fiel à

concepção faseológica da história em todo o período considerado pelo nosso estudo (28).

A interpretação da história, enquanto transições de diferentes fases ou etapas vividas pela comunidade, está intimamente ligada a uma concepção evolucionista da história. Em *Nota Metodológica*, publicada em 1951, Guerreiro Ramos já esboçara a sua concepção: "As estruturas econômicas e sociais se desenvolvem segundo suas leis, numa sucessão de fases através das quais realizam suas possibilidades" (p.134). Nesse sentido, é necessário buscarmos o entendimento da particularidade do *conceito de fase,* na lógica interna do seu pensamento, pois nesta especificidade reside a sua visão particular do processo histórico. Note-se que o autor empreende o esforço de pensar a *fase* vivida pelo Brasil dentro do processo histórico-evolutivo. Para ele, "As idéias de evolução e estágio se impõem incoercivelmente ao pensamento científico, como referências necessárias para explicar os fatos históricos-sociais" (AED,p.433).

Embora Durkheim tenha utilizado o "approach faseológico" em seus estudos sobre a divisão social do trabalho, segundo Guerreiro Ramos, a maior contribuição deve-se a Carl Müller-Lyer (1857-1916). Cada fase comporta suas "linhas

28. Ver: *Nota Metodológica* (1951); A Redução Sociológica, (1958);Administração e Estratégia do Desenvolvimento,(1966).

diretrizes", que "estabelecem a forma que os fenômenos assumem dentro dela" (*Nota Metodológica*, p.134). O conceito de fase está ancorado na *categoria de totalidade*, isto é, "A fase é uma totalidade histórico-social, cujas partes estão dialeticamente relacionadas" (RS,p. 105).

É precisamente sob este prisma teórico que Guerreiro Ramos, ao analisar o pensamento político-social brasileiro na *fase colonial*, recorre ao conceito de *autêntico*, ou seja, o pensamento que corresponde à fase ou à transição de fase, salientando que, no interior da estrutura colonial, os mesmos fatores que determinam o subdesenvolvimento produzem a mentalidade colonial, como já mencionamos nesta exposição. A expressão "Tudo é colonial na Colônia", formulada por Roland Corbisier, sintetiza com muita precisão o significado deste conceito em exame.

Referindo-se à Müller-Lyer, em As Fases da Cultura, Guerreiro Ramos enfatiza que o método faseológico não tem por objetivo compartimentar o devenir histórico, mas captar a *linha diretriz*, isto é, determinar "mediante o confronto das fases, a direção em que se orienta a evolução da cultura" (RS, p.106).Isto é, seria possível estabelecer a comparação entre diferentes sociedades dentro de uma mesma época histórica e, nesse sentido, a sociedade moderna seria uma etapa a ser conquistada pelos países subdesenvolvidos.

No entender do autor, Karl Mannheim teria sido influenciado pela teoria de Müller-Lyer, ao afirmar que a possibilidade de apreendermos globalmente o mundo reside na apreensão dos *principia media*, que vêm a ser as "forças configuradoras de cada etapa histórica" (NM,p.135). Não sendo uma categoria lógica, a fase é sempre caracterizada *a posteriori*, pela observação empírica dos fatos, os quais estabelecem relações coerentes uns com os outros. Nessa linha, a delimitação das fases é obtida de modo comparativo (RS,p.109). A passagem que se segue, exemplifica a questão: "uma sociedade cuja estrutura se fundamenta no latifúndio está comparativamente em fase inferior àquela cuja estrutura se baseia na economia de mercado" (RS,p.145). Na lógica do seu pensamento, a categoria de fase, possibilitaria ainda a "discriminação dos arcaísmos, das sobrevivências e das antecipações dentro das estruturas econômicas e sociais e conduzem àquela situação chamada por W. Pinder de *contemporaneidade do não-coetâneo* e que se constitui num fator de perturbação do processo evolutivo" (NM,p.135). A partir desta angulação, Guerreiro Ramos explica a singularidade da burguesia nacional: "Esta simultaneidade de fases diferentes não tem permitido até agora o surgimento de uma burguesia industrial capaz de exercer plenamente um papel revolucionário pois, para tanto, deveria estar livre das dependências de vária natureza que a vinculam às seções capitalistas mais antigas" (PNB,p.236).

No seu entender, o país havia deixado de ser "essencialmente

agrário", tornando-se um país industrializado, graças ao processo de *substituição de importações*, cuja importância não era "puramente contábil", sendo do ponto de vista do *desenvolvimento nacional*, "um meio de dar ocupação aos excedentes de mão de obra do setor primário, de poupar recursos críticos e de emitir efeitos multiplicadores positivos no mercado interno" (PNB,p.194). Ocorria que, a burguesia industrial que estaria se formando não estava *amadurecida ideologicamente*, pois "Há pouco mais de um quarto de século não se tinha configurado o nosso mercado interno e era incontrastável o domínio das oligarquias de proprietários de terras, os quais, tendo um passado relativamente longo, puderam adquirir agudo senso dos seus interesses" (PNB,p.26).

Em que pese o fato de ser a formação social brasileira analisada a partir do conceito de *dualidade básica*, ao tratar especificamente dos problemas internos do desenvolvimento em regiões subdesenvolvidas, como na particularidade do caso brasileiro, o sociólogo adota o critério de *simultaneidade de fases*, ou seja, das disparidades de desenvolvimento entre as várias regiões. Segundo ele, "No Brasil encontram-se todas (as fases) pelas quais a humanidade até agora já passou, desde o comunismo primitivo ao capitalismo de Estado" (RS,p.147). Guerreiro Ramos salienta que teria sido influenciado por K. Marx, no que diz respeito à sua própria formulação da *lei das fases*.

Marx teria percebido que "cada etapa, condicionada por sua infraestrutura, tem suas leis específicas e, portanto, seus problemas particulares" (RS,p.141). A percepção da fase, se tornaria mais clara quando se consideram longos períodos do processo histórico evolutivo, "como o paleolítico, o neolítico, a idade dos metais; ou o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo e o capitalismo" (RS,p.145).

A visão faseológica da história enquanto categoria da teoria da evolução, permite ao autor conceber a *sociedade moderna* como sendo uma etapa do desenvolvimento histórico-social da humanidade como um todo. Ou em suas palavras, "A categoria de sociedade moderna, como etapa, tem de comum com as antigas teorias evolucionistas o fato de que pressupõe um desenvolvimento unitário global do gênero humano" (AED,p.139).

Na perspectiva do autor, existe um problema de modernização para os países subdesenvolvidos. Assim sendo, a categoria de sociedade moderna reveste-se de um sentido positivo e "caracteriza o momento iluminista da consciência ocidental" (AED,p.138). O próprio Guerreiro explicita os pressupostos da noção de sociedade moderna, quais sejam: "o predomínio de critérios racionais nas relações entre os homens, organização política na identidade essencial de todos os homens, organização econômica fundada na justiça como critério de participação nos resultados da produção social,

liberdade universal" (AED,p.138). A categoria de sociedade moderna não significa, para o autor, "característica particular de um povo ou cultura específica que se tenha constituído em *espelho para os outros*" (AED,p.139). Guerreiro insiste freqüentemente que, a sociedade moderna não é etapa final do desenvolvimento histórico-social da humanidade. Ao contrário, surge da disparidade de desenvolvimento entre diferentes sociedades numa mesma época" (AED,p.140).

No seu entender, não será científico o conceito de etapa que "pressupõe se verifique a evolução à maneira de gradativa revelação de predeterminado sentido compulsório do acontecer histórico-social ou, em outras palavras, que pressuponha a reificação da História ou da Cultura, como formas dotadas de impulsos imanentes de transformação" (AED, p.133). É necessário evidenciar um elemento essencial da sua visão do mundo, que é a sua crença na liberdade do indivíduo para atuar no processo de desenvolvimento histórico-social. Nas suas palavras, "O indivíduo é também capaz de criação histórica, e isto se comprova toda vez que procede a mudanças sociais deliberadas, naturalmente seguindo as possibilidades concretas ao seu alcance" (MVRB,p.47). Na perspectiva de Guerreiro Ramos, a categoria de etapa vem a ser um termo de classificação histórica. É nesse sentido que ele a utiliza. Não sendo propriamente uma realidade empírica, essa categoria é um "tipo-ideal", exatamente como

a empregara Max Weber. Em suma, trata-se de uma "construção conceitual destinada a facilitar o entendimento da realidade empírica e não reflexo dessa realidade na mente do observador" (AED,p.136).

Tivemos por objetivo, neste capítulo, resgatar as principais categorias presentes no pensamento de Guerreiro Ramos, as quais apontam para a especificidade da sociologia nacional, ou seja, uma sociologia engajada com o nacionalismo e com o desenvolvimento brasileiro, num período histórico-social determinado. Registre-se que esta especificidade a que nos referimos representa, independente dos erros e acertos envolvidos no projeto nacionalista, o caráter inovador da problemática cultural, política, social e ideológica, que a sua sociologia nacionalista encerra.

A investigação sistemática da sua produção teórica revelou que, no início dos anos de 1950, o sociólogo esteve absorvido com a revisão da literatura sociológica brasileira, buscando os fragmentos para a construção da sua própria teoria social. No esforço de compreensão dos problemas nacionais de seu tempo, o sociólogo baiano retoma os pensadores conservadores atuantes nas décadas de 1920 e 1930, cujo esforço teria deixado marcas duradouras no processo político brasileiro.

A leitura dos seus escritos revela, ainda, que o sociólogo

baiano busca estabelecer uma ligação entre a tradição conservadora dos anos de 1930 e o pensamento isebiano, na década de 1950. Para ele, a trilha da "auto-afirmação do pensamento brasileiro já estava aberta, carecendo apenas dos que continuem o trabalho dos desbravadores". (Nota:O Processo da Sociologia no Brasil, p.34) Assim sendo, coerente com esta linha de raciocínio, empenhou-se em dar *continuidade* ao trabalho daqueles que, ao tentarem *descartar-se da importação de modelos*, teriam contribuído para o esclarecimento dos *aspectos singulares* da *realidade nacional*. Trata-se da tradição representada por autores tais como Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, além de outros. Na visão de Guerreiro Ramos, há "Tradições que, uma vez estudadas, nos poupam de reabrir caminhos" (ICSB,p.30). Considerando-se que o pensamento conservador brasileiro serviu como fonte decisiva, de onde foram colhidos elementos configurativos da sua sociologia nacionalista, a tematização por ele desenvolvida, deste assunto, será objeto de nossa reflexão no segundo capítulo desta dissertação.

capítulo 2

O NACIONALISMO: IDEOLOGIA DOS POVOS PERIFÉRICOS

Ao vincular-se ao IBESP, *(Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política)*, em 1952, responsável pela publicação da revista *Cadernos do Nosso Tempo* (29), entre 1953 e 1956, Guerreiro Ramos, inicia um esforço sistemático de revisão da tradição sociológica brasileira. Assim sendo, projeta para o passado o foco de sua investigação, rastreando os pensadores atuantes nas décadas de 1920 e 1930, cuja preocupação estava voltada para as soluções daquilo que consideravam **o problema brasileiro.** Nesse sentido, percebe-se que ele centrou suas atenções no desvendamento das **tendências políticas** refletidas nas obras de: Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), Irineu Evangelista de Souza (Visconde de Mauá), Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna (**A Revolução de 1930**,p.533). Dessa sua atividade resultou um conjunto de trabalhos (30) onde se evidencia o diálogo estabelecido com

29. Simon Schwartzman, na Introdução ao **O Pensamento Nacionalista e os *Cadernos do Nosso Tempo***, Editora Universidade de Brasília 1981, mostra que, "A importância do IBESP e dos *Cadernos* é que eles contém no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do **Instituto Superior de Estudos Brasileiros**", p.3.

30. GUERREIRO RAMOS,A. **O Processo da Sociologia no Brasil**, Esquema de uma história de idéias, 1953; **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo**, 1954; "O Problema do Negro na Sociologia Brasileira". **Revista**

os pensadores conservadores anteriores a ele. Há que grifar, o sociólogo não pretendeu expor de modo ordenado e sistemático uma análise detalhada do pensamento dos autores que retomou. O que transparece desse diálogo mantido à epoca do **IBESP-ISEB,** é a busca dos elementos configuradores do seu ideário nacionalista (1950). Não é menos verdade que o sociólogo volte ao tema da *intelligentsia* brasileira, quase trinta anos depois, já na década de 1980, ocasião em que se realizou o seminário internacional sobre a **Revolução de 1930** (31).

Nesta direção, buscamos explorar internamente este conjunto de trabalhos, tentando aglutinar os diálogos esparsos mantidos por Guerreiro Ramos com **Alberto Torres** e **Oliveira Vianna,** no período indicado acima, de modo que fiquem explicitos os nódulos principais integrantes do seu ideário

---

Cadernos do Nosso Tempo, 1954; **Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil.** Separata da **Revista Serviço Social,** 1954; "A Ideologia da jeuneusse dorée". **Revista Cadernos do Nosso Tempo,** n.4, 1955;i "O Inconsciente Sociológico". **Revista Cadernos do Nosso Tempo,** n.5, 1956; "A Ideologia da Ordem **In: A Crise do poder no Brasil,** Zahar Editores, RJ,1961; "Esforços de Teorização da Realidade Brasileira politicamente orientado de 1870 até nossos dias". **In: Introdução Crítica à Sociologia Brasileira,** 1957; "A Problemática da Realidade Brasileira". **In: O Problema Nacional do Brasil,** 1960 e "A Inteligência Brasileira na Década de 1930 à Luz da Perspectiva de 1980". **In: A Revolução de 1930.** *Seminário Internacional,* Editora Universidade de Brasília, 1982.

31. Em verdade, neste ensaio, o sociólogo reitera suas avaliações anteriores sobre o pensamento politico-social, ampliando os horizontes de sua reflexão, mostrando-se, contudo, restritivo para com a sua própria visão "otimitista" do Brasil, nos idos de 1950 e 1960. Neste último estudo,(1980), o pensador preocupa-se com a "singular magnitude histórica da crise econômica, social e política em que o Brasil se encontra, e bem assim dos seus efeitos no domínio cultural" **Revolução de 1930,** p.543.

nacionalista. Seria um erro, porém, interpretar a utilização que faz daquela *tradição*, sem referir que as soluções encontradas pela perspectiva de Guerreiro Ramos são distintas, na medida em que ele opera uma atualização daquele pensamento, tendo como determinante de sua reflexão a realidade brasileira dos anos de 1950 e 1960.

Comentamos no primeiro capitulo desta dissertação que o autor busca estabelecer um elemento de continuidade entre o *pensamento das gerações passadas* e o *pensamento nacionalista* na década de 1950. Em verdade, Guerreiro Ramos alega outros motivos para justificar a releitura da intelectualidade dos anos 20 e 30, colocando em relevo que pretendia "distinguir entre os elementos críticos e não-críticos e preservar os primeiros como parte de nossa sistemática consciência do mundo e do Brasil" (32). Um aspecto básico da sua concepção de *inteligência brasileira* é que ela seria constituída por um "conjunto de pessoas que têm exercido, em vários papéis, um magistério público orientado para interpretar e configurar o processo de formação do país" (**Revolução de 1930**, p.529). Não eram considerados *sociólogos* os intelectuais representantes da *tendência acadêmico-normativa*, cuja preocupação não extrapolaria os limites restritos do mundo acadêmico. Importa ressaltar que, no seu modo de ver, "a sociologia não é uma ciência de cátedra, mas um conhecimento fundado na prática social" (PNB,p.259) e

32. id., ibid., p.542.

esta não se define *unicamente* por conhecimentos obtidos mediante processos acadêmicos habituais. Atribuindo uma valoração positiva aos **estudos operativos**, isto é, aqueles relativos à *organização social e política da coletividade*, defende a tese de que *sempre houve ciência social no Brasil*, entendida, porém, como *saber em ato*, já mencionado anteriormente como sendo um saber *militante, engajado* nas lutas políticas e sociais travadas no país. Em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira** o autor registra que "meus estudos foram sempre comandados pela necessidade de compreender ou resolver problemas: mortalidade infantil, administração de negócios governamentais, organização social de negros, ação política, agressões pessoais, etc. Meu lema é e será sempre o de Napoleão: *on s'engage et puis on verra* (p.214). Assim sendo, ao que tudo indica, a "chave" para a compreensão da forma assumida pelo **nacionalismo** de Guerreiro Ramos encontra-se na assim chamada vertente do *pensamento militante*.

É decisivo, para a concepção que estamos analisando, preservar a *corrente* do pensamento político cunhado de **pragmático-crítico**, como veremos adiante. Guerreiro Ramos identifica-se com os pensadores conservadores dos anos de 1930, afirmando que, os materiais de uma *weltanschauung* brasileira estariam presentes no interior daquela "corrente" do pensamento brasileiro. A diferença específica entre os intelectuais *militantes* e os *tradicionais* residiria no fato

de que os primeiros haviam se ocupado com o problema da *construção da nacionalidade*, além de terem exibido uma proposta de *organização nacional*, o que indica o interesse de Guerreiro Ramos pelas proposições doutrinárias daqueles pensadores.

Sem nenhuma pretensão de adentrarmo-nos no universo problemático de suas "classificações" dos ideólogos brasileiros, dentro dos limites desta dissertação, basta para os nossos objetivos, a explicitação de duas categorias centrais presentes no seu pensamento, à luz das quais irá classificar a *inteligência brasileira*, nas décadas de 1920 e 1930 (33). Temos assim que, por **pragmatismo crítico** Guerreiro Ramos compreende "o posicionamento de intelectuais que, por força de sua identificação positiva com o elemento nacional e de sua sensibilidade às condições contextuais típicas do meio em que vivem, tendem mais a se servir das idéias e teorias importadas do que a admitir a sua exemplaridade abstrata" (34).

É possível afirmar que a definição que acabamos de transcrever remete aos mesmos *princípios gerais* da atitude metódica implícita na *redução sociológica*, já abordada anteriormente, e que expressa a proposta de uma metodologia

---

33. Sobre o assunto consultar: Oliveira, Lúcia Lippi. *A Inteligência Brasileira à luz da sociologia profética de Guerreiro Ramos*. **Dados**, RJ, 31 (3): 357-371.
34. **Revolução de 1930**, p.533.

política. Atitude própria da *corrente* fundada por Sílvio Romero (1851-1914), seguida por Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917), Oliveira Vianna (1883-1951), Azevedo Amaral (1881-1942), essa vertente, segundo a interpretação em questão, compreendeu a realidade nacional segundo um ponto de vista próprio. Soube traduzir corretamente a realidade, particularmente porque teriam, aqueles autores, utilizado métodos *empírico-indutivos*, isto é, "o que parte da consideração de tendências fatuais para a elaboração teórica" (RS,ed/ 1965, Introdução), resultando na correta apreensão dos traços *sigulares* da nacionalidade. Não será demais insistir que, as produções teóricas avaliadas de modo positivo, sem exceção alguma, foram aquelas que manifestaram um propósito **pragmático.**

No pólo oposto desta "categorização", Guerreiro Ramos agrupa os intelectuais **hipercorretos**, assim denominados em função do seu *posicionamento ambivalente com o elemento nacional*.Em outras palavras, os *hipercorretos* tenderiam a aceitar a cultura estrangeira como "súmula de paradigmas de ação" (**Revolução de 1930**, p.533) e não teriam se desvencilhado das influências *alienígenas*, caraterísticas da *consciência ingênua.* Nessa direção, tece suas críticas mais contundentes aos intelectuais que, por sua tendência "a atribuir a idéias e teorias importadas eficácia direta na configuração de comportamentos sociais", teriam negligenciado os seus condicionamentos contextuais (Revolução/1930, p.533). Nesta

corrente de pensamento inclui pensadores tais como Sales Torres Homem, Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Artur Ramos, Costa Pinto, Florestan Fernandes, o movimento modernista de 1922 (35) assinala os positivistas em geral, Rui Barbosa e outros (36).

A herança de um passado colonial estaria dificultando a formação de um pensamento autônomo no Brasil e é isto que explica, segundo Guerreiro Ramos, a falta de objetividade da *sociologia acadêmica.* Assim, conclui que "Não havendo no País as pressões que suscitassem um pensamento sociológico próprio, teve de ser importado" (PNB,p.260). Referindo-se aos *literatos* brasileiros sustenta que suas motivações seriam significativamente distintas das verificadas na *corrente militante ou engajada,* endereçando a eles a expressão de Afrânio Peixoto, "a literatura é o sorriso da sociedade" (Revolução de 1930 p.530).

---

35. Guerreiro Ramos, avaliando o *modernismo de 1922*, escreve: "Pode-se argumentar que o Movimento Modernista foi, em certa escala, uma *journée de dupes*, enquanto os seus representantes exceliram numa ingênua e exaltada importação de idéias e, ao definirem-se como *modernistas*, aceitaram como paradigmas de sua peripécia literária os estilos mesmos da decadência ocidental, tais como o *futurismo*, o *dadaísmo*, o *surrealismo*, o *cubismo*. Estes *ismos*, posicionamentos estéticos ultra-urbanísticos, tornaram os modernistas no Brasil uma vanguarda expatriada, como no passado o foram, talvez mais moderadamente, os nossos gongoristas, românticos e parnasianos. Ao olharem para o país, pouco discerniam nele mais do que o *folclórico*" (Revolução de 1930,p.534).

36. Sobre a polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos consultar: FERNANDES, Florestan "O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros", In: A Sociologia no Brasil, Editora Vozes, 1977 e A. G. RAMOS A Redução Sociológica, 2a. ed., 1965.

A propósito de suas análises de ideologias (Nota: Guerreiro Ramos reuniu seus ensaios de análise de ideologias na Terceira Parte de **A Crise do Poder no Brasil** (1961) sob o título **Três Momentos Ideológicos do Brasil**) ressalte-se que, nesse campo específico, Guerreiro Ramos recorre a autores de diferentes orientações, tais como: "Vilfredo Pareto, Max Scheler, Karl Mannheim, George Lukács, Sorokin, Georges Gurvitch e Merleau-Ponty" (**PNB**,p.45), afirmando que não há contestação por parte de nenhum deles quanto ao "condicionamento do pensar e do agir das pessoas e dos grupos pelas respectivas posições na estrutura social" (**PNB**,p.46). Assim sendo, "As ideologias existem e existirão necessariamente em qualquer sociedade porque é inconcebível que o pensamento e a conduta do homem possam superar suas limitações históricas e sociais" (**PNB**,p.45). Observa-se que, ao perseguir a construção da ideologia nacionalista, Guerreiro Ramos dispensa especial atenção à concepção político-ideológica dos pensadores estudados. Há que ressaltar, o procedimento metodológico de Guerreiro Ramos implica a utilização de diferentes critérios para agrupar a intelectualidade brasileira dentro das categorias de "ideologia da ordem", "jeunesse dorée" e "inconsciente sociológico", como veremos a seguir. Entretanto, a *tendência política* assumida pelas "famílias" ou "grupos" intelectuais por ele abordados ganha significação específica no interior do seu ideário nacionalista. Dizia que "No domínio da vida intelectual há famílias. Isto é, grupos cujos integrantes

são marcados sutil ou ostensivamente por um ar de família". Assim sendo, Guereiro Ramos relaciona a *ideologia da ordem* ao grupo *católico integrista*, o que não significa sustentar que todos os intelectuais católicos, no Brasil, pertencessem a esse grupo "reacionário"; porém afirma que o *integrismo* representa a *posição política conservadora* expressa pela doutrina de Joseph de Maistre, Bonald e Charles Maurras.

No Brasil, Jackson de Figueiredo, escritor sergipano, é apontado como sendo a matriz do pensamento político adotado pelos *católicos integristas*, sendo o responsável pela postura política assumida por eles. Guerreiro Ramos enfatiza que, ao criticar os *integristas*, não o animaria qualquer sentimento anticatólico, ao contrário, procura atinar para o fato de que o *integrismo* "é uma perversão do catolicismo", ao qual se contrapõe o sociólogo por assinalar *o divórcio entre a Igreja e as camadas populares*. Assim sendo, agrupa na categoria da *ideologia da ordem* as figuras de Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima, Alcebíades Delamare, Durval de Morais, Perilo Gomes, o Padre Assis Memória, o Cardeal Dom Jaime Câmara, o Arcebispo Dom Hélder Câmara, Gustavo Corção, Gladstone Chaves de Melo, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Fernando Carneiro, Carlos Lacerda, José Artur Rios e outros.

Em suma, as principais características do *integrismo* seriam: *o excessivo compromisso com as formas temporais da Igreja* e

não com o núcleo de suas crenças básicas; o tratamento dado à *questão política* como sendo um *problema moral*; o *aristocratismo*; e o *reformismo*, sendo este último uma consequência desta *concepção política*. Afirmava, em *A Ideologia da Ordem*, que: "Toda política baseada em princípios eternos, destes deduzida em vez de induzida dos fatos, é levada a este anti-humanismo, em seus extremos" (p.149). No dizer de Guerreiro Ramos, os intelectuais católicos no Brasil, enquanto categoria social, não teriam ainda superado a *ideologia da ordem*, "nos moldes em que a formulou Jackson de Figueiredo", deixando como seu sucessor Tristão de Athayde.

No ensaio publicado pela primeira vez na **Revista Cadernos do Nosso Tempo** (1955), *A Ideologia da 'jeunesse dorée'*, Guerreiro critica o enfoque *psicológico* de três autores brasileiros, segundo ele, oriundos de "famílias tradicionais": Afonso Arinos de Melo Franco, Alceu Amoroso Lima e Otávio de Faria. Em relação à visão *dorée*, ou dos intelectuais *bem-nascidos*, o sociólogo baiano, avaliando essa tendência *acadêmico-normativa*, mostra que suas preocupações seriam estritamente *intelectuais*, devido à *origem de classe*, fator que os afastariam das lutas partidárias.

Para Guerreiro Ramos, "Esses traços são iniludíveis naqueles três homens públicos, em Alceu de Amoroso Lima (o proustiano

das memórias de **A Casa Azul**), em Afonso Arinos de Melo Franco (biógrafo comovido de seu ilustre pai), em Otávio de Faria (o torturado autor da **Tragédia Burguesa** e de **Fronteiras da Santidade**). Os temas da *visão dorée* do mundo podem ser resumidos na interpretação dos problemas brasileiros em termos de *psicologia nacional*; o da *salvação do país pelos intelectuais e pelas elites* e o da *redução do problema político a um problema moral*. Justificando sua postura diante da *jeunesse dorée*, o autor ressalta que nas modificações que se processaram na estrutura de classes no Brasil, no período posterior à Revolução de 1930, momento em que a *pequena-burguesia e o proletariado lutam pela busca de maior participação na esfera do poder estatal*, a *jeunesse dorée* propõe a *recristianização, o primado das elites letradas, melhoria do caráter nacional* (p.102).

A partir do *approach* faseológico, Guerreiro Ramos procura demonstrar que os autores a que se refere não percebem que a *psicologia coletiva* de um povo também se transforma quando há mudanças numa fase do desenvolvimento para outra superior. Em relação a Alceu Amoroso Lima, afirma que, em seu livro intitulado **Política**, ao abordar a obra de Alberto Torres, "procede apenas a confrontos doutrinários, parecendo-lhe tal procedimento 'mais útil ao estudo da estrutura política do Brasil do que a apresentação direta de qualquer programa de reconstrução'" (CPB,p.155).

Em *O Inconsciente Sociológico*, Guerreiro Ramos manifesta sua discordância com relação aos autores que, ao afirmarem a exigência de "treino especialissimo" para o exercício da Sociologia e da Antropologia, teriam desestimulado intelectuais capazes de contribuir para o esclarecimento da *singularidade* nacional. Já se ressaltou diversas vezes, ao longo deste trabalho, a importância atribuída pelo nosso autor aos escritores voltados à resolução dos problemas nacionais, ou seja a *sociologia vinculada*. Dentro desta perspectiva, pode-se apreender o sentido da sociologia "em mangas de camisa" defendida por Guerreiro Ramos, a qual implica, como vimos anteriormente, a *militância*, ou seja "o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência, reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político" (CPB,p.190). Assim sendo, o sociólogo baiano recupera os trabalhos de Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, autores que se detiveram no esclarecimento da crise de 1930, constituindo "o mais bem sucedido esforço de teorização dos fatos ocorridos naquela faixa de tempo" (CPB,p.169). No seu modo de ver, os autores mencionados utilizaram *métodos empírico-indutivos* o que teria dado validade aos seus estudos. Em relação a Azevedo Amaral reitera que "Este escritor foi muito fiel ao tema da realidade brasileira durante toda a sua vida produtiva" (CPB,p.173) e, não fosse a "sua falta de status acadêmico", teria tido o reconhecimento merecido.

2.1 - Atualização da consciência militante: Alberto Torres e Oliveira Vianna

Guerreiro Ramos segue os passos da tradição *militante*, num procedimento evidentemente intencional, perseguindo a construção do seu ideário nacionalista. Demonstrando grande admiração por Alberto Torres, afirma ter sua obra atingido o *ponto mais alto* a que chegou o pensamento sociológico brasileiro. Teria, assim, Alberto Torres influenciado o *movimento modernista* e a *Ação Integralista Brasileira*, o que demonstra o "poder de propagação da sociologia nacionalmente vinculada" (PNB,p.28).

A análise feita por Guerreiro Ramos da obra de Alberto Torres, de quem se dizia seguidor, toca em alguns pontos fundamentais, que nos permitem compreender o processo de elaboração de uma sociologia nacionalista, profundamente colada ao contexto histórico-social da década de 1950. Em linhas gerais, Guerreiro Ramos segue os passos de Alberto Torres no que concerne aos problemas resultantes da nossa formação colonial, do amorfismo, da diversidade cultural da sociedade brasileira e da necessidade de construção da nacionalidade, o que implicaria a ação do Estado. Aceita integralmente a tese defendida por Torres, da "intransferibilidade literal das idéias e das instituições",

o que de certo modo, é o ponto de partida para a construção de um método de assimilação crítica do patrimônio cultural estrangeiro, ou seja, do método da *redução sociológica*.

Nesse sentido, é possível que, Alberto Torres tenha sido o mais sólido suporte encontrado por Guerreiro Ramos, na formulação de uma sociologia nacionalista. Ele próprio dirá em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira** que, "há na obra de Alberto Torres muitas contribuições a incorporar na formulação de uma sociologia nacional", na medida em que ele teria sido *inexcedível* quando "focalizou o caráter abstrato de nossa cultura" (**ICSB**,p.135). Freqüentemente assinala a importância da contribuição de Alberto Torres no que diz respeito ao seu esforço para imprimir à cultura brasileira um caráter nacional. Sendo assim, afirma: "Na base de sua obra está um *sum*, um sou brasileiro, um *a priori* fundamental, deliberado, consciente, que tornou aquele homem o contrário de um intelectual gratuito ou de um esteta" Além disso, "ele compreendeu que a cultura de um povo se verifica mediante a apropriação do que chamou de *base histórica*, à maneira de um Karl Jaspers" (37). Vale notar, essa *base histórica* vem a ser a *cultura nacional*. Para Alberto Torres, segundo a óptica em questão, os problemas brasileiros deveriam ser interpretados partindo-se de postulados inferidos da nossa realidade e não da "vida e da evolução de povos de existência multisecular". (**PNB**,p.28).

37. "Considerações sobre o Ser Nacional". **Jornal do Brasil**, 20.1.1957.

Alberto Torres "recolhe e cultiva os esboços de sociologia pragmática de Sílvio Romero e salva as suas contribuições esparsas numa obra doutrinária consistente, **O Problema Nacional Brasileiro**", publicada em 1914 (38).

Fundamentalmente, Guerreiro Ramos irá resgatar nesta obra a tese de que *o Brasil não tem povo* o que será reafirmado diversas vezes pelo sociólogo baiano: "durante o período de dominação dos fazendeiros, o Brasil foi um país sem povo", isto é, um povo politicamente organizado. Uma vez que a sociedade brasileira, no dizer de Alberto Torres, "não chegou a constituir-se" (**PNB**,p.21), via a necessidade de se construir *artificialmente* a nacionalidade, através da iniciativa do Estado. Na visão de Alberto Torres, segundo Guerreiro, impõem-se "a formação, por convicção racional, da consciência nacional: a criação e o desenvolvimento, *par en haut* _ da inteligência para os hábitos, do raciocínio para os reflexos, do instinto de conservação e do progresso nacional" (**PSB**,p.27). Nos países de formação colonial inexistiriam "os caracteres fundamentais da vida social"; daí a necessidade das fórmulas administradas de cima para baixo, "da inteligência para os sentimentos". Para Guerreiro Ramos, a ausência de uma *cultura nacional autêntica* seria um dos traços característicos da realidade

---

38. No prefácio de **O Problema Nacional do Brasil**, Guerreiro Ramos assinala: "O presente livro, como o de Alberto Torres, é uma tentativa de utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira".

brasileira; assim sendo, ele acolhe como acertadas as observações de Alberto Torres, para quem, "Comparativamente, somos em larga escala, uma espécie de sociedade em branco, em matéria de tradição e costumes". Guerreiro assume, sem vacilar, a perspectiva de Alberto Torres sobre as sociedades formadas por colonização e se encarrega de confirmá-la, aludindo que o sociólogo fluminense, "já havia focalizado, como Fabregat o faz para a América do Sul, o amorfismo da sociedade brasileira, que não evolui propriamente pela mediação de forma a forma, mas por improvisos, em que tudo começa sem antecedentes" (PNB,p.94). Isto ganha expressão no pensamento de Guerreiro Ramos, quando enfatiza que a cultura brasileira não poderia escapar à lógica da *situação colonial*, entendida como um *fenômeno total*, onde já havia percebido traços de alienação, amorfismo, dualidade, já mencionados anteriormente. Na perspectiva do autor, "Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilinguismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de identificação da personalidade do colonizado, com a sua circunstância histórico-natural imediata" (ICSB,p.18).

Guerreiro Ramos assim sintetiza as soluções encontradas pela perspectiva torreana para o país dotado de uma estrutura essencialmente agrária, ou seja, Torres teria concebido para o caso brasileiro uma "fórmula autoritária de governo, que implicava poder concentrado em mãos do Chefe da Nação,

executivo e judiciário fortes no âmbito nacional e fracos no âmbito estadual e local, legislativo fraco". Guerreiro Ramos justifica a *terapêutica* adotada por Alberto Torres, da criação de um estado centralizado, na medida em que a solução estaria adaptada à *rusticidade do nosso meio*, naquele estágio e tendo por objetivo dar, ainda que artificialmente, forma institucional a *um país sem povo*. Torres "defendeu o nacionalismo nos países novos como imperativo de formar artificialmente a nação". O nacionalismo não seria uma necessidade para os países já formados, enquanto que para um povo de origem recente deve ser uma aspiração, ou seja, a de constituir politicamente a nação, através da ação do estado. Tal como no pensamento de Guerreiro Ramos, em Alberto Torres, a construção da nacionalidade é obra política. Citando-o, escreve que "Nas nações novas (...) o fato resultante da forma peculiar de sua exploração é que a sociedade (grifos de A.T.) não chega jamais a constituir-se", o que significa dizer que, na perspectiva torreana, não se constitui em uma sociedade, uma coletividade de indivíduos, onde as *regras do jogo* não estão *formalmente institucionalizadas* (AED,p.383). A partir deste diagnóstico, segundo Guerreiro Ramos, inclinou-se a propor um programa político elitista. "Confiava em que a solução de nosso problema nacional fosse uma organização política em que as funções dirigentes seriam privativas de um corpo seleto de cidadãos recrutados por critérios corporativos" (AED,p.356). Não fica esclarecido, ao menos na análise de

Guerreiro Ramos, de onde surgiria esse "corpo seleto" de homens, no dizer de Alberto Torres, "exemplares e modelares" e que exerceriam a tutela de *um país sem povo*. Entretanto era evidente, para Guerreiro que, "Aquela solução era uma estratégia que visava a dar, *artificialmente*, forma a um país no qual 'a forma superior de nação' não havia surgido por processos naturais, evolutivos e espontâneos" (AED,p.391).

Convencido do acerto das análises do pensador fluminense, Guerreiro Ramos escreve: "Alberto Torres tentou uma proeza fichteana: a de conclamar as energias espirituais de seu país para dar-lhe autonomia" (*Considerações sobre o Ser Nacional*).

De sorte que o sociólogo baiano incorpora, da reflexão de Alberto Torres, a tese do *país sem povo*, a questão da necessidade de *construção da nacionalidade*, a *visão histórica do passado colonial brasileiro*, a *debilidade política dos governantes nacionais*, principalmente. Vejamos, na seqüência, qual a utilização feita por Guerreiro Ramos das teses reconhecidas, de modo incondicional, como sendo corretas para a época em que foram formuladas pelo pensador fluminense. É possível afirmar que não houve ruptura com as idéias de Alberto Torres; esta teria se dado no plano da realidade, com o surgimento de uma "nova fase" do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Por outro lado, apesar das convergências entre os dois autores, observe-se que sociólogo não aceita a obra de Alberto Torres em sua totalidade. Assim sendo, opõe-se à *concepção psicologista da história*, presente no pensamento torreano, a qual pretendia erradicar os problemas sociais brasileiros, "mediante a transformação do caráter nacional" (ICSB,p.128). Nesse sentido, Guerreiro Ramos assume uma posição progressista em relação à Torres, pois remete a discussão da *psicologia nacional* às bases materiais da sociedade brasileira. Sustenta que, "a nação não se dá independente de um mercado interno, de um sistema de transportes e comunicações suscetivel de interligar todos os recantos do território. Não viu, (A.Torres) em resumo, que a nação só poderia verificar-se, em toda a sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro". E, dentro dessa linha de raciocínio, afirma ter escapado à sua percepção, "o condicionamento econômico do fenômeno nacional. Era dos que advogava que o Brasil não deveria jamais desviar-se de sua 'vocação agrícola'" (ICSB,p.32). Entretanto, mesmo criticando alguns aspectos da obra de Alberto Torres, não é possível, a nosso ver, discorrer sobre a sociologia nacionalista de Guerreiro Ramos sem aludir às apropriações ou mesmo às rejeições feitas do todo doutrinário daquele autor.

No que concerne à temática circunscrita na produção torreana, ela está voltada aos problemas da reconstrução nacional, tanto quanto a de Guerreiro Ramos, cuja

preocupação passa pelo problema da intervenção política no plano social. A proposta de elaboração de uma cultura nacional autônoma, em Guerreiro Ramos, isto é, a ideologia nacionalista, parte da mesma noção de um *SUM, um sou brasileiro,* o que logo evidencia a sua estreita vinculação ao ideário nacionalista de Alberto Torres. A tematização das elites dirigentes, será tomada como referencial para pensar a questão da direção do processo de desenvolvimento nacional autônomo. Torres critica a "debilidade psicológica e cultural de nossos governantes e (...) despreparo de nossas elites, cujo saber era 'inadaptado' às peculiaridades da terra e do povo brasileiro" (AED,p.356). Guerreiro Ramos endossa a posição de Alberto Torres, no que concerne à classe dirigente, reafirmando que "Há neste país uma classe que exerce objetivamente a dominação mas, em larga escala desprovida da consciência orgânica das necessidades e dos fins da sociedade brasileira, à dominação daquela classe, não corresponde um estado subjetivo necessário para realizar o projeto que está implícito na vida do povo". Por fim, reiterando essa afirmação, dirá que a classe dominante "é o que não pode deixar de ser e tem de exercitar-se para dirigir, na prática" (39).

Para além das questões aludidas, Torres teria feito "como ninguém depois dele, um esforço para ver as relações de raça no Brasil à luz dos fatos da vida brasileira, e, não,

39. "Notas sobre o Ser Histórico", **Jornal do Brasil**, 27.1.1957.

literalmente, a partir das categorias da ciência antropológica européia" (ICSB,p.135). O autor integraria, assim, a corrente "autonomista" do nosso pensamento sociológico (ICSB,p.141). Referindo-se à questão do negro no Brasil, tratou de "arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado do ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade" (ICSB,p.128).

Em **O Problema do Negro na Sociologia Brasileira**, Guerreiro Ramos enaltece a figura de Alberto Torres e de Alvaro Bomilcar que, antes do atual movimento antropológico, formularam indicações fundamentais para a compreensão do problema racial no Brasil (p.125). Por outro lado, compara-os a outros intelectuais tais como Nina Rodrigues, Artur Ramos e Gilberto Freyre, cuja produção poderia ser colocada "na mesma estante dos estrangeiros que nos visitaram", seja um Hans Staden, Roger Bastide e, entre outros, Donald Pierson, que teriam tratado a questão do negro como *material etnográfico*, sendo por isso combatidos veementemente pela perspectiva de Guerreiro Ramos (p.135). Na base de todos os acertos, ressalta a presença da *consciência crítica* na investigação de Alberto Torres, o que demonstra, de um modo geral, a adesão do sociólogo baiano à doutrina nacionalista daquele pensador.

Configurado, em linhas gerais, o diálogo mantido por Guerreiro Ramos com Alberto Torres, importa ressaltar que,

partem ambos os autores da mesma perspectiva, que vem a ser a construção da nacionalidade. Há que grifar, o sociólogo baiano incorpora da propositura torreana um conjunto de *traços singulares* da formação histórica brasileira, elementos que darão sustentação ao seu ideário nacionalista.

Guerreiro Ramos deteve-se nas análises da *evolução política* brasileira e nas *reformas institucionais*, em Oliveira Vianna e Alberto Torres, tema que, aliás, se repete nos dois autores.

Supomos que, desde o início dos anos cinqüenta, Guerreiro Ramos dirigiu sua atenção a duas obras de Oliveira Vianna, **Instituições Políticas Brasileiras**, publicada em 1949 e **Populações Meridionais do Brasil**, editada em 1920. Percorrendo os escritos do sociólogo baiano, constata-se que a evolução política brasileira, desde o período colonial até a República, foi compreendida à luz das reflexões do sociólogo fluminense. Percebe-se assim que, ao lado de Alberto Torres, Oliveira Vianna representou o ponto de partida para a formação intelectual de Guerreiro Ramos, cuja atenção estava voltada à reconstituição dos *traços sigulares da história nacional*.

Guerreiro Ramos principia por ressaltar que, no período colonial, a sociedade brasileira fora descrita por Oliveira Vianna como sendo uma sociedade assentada em núcleos

populacionais esparsos pelo interior rural do Brasil, onde a "rusticidade tropical" se fazia predominante. A "aristocracia territorial", representada por uma minoria política teria exercido as funções dirigentes, naquele período histórico, tendo por objetivo dar "forma aparente de nação" à sociedade brasileira, enquanto que o restante da população estaria votada "quase exclusivamente à vida vegetativa" (PNB,p.229). Transcrevendo Oliveira Vianna, o sociólogo baiano ressalta que, "no Brasil, dá-se (...) o fenômeno da vacuidade da vida pública, assim desprovida de sua matéria-prima". Ou ainda, "Quando vista objetivamente, a nossa vida política nos dá uma impressão de vacuidade (isto é, ausência do povo) - essa mesma vacuidade, que deixava em Nabuco um indefinível sentimento de desencanto e melancolia: de um 'combate com sombras'" (CPB,p.46).

Neste quadro, em que a tônica constante é o desinteresse popular pela vida política, dada a *passividade* do povo brasileiro, Guerreiro Ramos chama a atenção para o acerto das afirmações do sociólogo fluminense: "Esta tenuidade ou esta pouca densidade do nosso sentimento do interesse coletivo é que nos dá a razão científica do fato de que o interesse pessoal ou de família tenha, em nosso povo - no comportamento político dos nossos homens públicos - mais peso, mais força, mais importância *determinante*, em geral, do que as considerações do interesse coletivo ou nacional" (CPB,p.48), o que equivale a dizer que a aristocracia rural

seria dotada de atributos políticos e sociais *superiores* em relação aos outros grupos sociais. Oliveira Vianna, a quem interessou o estudo de nossa evolução política, teria indicado que, em nosso passado colonial, a aristocracia territorial, em função de sua *superioridade* em relação à população rural, estaria destinada a desempenhar as funções dirigentes da sociedade. O autor teria estudado *minuciosamente* o domínio político dos grupos oligárquicos, a *nobreza da terra*, demonstrando que, "Desse corpo eleitoral estavam excluídos taxativamente todos os peões; quer dizer: *a quase totalidade da população colonial*" (CPB,p.50). Referindo-se à incapacidade das camadas populares para a ação política, em virtude da própria heterogeneidade social, da ausência de sociabilidade e de tradições culturais, Oliveira Vianna, mais recentemente, segundo Guerreiro Ramos, teria afirmado em **Instituições Políticas Brasileiras** (1949) que, mesmo depois de decorrido um século, "Salvo uma pequena elite diminutíssima, o brasileiro, em geral, nunca consegue elevar-se, na sua atividade quotidiana e normal de cidadão e de homem político, à consciência e ao sentimento da sua comunidade nacional" (CPB,p.66). São frequentes as alusões à objetividade dos estudos de Oliveira Vianna sobre o passado colonial brasileiro, cujo pressuposto é a tese da *ausência do povo*, ou ausência de *povo eleitoral* nas palavras de Gilberto Amado, outro nome frequentemente invocado pelo sociólogo baiano. É de se notar, além dos autores em questão, Guerreiro Ramos busca respaldo em outros

que teriam defendido a tese do *país sem povo*, como por exemplo, Gilberto Amado, o padre Antonio Vieira, Silvio Romero, o francês Louis Couty (PNB,p.21).

Dentro do quadro analítico elaborado por Oliveira Vianna, para quem a reforma política "adequada ao Brasil teria de fundamentar-se num Executivo forte, parecendo-lhe de importância secundária o Poder Legislativo, na modalidade parlamentar" (AED,p.359).

Guerreiro Ramos irá recortar a crítica dirigida às *elites republicanas*, responsabilizadas por Vianna, pela implantação de *modelos estranhos* à realidade brasileira, referindo-se, evidentemente, ao ideário liberal do período republicano. Na perspectiva de Vianna, o estado liberal seria inadequado à particularidade do povo brasileiro, cuja *imaturidade política* não corresponderia ao caráter das instituições republicanas, apropriadas somente para os povos desenvolvidos. Assim sendo, Guerreiro Ramos afirma: "Nos métodos de ação social e política de nossas elites, desde a Independência até os tempos da República, Oliveira Vianna fez notar a incidência do que chamou de *idealismo utópico*" (CBAS,p.52), ou seja, a postura sonhadora dos políticos que, buscando resolver os problemas nacionais pela importação de modelos estrangeiros, não levariam em conta as particularidades da história brasileira. Segundo nosso autor, Oliveira Vianna teria denunciado a desconsideração

dos "elaboradores dos nossos códigos políticos" pelo "povo", a sua "economia interna", a sua "psique", buscando nas "jurisprudências estranhas", sua fonte de inspiração (AED,p.357). Em se tratando da relação povo e elite, o autor "vê, no País, duas culturas, uma dos letrados, (...), e que se constitui de critérios de julgamento, idéias e diretrizes, europeus e norte-americanos; e outra, de conteúdo popular, moldada pelo subconsciente coletivo" (AED,p.357-8), o que explicaria o divórcio existente entre as elites e o povo. Observe-se que, no que se refere à crítica de nossas elites, Guerreiro Ramos afirma ser o sociólogo fluminense "o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram entre nós" (ICSB,p.53), ressaltando nos seus trabalhos a crítica à "debilidade intelectual e/ou psicológica de nossas elites", acusando-as de "homens marginais", apontando o seu "complexo de inferioridade" em face da Europa. De **Populações Meridionais**, Guerreiro Ramos extrai a seguinte declaração: "<Em nosso povo, a organização política dos núcleos locais, feitoria ou arraial, não é posterior ou mesmo concomitante à sua organização social. É-lhes anterior. Nasce-lhes a população já debaixo das prescrições administrativas" (AED,p.400). Ao conceito de "idealismo utópico", Oliveira Vianna contrapõe o de "idealismo orgânico", raro entre nossos políticos e administradores, e que, "fundado na experiência" habilitaria a encontrar as soluções de nossos problemas, ajustados realisticamente às suas

particularidades" (AED,p.357). Oliveira Vianna atribui à *psicologia de nossas elites* os males advindos da importação de idéias e instituições, e, nesse particular, a perspectiva de Guerreiro Ramos exibe uma interpretação distinta, na medida em que explica a *psicologia coletiva do povo brasileiro* pelo caráter dual da formação histórico-social brasileira, salientando, ainda, que a psicologia de um povo se transforma sempre que se verifica um processo de mudança na fase de desenvolvimento para outro superior.

Constata-se, assim que, da leitura dos trabalhos de Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos retoma a analítica da evolução política brasileira, em particular o problema da *dispersão e do isolamento da população* pelo território *herdado do colonizador europeu.* Face ao problema da *desagregação nacional* os grupos sociais estariam impossibilitados de se articular para *constituir um povo.* O sociólogo baiano associa a problemática da *desagregação* à falta de um *mercado interno*, inexistente no período colonial, assim justificando a concepção da história colonial brasileira, em Oliveira Vianna. Reafirmando as conclusões do sociólogo fluminense, enfatiza que, um país desprovido de mercado interno, sem sistema nacional de transportes e comunicações não podia ter povo.

Em **O Problema Nacional do Brasil**, observa-se o empenho de Guerreiro Ramos para realçar o acerto das teses de Alberto

Torres sobre o *país sem povo*: "Fomos, até recentemente, um país sem povo. Esta categoria histórica - o povo - não se verifica senão a partir de determinadas condições que não existiam no Brasil, até data não muito remota" (p.228). Percebe-se assim que, a tese do *país sem povo* assume uma amplitude considerável na propositura ideológica de Guerreiro Ramos, de cuja utilização se serve para caracterizar a *sociedade colonial* tanto quanto o *surgimento do povo* caracterizaria a *sociedade moderna.* É interessante observar, o autor não nega jamais as análises dos fatos históricos do passado brasileiro retratados pelo pensamento conservador. Como já tivemos oportunidade de mencionar, Guerreiro Ramos busca estabelecer uma ponte de ligação entre o *pensamento conservador* e o movimento de idéias que marcou os anos 50 e 60 no Brasil, conhecido como o *pensamento isebiano.* Na tese das sociedades *sem história* encontra a justificativa do nacionalismo e do desenvolvimentismo, *ideologia dos povos que começam a fazer a sua própria história*, lutando pela emancipação nacional.

O ponto de partida para a construção do seu ideário nacionalista está embasado na premissa de que a nação brasileira estaria, na década de 1950, "historicamente madura e constituída" (CPB,p.66). Qual o significado desta afirmação? É decisivo para a concepção em exame, o fato de que a industrialização que vinha se realizando desde os anos 30 e a expansão de um *mercado interno* teriam originado uma

população obreira e uma *burguesia empreendedora*, cujos interesses estariam voltados para o consumo interno, "compondo a matriz de um verdadeiro povo" no Brasil. Quando o sociólogo se refere ao *povo*, este seria "o conjunto dos assalariados, dos que vivem do aluguel de sua força de trabalho". Nesse sentido, "na década de 1930, pela primeira vez, em nossa história social, os assalariados adquirem existência estatutária, como órgãos de natureza sindical, o Ministério do Trabalho e os diversos institutos de previdência" (CPB,p.34). Assim sendo, observa-se que, para Guerreiro Ramos, o surgimento do povo no cenário político brasileiro se dá como resultado da subsunção das classes trabalhadoras ao poder do Estado getulista através de suas instituições sindicais e previdenciárias. A luz desta concepção, o autor afirma que, "o Estado pode preceder à sociedade, exercendo, enquanto esta não se forma, o papel de sujeito do acontecer histórico-social como ocorreu no Brasil" (PNM,p.28). O tema das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros, no sentido de obterem melhores condições de vida e de salários, no período precedente aos anos 30 não é enfocado pelo autor em suas análises. O tratamento da questão social em Guerreiro Ramos não está balizada pelos conceitos de *classe social* e de *luta de classes* e, nesse sentido, ele próprio afirma que, "O povo é uma realidade social englobante que ultrapassa o âmbito exclusivo de toda classe. É constituido majoritariamente de trabalhadores, mas se compõe também de elementos oriundos de

outras classes e categorias" (PNB, p.244), participando de uma mesma *tradição* e da mesma *consciência coletiva de idéias e de fins*. De posse desse núcleo de concepções, evidencia-se a operação de diluição dos nexos de classe no todo social, visando a eliminação das contradições entre o capital e o trabalho, condição de possibilidade para que ele pudesse pensar na formação de uma sólida *aliança de classes* em defesa do *projeto da nação*, o qual deveria atender aos reclamos do processo de acumulação do capital na sociedade em transição para o capitalismo industrial. Em verdade, segundo o sociólogo, o povo dera a prova cabal de sua existência, principalmente nas eleições realizadas em 1950, cujo resultado foi a vitória de Getúlio Vargas, acontecimento histórico que apontava decisivamente, segundo ele, para as transformações da *consciência política popular*, já que o povo repudiara os "expedientes caudilhescos, oligárquicos e clientelísticos em nossa vida partidária" (PNB,p.229), fazendo impor sua vontade às urnas. A leitura dos trabalhos de Oliveira Vianna e de Alberto Torres já haviam indicado, como vimos, que o processo histórico brasileiro tivera como atores principais, grupos sociais minoritários exercendo de modo exclusivista, as funções dirigentes no Brasil no período anterior à 1930. Contudo, depois de 1930, em virtude da *expansão do mercado interno e do incremento da produção de bens de capital*, as relações de classe foram perdendo, gradualmente, o seu antigo caráter "difuso" (CPB,p.30), permitindo a ascenção do

"povo", o qual estaria "substituindo-se (...) àqueles grupos e classes no papel de principal ator do processo político" (PNB,p.229), decorre daí a necessidade de reformulação das instituições político-partidárias, como veremos mais adiante.

Sob este prisma, o Brasil de Oliveira Vianna, de Sílvio Romero, de Euclides da Cunha, de Alberto Torres - o Brasil agrário-exportador - a *antinação*, caracterizada pela "dispersão dos nossos aglomerados humanos", (PNB,p.22) - fora perdendo o seu antigo contorno graças às transformações verificadas na infra-estrutura econômica, seguidas pelas transformações sociais, políticas, culturais, dela decorrentes. Ancorado, portanto, em tal arcabouço político-ideológico e guiado pelo *método faseológico da história* (a fase relacionada com o conceito de evolução permitiria determinar as singularidades dentro da totalidade da nação que se industrializava, e, ao mesmo tempo, permitiria pensar o Brasil dentro do desenvolvimento histórico mundial), o autor assume que *o advento do povo* no Brasil expressaria a novidade mais radical daquele momento histórico (1950-1960). No seu entender, a *eleição de 1945* já teria revelado aspectos *inéditos* no sistema representativo brasileiro; sendo assim, "Trata-se de que naquela data, o povo no Brasil demonstra historicamente que existe, que não é mais aquela ficção jurídica de épocas decorridas" (CPB,p.31).

Registre-se que seu esforço no sentido de *preservar* os elementos críticos da tradição do pensamento conservador não significa a defesa romântica de volta ao passado. Tratava-se, ao contrário, de elaborar uma precisa ideologia, de cunho nacionalista e desenvolvimentista, que correspondesse àquela fase do desenvolvimento histórico-social do período de 1950 e 1960, refletindo a "realidade objetiva" daquele período em que se tornara *real* a sociedade brasileira, ou seja, momento que marcava a fundação da *sociedade civil*. Assim sendo, numa referência explícita às colocações de Oliveira Vianna sobre a antinomia entre o *país real* e o *país legal*, afirmava que "Estamos vivendo o momento real em que se tornou real a sociedade brasileira" (PNB,p.27). Nessa linha de raciocínio, a *razão científica* dos tempos de Oliveira Vianna, como vimos, era a "vacuidade das motivações coletivas", isto é, a ausência de participação política popular; todavia, no ideário de Guerreiro Ramos, a razão sociológica de sua época era a existência do povo no Brasil.

O autor busca sustentação para as suas teses nacionalistas nas manifestações políticas concretas verificadas no país. No seu entender, desde a década de 1930, o povo já projetava o momento de se tornar o efetivo suporte do poder, embora lhe faltasse a consciência desse fato, em parte pelas *deficiências institucionais do sistema representativo*, (PNB,p.220); todavia, com a vitória de *Getúlio Vargas*, em

1950, a de *Juscelino Kubitschek* em 1955 e de *Jânio Quadros* em 1960, era possível sustentar que, "Se, anteriormente, a nação era, no Brasil, ficção jurídica, eufemismo que escamoteava o caráter colonial de nossa existência, hoje ela começa a existir objetivamente" (**PNB**,p.22). Não seria esta temática uma atualização das propostas doutrinárias de Oliveira Vianna e de Alberto Torres, sob a roupagem modernizada do período nacionalista e desenvolvimentista?

Em **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira** (1957), o autor escreve: "Na medida em que, em nossos dias, surgem no Brasil as componentes objetivas da nação, que faltavam até há bem pouco, - o nacionalismo se torna verdadeiramente um fato sociológico" (p.33). Não será demasiado repetirmos que essas *componentes objetivas* referem-se ao mercado interno, ao intercâmbio econômico entre regiões antes dispersas, sistema de transportes, incorporação da população rural no circuito monetário.

Não obstante o nacionalismo estivesse presente em suas cogitações, desde o seu ingresso no *Grupo de Itatiaia*, em 1952, o esforço por nós empreendido até aqui, revelou a inexistência de um tratamento mais elaborado da ideologia nacionalista, na primeira metade da década de 50, ainda que tenhamos apreendido os indicativos de uma concepção em processo de gestação.

Numa conferência realizada em 1959, na Faculdade Nacional de Filosofia, e publicada em **O Problema Nacional do Brasil**, sob o título, *Princípios do Povo Brasileiro*, Guerreiro Ramos confere um tratamento mais sistemático à temática do nacionalismo, ainda que se mantenha num visível plano de generalização. Na justificação do seu projeto, o sociólogo baiano volta a afirmar que o *nacionalismo* vem a ser a reivindicação dos povos que não teriam conquistado plenamente a soberania nacional, o que pressupõe, na visão do autor, o esforço de toda a comunidade pela consolidação do desenvolvimento capitalista autônomo; consequentemente, o conteúdo do nacionalismo expressaria uma *ideologia revolucionária*, já que a autodeterminação nacional seria um atributo histórico adquirido mediante "luta, audácia e iniciativa" (PNB,p.225).

Portanto, constata-se, a partir dos seus escritos, que a preocupação com a ideologia nacionalista continua ocupando o centro de suas atenções, desfilando os mesmos elementos que compõem a trama interna da sua ideologia, acrescentando novos elementos que vão configurando o seu todo doutrinário.

Tenhamos presente também que, segundo o seu pensamento, na ausência de um sistema político e social próprio, *induzido do povo*, o Brasil não poderia cogitar de uma *organização racional* (programação e planejamento econômico) da sua produção industrial interna. No entender do sociólogo, a

economia brasileira apresentava os requisitos essenciais do chamado capitalismo nacional, diferentemente da maioria dos países da América Latina e da quase totalidade dos países afro-asiáticos, que estariam ainda por realizar a sua revolução política, estágio conquistado pelo Brasil em 1822.

Isto posto, não resta dúvida de que, na sua perspectiva, a consolidação do capitalismo nacional autônomo num país com as características acima descritas, é um problema essencialmente *político e secundariamente econômico*. Decorre daí que a concepção de nacionalismo em Guerreiro Ramos encontra sua justificativa na *racionalidade* a ser imprimida ao processo político e social do desenvolvimento, uma vez que este dependeria, em larga medida, do controle da programação e do planejamento estatal, envolvendo *decisões políticas*. Assim sendo, "O desenvolvimento econômico tende a ser visto cada vez mais à luz de uma teoria político-social cujo objetivo é orientar racionalmente a ação das coletividades na consecução de metas concretas de bem-estar" (PNB,p.184). Atente-se para o fato de que, nesta citação do autor, o uso da palavra "racional" não se refere à essência da razão, mas equivale à *racionalidade econômica*, de "caráter funcional" (PNB,p.186), ou seja, à elevação da produtividade do trabalho.

Partindo da premissa de que o Brasil teria "um estatuto de existência abaixo de suas potencialidades", embora navegasse

num "oceano de riquezas", era preciso, fundamentalmente, despertar politicamente as massas populares para a adesão ao projeto do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a ideologia do nacional-desenvolvimentista é concebida como um *meio* para que se pudesse consolidar a *revolução industrial* no Brasil naquele período determinado. É interessante observar que para o sociólogo, "A história humana ainda não começou propriamente, porque não foi atingido aquele nível de progresso material capaz de assegurar ao homem o pleno domínio e usufruto de seus dons, de sua força e da natureza" (**PNB**,p.254).

Diante do exposto até aqui, torna-se necessário nos determos por alguns instantes nos textos mais recentes publicados em **O Problema Nacional do Brasil**, em 1960, na medida em que fornecem as componentes do "verdadeiro nacionalismo" completando, assim, a malha interna do discurso do autor, em particular nos *Princípios do Povo Brasileiro*. É o que faremos a seguir.

2.2 - Nacionalismos e o "verdadeiro nacionalismo"

A leitura dos seus textos indicou que, no final da década de 1950 e início dos anos 60, Guerreiro Ramos dá prosseguimento

à tematização do nacionalismo, o que nos permite constatar que os primeiros anos da década de 50 foram os anos de gestação da ideologia nacionalista. Não obstante a característica de indeterminação manifesta em suas proposições, outros elementos aparecem agora (1960), de modo mais desenvolvido, permitindo-nos delinear os contornos da ideologia nacionalista e desenvolvimentista em seu ideário.

Pretendendo superar o significado histórico dos vários nacionalismos no Brasil, Guerreiro Ramos relega à meras "manifestações locais" os nacionalismos que antecederam a sua própria concepção. Buscando contrastar o "verdadeiro nacionalismo" com outras concepções que "impropriamente podem ser consideradas nacionalistas", cita como exemplo o "sentimento nativista expresso em documentos de nossa literatura desde a época colonial e, posteriormente, em nosso movimento romântico" (PPB,p.225), denominado *nativismo literário* ou a *tradição nativista*, que compreende o *modernismo de 1922* e o *regionalismo de 1930 em diante*.

Referindo-se à revolta do Maranhão, à *Guerra dos Emboabas* e à dos *Mascates*, à *revolta de Vila Rica* (1720), à *Inconfidência Mineira* (1789) e às lutas pela *Independência*, (1822), aponta para o *conteúdo político-emancipacionista* destas ocorrências. Segundo ele, após a Independência acentuou-se o *nacionalismo econômico*, cujas origens

remontavam à época colonial, e que visava "sanear o sistema econômico de seus obstáculos mais visiveis (...) o domínio do comércio pelos portugueses" (PNB,p.227).

Se o pensador baiano refuta a designação de "nacionalista" atribuida, por vezes, a esses episódios históricos, isto se dá porque *em nenhuma delas estava globalmente empenhada a Nação, ainda inexistente em sua realidade sociológica*, o que equivale a afirmar que o surgimento da nação ocorrera após a emergência politica das classes populares no período pós-revolução de 1930. Desde então, a nação brasileira vinha se organizando *espontaneamente*, sem uma "liderança lucidamente exercida pelos seus quadros dominantes" (PNB,p.245), o que se explicaria pela divisão interna da *classe dominante*; a *classe latifúndio-mercantil* e a *burguesia industrial*, resultando num vácuo a ser preenchido por uma classe verdadeiramente *dirigente* e esclarecida. Estes são elementos nodais do seu projeto nacionalista, no plano teórico e prático. Assim sendo, para dar consecução ao projeto, o sociólogo se vê às voltas com a formulação do "verdadeiro nacionalismo", base teórica que iria respaldar a vanguarda do movimento de libertação nacional.

O *verdadeiro nacionalismo* seria uma ciência e, na medida em que o autor não concebe a ciência enquanto valor universal absoluto, uma vez que a ciência seria por sua vez historicamente determinada, esta alcançaria a universalidade

possível em cada período histórico, e, nesse sentido, *os fatos* seriam "essencialmente provisórios em sua determinação concreta" (**PNB**,p.254). A luz do nacionalismo-ciência, o que parece final e definitivo, revela-se precário. O que parece universal, mostra-se particular. A humanidade vence a inércia do imobilismo a que levam as experiências felizes e descortina horizontes de novas possibilidades a serem efetivadas pelas iniciativas fundadoras" (**PNB**,p.254).

Na formulação de Guerreiro Ramos a ideologia nacionalista enquanto instrumento de libertação nacional, estaria dotada de atributos de *verdadeira ciência.* Sendo o nacionalismo uma bandeira de luta dos povos periféricos, expressaria um conteúdo *universalista*, sendo apenas um *meio* e não uma *finalidade*, perdendo a razão de ser quando fosse alcançado o seu objetivo primordial, ou seja, a consolidação do projeto do capitalismo autônomo.

É preciso observar o modo particular com que Guerreiro Ramos estabelece a relação entre nacionalismo e povos periféricos, e nacionalismo e povos desenvolvidos. Segundo o autor "É fácil compreender que, mais do que os povos desenvolvidos, os atuais povos periféricos são portadores do ponto-de-vista da comunidade humana universal". Para ele, o máximo de consciência universal estaria, naquele preciso momento histórico (1950-1960) "à disposição dos povos

periféricos e, por isso podem ter uma ciência mais avançada do que a dos povos metropolitanos" (PNB,p.254). A teoria sociológica brasileira projetava-se para Guerreiro Ramos como mais avançada, à epoca, que a sociologia norte-americana, uma vez que esta não poderia escrever as suas *Cartas Persas*, por não suportar *o exame dos fatores infra-estruturais que a condicionam* (RS,p. 135).

Toda a elaboração teórica, dizia Guerreiro Ramos, do sociólogo "mentalmente descolonizado" teria de estar fundamentada na *prática social*, condição para que se transformasse de consumidor a *produtor de novas idéias*. Afinal aos intelectuais *engajados* caberia levar o *esclarecimento* aos políticos e aos empresários, como já foi referido, dotando-os da consciência nacionalista.

A idéia recorrente do sociólogo baiano é a de que "O nacionalismo é essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios" (PNB,p.230) (40).

O surgimento do povo na cena política demarcava o momento

40. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista.** Vanilda P. Paiva, comenta o *princípio da indução:* "a idéia de que as instituições devem ser induzidas do povo e não determinadas por uma elite divorciada do povo, embora aparentemente progressista e embora efetivamente possa ganhar um conteúdo progressista, não floresceu à esquerda mas à direita. Os teóricos da dominação burguesa foram buscar no sufrágio universal a fonte de sua legitimidade: a indução foi levantada contra eles por aqueles que não aceitavam a ordem burguesa em nome da 'velha ordem'" pp.192-3.

decisivo da necessidade de mudanças político-institucionais, assim sendo a democracia representativa era a que melhor se adequava às novas necessidades do projeto do capitalismo autônomo; as instituições políticas deveriam traduzir "em termos institucionais as linhas de força da opinião eleitoral" (CPB,p.42). Ao que tudo indica as classes populares ofereceriam a legitimidade de que o Estado necessitava para a efetivação das reformas de caráter institucional requeridas na transição para a *sociedade moderna*, o que exigiria a *substituição das elites no poder*. Pelo que se pode depreender dos seus textos, todos os esforços deveriam estar voltados para a concretização do projeto do capitalismo autônomo.

Dialogando com Alberto Torres e Oliveira Vianna, o sociólogo estimava que "Nenhuma solução ideal para o problema organizacional no Brasil de hoje pode sair perfeita da cabeça do pensador isolado. Há de ser encontrada no choque de pontos-de-vista, das experiências e dos interesses e com a participação ativa das categorias sociais para as quais se destina" (CPB,p.86).

A ideologia nacionalista aparece com a feição de um *movimento democrático*, que aglutinaria em torno de si as diferentes classes sociais. Devendo ser dirigido por uma vanguarda esclarecida, representando a *miniatura do povo*, pregaria *soluções democráticas* para os problemas brasileiros

(PNB,p.248), desde que não ferissem o projeto do desenvolvimento. Se Guerreiro Ramos reivindica a formação de uma vanguarda, como de fato o faz é porque "o povo, como tal, entregue aos seus próprios impulsos espontâneos, pode perder as oportunidades que a história lhes oferece" (PNB,p.246).

Todavia, uma vanguarda no Brasil só poderia surgir contando com o apoio de um "dispositivo político fundamental, que a presente etapa de nossa vida coletiva está exigindo, a fim de que possamos ultimar nossa revolução nacional" (PNB,p.247). Aqui, o autor faz alusão a um *movimento emancipador popular*, formado por trabalhadores de diversas categorias, de empresários industriais, comerciais e agrícolas, técnicos , estudantes, militares, não colocando, entre eles, qualquer obstáculo a nível de seus interesses de classe específicos. Na sua visão, o nacionalismo estaria *acima das classes* nas condições históricas prevalecentes na sociedade brasileira marcada pelas sobrevivências da situação colonial, em suma, pelo subdesenvolvimento. O *movimento emancipador*, o qual já existiria de modo "disperso", se mostrava débil, todavia, na ausência da condução por parte de uma vanguarda nacionalista.

Atribuindo ao nacionalismo o caráter de *movimento de esquerda*, assim considerado por estar desvinculado das

forças retrógradas da sociedade brasileira, ou seja, a burguesia agrária e todos quanto se mostrassem contra a industrialização capitalista. Guerreiro Ramos postulava que "A direita é principalmente uma posição de compromisso com a tradição ou o *status quo* e, por isso, é restauradora ou imobilista. A esquerda é eminentemente uma posição de compromisso com uma possibilidade não efetivada no domínio social" (PNB,p.67), isto é, a *revolução nacional*.

O *movimento de emancipação nacional* (nacionalista) não deveria obedecer a nenhuma *Internacional*, isto é, "a nenhum comando mecânico proveniente do exterior" (PNB,p.247), declaração esta que se explica pela sua posição avessa ao *marxismo-leninismo*. Afirmava que, *o nacionalismo preconiza soluções nacionais para os problemas nacionais*.

Nesse contexto, o nacionalismo resume-se numa "política ideológica" para promover o desenvolvimento "global" da sociedade: "A atividade concreta dos povos periféricos é demiúrgica enquanto transforma o mundo e impulsiona a superar o seu modelo atual" (PNB,p.254). Discordando dos autores que negam a existência de sociologias nacionais, como por exemplo, Roger Bastide, Guerreiro Ramos afirma que esta negação é feita "em nome de um universalismo equivocado" (RS,p.133). É interessante notar, politicamente, o discurso do sociólogo aproxima o Brasil dos países africanos tendo como denominador comum que os une o

nacionalismo.

Percebe-se, através das várias indicações dadas anteriormente, que o *verdadeiro nacionalismo* sintetiza todas as suas convicções teóricas, políticas e ideológicas em torno do projeto do desenvolvimento nacional.

Em sua argumentação, não é difícil perceber que ele buscava uma equação para o problema da formação da consciência de classe a ser atribuida à vanguarda do movimento emancipador. Assim sendo, a quem caberia dirigir o processo político brasileiro? Essa colocação nos remete à questão do papel reservado às *classes sociais* no ideário nacionalista do autor.

Conferindo um tratamento genérico à questão das classes sociais, o sociólogo opta pela utilização da categoria de *povo*, em seu lugar, para explicar o caráter contraditório da transição para a "sociedade moderna". Se assim é, Guerreiro não desconhece o problema das relações de classe, simplesmente o desloca, privilegiando em seu lugar, o par conceitual *desenvolvimento e estagnação*, ou, o seu equivalente, *nação* e *anti-nação*, como sendo a contradição principal naquele momento histórico determinado, isto é, o conflito de interesses dentro dos setores burgueses.

Buscando estabelecer a distinção entre *classe dominante e*

classe dirigente, afirma que "Aqueles que foram levados por um processo vegetativo de crescimento ao centro de decisão da sociedade brasileira constituem a classe dominante". Entretanto o que define a classe dirigente "é a coincidência entre a sua compreensão subjetiva e o sentido objetivo imanente ao processo que a sustenta no poder" (PNB,p.25).

Após a *Revolução de 1930*, momento em que se processam transformações na estrutura de produção acarretando o surgimento de *nova categoria burguesa*, isto é, a burguesia industrial, além da emergência de uma classe trabalhadora, o autor revela serem os setores empresariais uma expressiva força econômica reunindo meios de "fazer valer esta força em termos de poder" (CPB,p.33), já que representavam os interesses gerais da economia brasileira.

Entretanto, a tardia formação da estrutura industrial brasileira, seria a principal responsável pela debilidade histórica da burguesia industrial, na medida em que esta não tivera tempo de "amadurecer ideologicamente", razão pela qual "ela subexerce e subutiliza" o poder que o processo de industrialização brasileiro lhe conferia naquele momento histórico (PNB,p.27). Assim sendo, "Ao começar a constituir-se, defronta-se com um proletariado institucionalizado, já portador de estatuto legal reconhecido (legislação trabalhista, sindicatos) o que resultaria numa sobreposição dos papéis históricos da *burguesia nacional e do*

proletariado. Não se deduza do que foi dito que o autor recusa a possibilidade de liderança da burguesia industrial. Ao contrário, apesar das "contradições" verificadas pelo sociólogo entre as diferentes frações burguesas, pois alguns setores defenderiam medidas desfavoráveis à economia do país, a maioria representante do setor "inovador", (pró-industrialização em bases nacionais), constituir-se-ia na vanguarda do processo econômico brasileiro. Nas palavras de Guerreiro Ramos: "Um grande papel, no quadro que delineamos, é reservado aos setores do meio *empresarial*". Vê-se aqui, portanto, que à indústria caberia, na fase de transição, "liderar as reivindicações do nosso nascente capitalismo" (PNB,p.215). Registre-se que o sociólogo não desvincula a indústria da agricultura, "a qual só eleva a produtividade quando pelo aumento de suas inversões, se integra no sistema capitalista de produção", tanto é que não existiria a "polaridade" entre agricultura e indústria (RS,p.162). Ao contrário, Guerreiro Ramos observa que na evolução política brasileira verifica-se uma *aliança entre os grandes proprietários de terras e os comerciantes.*

A *simultaneidade de fases* é, em larga medida, a principal responsável pela ausência de formação da consciência de classe, na medida em que "o latifúndio e seus beneficiários continuam vigorosos na mesma época em que está longe de ultimar-se a revolução comercial e se encontra em plena elaboração um parque industrial". Por outro lado, a

indústria brasileira teria surgido num momento em que o *capitalismo cêntrico*, já possuidor de parques manufatureiros estabelecidos, estava na fase de expansão capitalista, onde a penetração nos emergentes capitalismos se daria "sob a forma de colaboração econômica, financeira e técnica" (PNB,p.237), inibindo, desse modo, a formação da consciência de classe da burguesia industrial. Tudo isto sugere que, num capitalismo de origem recente, constituído pela reconversão da iniciativa de proprietários de latifúndios ou de grandes exportadores, a burguesia nacional, a qual inclui indústria, comércio e agricultura, não teria delineado claramente o papel que deveria assumir na condução do processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, afirma que "Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter a iniciativa de uma revolução nacional" (PNB,p.237), isto é, da reorganização do aparelho institucional do país.

Referindo-se à *classe média* no Brasil, o sociólogo afirma que o seu surgimento se dá no âmbito burocrático do serviço público e suas funções são exercidas por pessoas que *não manipulam diretamente a matéria*. Visando suprir a incapacidade do sistema produtivo, o Estado teria criado empregos em escala desproporcional às suas necessidades. Como pode ser depreendido dos textos do autor, ele distingue duas frações no interior da *classe média: o setor improdutivo*, assim considerado pela sua acomodação "às

situações parasitárias, teme e combate as inovações que necessariamente o desenvolvimento promove" e o *setor produtivo* representado por uma larga fração da classe média, a qual "esposa tendências progressistas e é aliada natural dos trabalhadores" (PNB,p.239), tanto que ela poderia exercer um "papel relevante na vanguarda de nossas lutas sociais" (PNB,p.238-9).

No que diz respeito ao *proletariado*, Guerreiro Ramos distingue a classe trabalhadora rural da urbana. Vejamos qual o peso efetivo atribuído a cada uma delas. Os trabalhadores do campo, por serem despojados da consciência de seus direitos civis, dadas as condições históricas da população rural, são manipuladas pelos setores retrógrados da burguesia nacional, "são contrapeso das lutas trabalhistas urbanas", arrefecendo essas lutas, tornando-se elemento obstaculizador do projeto do desenvolvimento nacional. Contudo, essa realidade seria transformada à medida que o *desenvolvimento* provocasse, em primeiro lugar, uma transformação à nível de sua consciência política, e, por outro lado, a transferência crescente para as cidades alteraria a correlação de forças na esfera política. Neste ponto, sustenta que "Em termos de psicologia coletiva e do ponto de vista brasileiro (leia-se nacionalista), os trabalhadores são hoje no Brasil a classe mais avançada, porque portadora de mais vigorosa consciência dos seus interesses do que as outras". Essas colocações assumem um

significado singular no ideário de Guerreiro Ramos, na medida em que, mesmo admitindo ideais específicos ao proletariado brasileiro, este exerceria duas funções precisas: transformar por meio da sua força de trabalho a realidade material do país, e, por outro lado, "oferecer os apoios de que carece o movimento emancipador no Brasil" (PNB,p.238).

Tendo por objetivo explícito a aceleração da consolidação do capitalismo nacional, Guerreiro Ramos reclama a ação interventora do Estado, "a agência mais alta a representar o interesse coletivo", ao qual caberia regular as operações econômicas (PNB, 195).

Embora afirme, reiteradas vezes, o amadurecimento político das massas populares para participarem da vida política brasileira, cremos que a participação política popular não vai muito além do *referendum* das urnas pelo voto universal. Parece não haver dúvida de que, o projeto nacionalista subentende o *povo eleitoralmente livre*, em que a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos (CPB,p.60). Essas colocações parecem não deixar dúvida quanto ao caráter *reformista* do projeto nacionalista de Guerreiro Ramos.

Fica claro por tudo o que foi dito até aqui, que o sociólogo baiano defende a centralização do poder nacional para dar

continuidade ao desenvolvimento autônomo, bem como a incorporação das massas populares no projeto nacionalista.

A seguir veremos qual o entendimento de Guerreiro Ramos da conjuntura política nacional nos anos 60 e quais as soluções propostas pela sua perspectiva.

Capítulo 3

O PROJETO POLITICISTA DE GUERREIRO RAMOS

A partir dos primeiros anos da década de 1960, a tematização da *cultura nacional*, em Guerreiro Ramos, vai cedendo lugar ao aprofundamento da análise da conjuntura política brasileira. Testemunhos disso são os artigos para o jornal **Última Hora**, redigidos na imediaticidade dos acontecimentos, onde o sociólogo baiano busca analisar os resultados das eleições de *3 de outubro de 1960*, que conduziram Jânio Quadros ao poder, contra o marechal Henrique Teixeira Lott, candidato que contou com o apoio das "forças nacionalistas" (41).

Para além dessas análises circunstanciais, está estampada em seu discurso político a reflexão sobre a *revolução nacional*, tema do livro **Mito e Verdade da Revolução Brasileira** (1963), onde o autor examina o fenômeno da *revolução* em geral, e da *revolução nacional*, em particular. No pensamento de Guerreiro Ramos, a *revolução burguesa* no Brasil se caracterizava por uma particularidade que se referia ao conflito entre "o esforço nativo de acumulação de capital e os titulares do latifúndio pré-capitalista, bem como do capital estrangeiro responsável pela exploração predatória

41. Os artigos sobre o *Panorama Político Contemporâneo* a que nos referimos foram publicados em **A Crise do Poder no Brasil**, Zahar, RJ.,1961.

de nossos recursos" (MVRB, p.191).

Ao examinar o processo histórico-social brasileiro, Guerreiro Ramos via que a expansão econômica no Brasil havia desencadeado grandes mudanças na estrutura econômica e social sob o impacto da *industrialização acelerada*. O processo de politização das massas urbanas substituira o fenômeno da "vacuidade da vida pública" dos tempos passados. Desse modo o aumento da participação do povo na política vinha provocando uma diferenciação ao nível da *consciência política* popular, originando um descompasso entre a *sociedade civil* e o *Estado*. Nesse sentido, a sociedade brasileira estaria em uma *fase* superior de sua evolução, pois, tendo superado o *amorfismo* da fase colonial estaria nos idos de sessenta, constituída de classes ou categorias sociais heterogêneas. Apesar de admitir a existência de classes sociais distintas na sociedade capitalista, Guerreiro Ramos não descarta o uso da categoria histórica de *povo* em nenhum momento, ao menos no período aqui considerado. Veremos na seqüência que o autor baiano insiste na necessidade de representação das diversas categorias sociais na esfera do poder ficando excluídas do seu discurso, todavia, as contradições sociais que poderiam ameaçar a desejada ordem social capitalista.

É interessante observar que a própria terminologia emprestada à fenomenologia e ao existencialismo, tão

marcantes em **A Redução Sociológica**, como vimos no capítulo 1 desta dissertação, parece distanciar-se do seu discurso neste outro momento. Porém, se a terminologia empregada anteriormente mudou, persistiu ainda a crença na viabilidade do projeto do *desenvolvimento independente*, não obstante Guerreiro Ramos percebesse e denunciasse a debilidade do movimento nacionalista, "menos reflexo da inconsistência psicológica dos seus líderes do que expressão de condições estruturais gerais da sociedade" (**CPB**,p.122). Na sua visão, as "forças nacionalistas" haviam comprometido seriamente o nacionalismo - *enquanto corrente de pensamento*, ao apoiarem a candidatura do marechal H. Teixeira Lott em 1960, em que pese ressaltar as qualidades pessoais do candidato.

Neste último capítulo, procederemos à reconstituição dos principais elementos configuradores do ideário político de Guerreiro Ramos, buscando traçar o quadro teórico que lhe dá sustentação. Busca-se, ainda, recuperar a crítica dirigida ao Governo Juscelino Kubitschek, bem como o "acerto de contas" com o *ISEB*, após o rompimento com aquela instituição. Nesse sentido, trata-se de considerar apenas os elementos que sirvam como referência delimitadora do seu universo político.

Acompanhemos mais de perto a "crítica revolucionária" feita por Guerreiro Ramos da *revolução brasileira*, a qual consistiu, principalmente, na crítica ao movimento

nacionalista e às elites dirigentes do processo político brasileiro. Não é difícil de se perceber que o seu projeto político-ideológico tem por objetivo definir uma estratégia do poder para assegurar a modernização do aparato político-administrativo, bem como promover o bem estar social da população.

3.1 - Nacionalismo e elites dirigentes

Manifestando "indignação" frente aos rumos tomados pelo *nacionalismo*, Guerreiro Ramos afirmava que no plano da economia, o Brasil estava *maduro* para fazer a sua *revolução burguesa*. Entretanto, esta não ocorrera em virtude da ausência das *condições subjetivas* da revolução, isto é, de *quadros* preparados para levar adiante a tarefa *revolucionária* para a qual o autor se declarava "lançado sem restrições" (Prefácio/CPB). Há que se enfatizar, o sociólogo baiano reivindicava uma ampla mobilização de massas como meio para atingir a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

Numa avaliação das possibilidades objetivas de projeção do Brasil a nível internacional, Guerreiro Ramos escreve em

1961, que o Brasil disporia de "todas as condições econômicas e políticas para tornar-se potência média mundial de primeira ordem". Mas, em decorrência da "inaptidão dos titulares das funções de comando da sociedade brasileira" (CPB,p.94), isto não se concretizara até aquele momento.

Guerreiro Ramos via que a estrutura econômica do país tinha perdido sua antiga uniformidade em virtude de estarem as atividades produtivas bastante diferenciadas com o novo incremento da produtividade do trabalho. O país deixara de ser *essencialmente agrícola* e ingressara na fase do *capitalismo nacional*, isto é, a produção se realizando através de recursos majoritariamente nacionais para atendimento prioritário do mercado interno. Observe-se que, para ele, a avaliação do grau de acumulação capitalista estava vinculada à escala em que se verificavam as *substituições das importações*, bem como o *reinvestimento de capital nas atividades ligadas ao mercado interno.*

Nessa direção, o sociólogo critica a política econômica do governo Juscelino Kubitschek nos seguintes termos: "A atual política econômica e financeira do Governo está caracterizada por um ostensivo desdém da capacidade produtiva interna e se baseia numa previsão e encorajamento de entradas de capital, de investimentos e de empréstimos externos em moldes tais que desestimulam a iniciativa nacional (dos empresários e do Estado) e restringem a

expressão soberana da nação" (PNB, p.233). Vejamos quais são as suas objeções em relação à *política econômica e financeira* de Juscelino Kubitschek nos dois pontos por ele realçados: desenvolvimento da produção interna e entrada de caapitais externos no país.

Já nos referimos às observações de Guerreiro Ramos relativamente à adoção de um *sistema político e social próprio*, naquele momento histórico determinado, como exigência para assegurar o pleno exercício da *soberania nacional*. Nesse sentido, para ele, a nação não poderia se tornar soberana caso não fosse realizado um esforço de acumulação interna de capital. E, no caso específico do Brasil, não obstante o país já dispusesse de recursos mínimos para assegurar o aumento da renda nacional *per capita*, o governo juscelinista parecia não atentar para o fato de que o *capital nacional* não é somente *capital físico* (dinheiro, equipamentos, bens de capital) sendo, principalmente, *capacidade econômica*, referindo-se aos recursos humanos disponíveis. Num país subdesenvolvido, como o Brasil, dizia ele, "existe grande margem de capacidade produtiva ociosa, existe subemprego ou desemprego disfarçado" (PNB,p.232), não somente na *agricultura* como também na *indústria*, resultantes de uma política econômica deficiente.

Sob a alegação de que havia escassez de capitais físicos, a

política econômica de J.K. justificava os pedidos de empréstimos e financiamentos externos debilitando, deste modo, a acumulação interna de capital. Além disso, para avaliar o grau do desenvolvimento nacional, "não importa simplesmente que a renda contabilizada do País cresça a uma taxa alta, mas é necessário que as camadas populares participem desse crescimento a fim de que o mercado possa acompanhar a expansão da capacidade produtiva" (CPB,p.120). Desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico no ideário em questão.

A condição do desenvolvimento nacional autônomo, no pensamento do autor, vem a ser o desenvolvimento das forças produtivas sob o controle do Estado nacional, como veremos adiante. Não é difícil de se perceber que resulta desta perspectiva nacionalista, a grande importância atribuída à questão da *programação nacional*, isto é, o modo de aplicação dos excedentes de produção. Para o pensador baiano, os problemas econômicos brasileiros não eram decorrentes da falta de recursos, mas da má distribuição dos recursos existentes. No seu entender, os projetos a serem executados deveriam estar baseados nos recursos internos sob o controle de *decisões governamentais* que, por sua vez, demandariam a substituição das atuais elites dirigentes por quadros representativos da sociedade civil ora constituída. De um modo geral, o autor estimava que as soluções para os obstáculos impostos ao desenvolvimento nacional dependeriam

basicamente de "decisões políticas" adequadas e, para isso era preciso recorrer a centralização do Estado, legitimado pelo povo, via eleições diretas. A centralização do *poder nacional* era a condição *sine qua non* para que se pudesse atribuir *racionalidade* ao desenvolvimento nacional. Um empreendimento econômico-ideológico, como um plano de metas, poderia mostrar-se eficaz, desde que controlado pelas "forças políticas dependendo de permanente consulta às correntes de opinião nacional" (PNB,p.192), o que implicaria a formação de "quadros habilitados para realizarem as tarefas teóricas e práticas que requer o desenvolvimento brasileiro" (PNB, p.234). É flagrante a limitação do autor no que tange a uma possível reforma do Estado, na medida em que não projeta uma solução orgânica para a sociedade brasileira e tem no *politicismo* o seu padrão político. Em outras palavras, o *politicismo* "Dissocia radicalmente instituição política de estrutura econômico-social e confere à primeira poderes indeterminados, ou quase isso, sobre a segunda. Mais ainda, sintetiza o conjunto da existência social a partir e através do político, dando à luz o fenômeno do politicismo, que não está cingido ao campo ideológico, mas, ao contrário, é resultante primeira da obra prática de sua dominação de classe" (42).

---

42. CHASIN, J. *A Esquerda e a Nova República*, in Ensaio. SP, 14 p.IV, 1985) Visto deste ângulo, é possível afirmar que a ilusão politicista, presente no pensamento de Guerreiro Ramos, vem a ser uma falácia, na medida em que desarma a própria crítica do *status quo* naquele momento.

Tendo como paradigma o *desenvolvimento nacional autônomo*, Guerreiro Ramos procura estabelecer a diferença entre as noções de *capacidade econômica* e de *capacidade política*; a capacidade econômica poderia ser transformada em *capital*, bastando para isso o recurso à organização das massas populares em torno do desenvolvimento. No seu entender, o recurso escasso no Brasil era justamente a *capacidade política*, principal requisito do desenvolvimento nacional, a fim de que pudesse transformar a poupança existente na coletividade em poupança real. Naquele momento (1960), a discussão sobre medidas econômicas ou financeiras eram estéreis, sendo preciso antes de mais nada sanar a distorção das funções do Estado com vistas à mobilização da "capacidade produtiva interna". Nessa linha de raciocínio, as *decisões políticas* deveriam sobrepujar quaisquer outras decisões frente às exigências do desenvolvimento nacional. "A capacidade política cria capacidade econômica" (PNB,p.208). No plano econômico a consolidação do capitalismo nacional dependeria da continuidade ou não da *substituição de importações e a neutralização do efeito expropriador dos capitais estrangeiros* (PNB,p.191).

É preciso, no entanto, detalharmos um pouco mais a segunda questão acima aludida, levando-se em conta a heterogeneidade das opções relativas ao capital estrangeiro para a consolidação do capitalismo nacional no interior do movimento nacionalista. Já foi mencionado que a posição de

cada autor frente à questão do capital estrangeiro originou exacerbada polêmica e até mesmo rompimentos, como foi o caso de Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e outros, o que determinou a saída do Iseb por parte daqueles em 1958.

Para o nosso autor, no que se refere ao *capital estrangeiro*, "o critério essencial a ser observado é o de que a remuneração deve ser estritamente proporcional aos efeitos internos que produz, bem como o de que não pode, por motivo de segurança, ocorrer em amplitude tal que se habilite a comandar as alavancas do sistema econômico" (PNB,p.195). Portanto, depreende-se do que foi dito que era preciso discriminar e não vetar a entrada dos *capitais externos* no país, de acordo com as prioridades a serem estabelecidas pelo Estado brasileiro. Assim sendo, o autor, conquanto imponha restrições substanciais ao *capital estrangeiro*, não o rechaça. Encarado desse modo, ao recorrer ao capital externo, era preciso ter em conta "critérios táticos e estratégicos, evitando-se expor a economia à pressão unilateral de um poder" (PNB,p.192). Todo o problema consistia em formular diretrizes de proteção à indústria nacional não estimulando a obsolescência, isto é, "o baixo rendimento dos processos de produção interna e o comodismo dos lucros fáceis de muito empresário brasileiro" (PNB,p.195).

Em suma, as críticas endereçadas aos nacionalistas e ao

Governo Juscelino Kubitschek, nos fins de 1959 e inicio dos anos 60, giravam em torno da politica econômica adotada pelo presidente: o descaso da capacidade produtiva interna e, por outro lado, o desenvolvimento associado aos capitais estrangeiros, a questão da ajuda externa ao pais, enfim, à subsunção do país periférico à órbita do imperialismo. Nas suas palavras, "Quanto mais o governo de um país subdesenvolvido depende da ajuda econômica de outro, mais se obriga a subordinar o seu desenvolvimento a diretrizes políticas externas" (PNB,p.233) (43).

Isto posto, Guerreiro Ramos salienta que os capitais internacionais controlados pelos trustes, de maneira geral, ao entrarem num país periférico, produzem nefastas conseqüências sociais e politicas, pois "afetam todo o sistema social e, principalmente, fazem politica, no sentido de assegurar cobertura institucional para os seus interesses, necessariamente anti-nacionais (...) Por exemplo, a Standard, em hipótese alguma, poderia dar, no terreno prático, uma solução econômica ao nosso problema do petróleo, conveniente aos interesses nacionais" (PNB.p.250).

---

43. Tecendo interessantes considerações sobre a consciência nacionalista, Vanilda Paiva afirma: "É por isso mesmo, como diria Guerreiro Ramos, consciência da duplicidade, da imitação, da heteronomia, da alienação; é, em conseqüência, consciência do imperialismo e do papel de 'proletariado externo' do mundo ocidental exercido pelas nações subdesenvolvidas. É, pois, consciência anticolonialista, antiimperialista". Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista, p.159.

Sabe-se que durante o governo Juscelino Kubitschek, houve ampla abertura aos investimentos estrangeiros, o que provocou uma radicalização nas posições de Guerreiro Ramos, flexionando cada vez mais o seu discurso contra a submissão do país aos centros hegemônicos, pois, como vimos, o autor perfilhava a ilusão social do capitalismo autônomo.

Em meio ao acalorado debate em torno do binômio *nacionalismo* versus *entreguismo*, escreve: "Muitos entreguistas objetivos são subjetivamente nacionalistas utópicos. Preconizam, por exemplo, um regime de portas abertas aos capitais estrangeiros, sem discriminação, acreditando sinceramente que sejam quais forem seus lucros, só desta maneira o País pode desenvolver-se" (PNB,p.249).

Nos anos sessenta, Guerreiro Ramos identifica o *nacionalismo desenvolvimentista* a um tipo de *desenvolvimentismo abstrato* ou de *entreguismo*. O autor baiano reconhece entre as tendências entreguistas, três tipos diferentes: o *entreguismo* de *indústria*, ao qual ele relaciona o "proveito pecuniário" de uma minoria de industriais não identificados com os *interesses gerais* da sociedade; o *entreguismo ingênuo*, o mais comum deles; e o *metódico*, de "pessoas que, adotando literalmente as categorias e conceitos da ciência social de países dominantes, sucumbem ao modo de ver que vicia tais conceitos e categorias" (CPB,p.125).O entreguista "Não acredita que o Brasil pode,

com os recursos internos, resolver os seus problemas e tende a considerar o desenvolvimento brasileiro essencialmente dependente da entrada de capitais estrangeiros e de ajuda externa" (CPB,p.124).

Na concepção de Guerreiro Ramos, o Estado deve preencher algumas funções essenciais, tais como estimular a expansão do mercado interno; corrigir os desequilíbrios entre setores da indústria e da agricultura; redistribuir de modo planejado os "fatores" entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Além disso, o Estado cumpriria um importante papel no controle dos benefícios "excessivos" dispensados ao setor estrangeiro da economia. Para além destas atribuições ao Estado nacional, o sociólogo projetava a reforma administrativa do país, no sentido de vinculá-lo às demandas da sociedade brasileira da década de 1960. Insistia, repetidas vezes, que uma *reforma política* tendo por objetivo corrigir a distorção das funções estatais era a tarefa urgente a ser realizada a fim de que se consolidasse o *desenvolvimento nacional autônomo.* O Estado é valorizado principalmente pela sua atuação "modernizadora" junto à sociedade civil. Era preciso garantir o governo contra todas as pressões que representassem ameaça às suas atividades como propulsor do desenvolvimento, resumindo enfaticamente que "A equação do desenvolvimento de um país como o Brasil não pode desenvolver-se sem a interferência do Estado" (ISN,p.45).

Tenhamos presente também que nos anos que se seguiram ao rompimento com o *ISEB* (1958), o sociólogo desenvolve uma alentada crítica a alguns dos ex-companheiros isebianos. A sua crítica recai, principalmente, sobre a debilidade da *direção política* da revolução nacional. Dessas críticas dirigidas ao movimento nacionalista desponta uma espécie de "acerto de contas" com o Instituto, onde Guerreiro Ramos deixa transparecer suas próprias convicções frente às questões relativas ao tipo de nacionalismo pretendido por ele, bem como às *elites do poder* na condução da revolução *democrático-burguesa*. O autor critica o *ISEB* na medida que, num primeiro momento, aquela instituição teria se transformado numa "agência eleitoreira", como veremos, e, num segundo, numa escola de "marxismo-leninismo". Em 1963 afirmou: "Cometi a enorme imprudência de dedicar-me ao trabalho de equacionamento sociológico dos problemas brasileiros, na perspectiva do desenvolvimento independente" (MVRB,p.10).

Apontando para o equívoco de terem os isebianos transformado o Instituto numa "agência eleitoreira", referindo-se à campanha feita com vistas a eleger o marechal Henrique Teixeira Lott para a presidência da República, o sociólogo julgava ser "uma insensatez formidável transformar o nacionalismo num comitê Lott" (CPB,p.123). Reconhecia, por outro lado, capacidade organizadora e revolucionária na figura de Osvaldo Aranha, pelo que este já havia

demonstrado no passado, ao conduzir Getúlio Vargas "à decisão revolucionária", referindo-se, evidentemente, à revolução de 30.

As divergências não pararam aí. Tendo Roland Corbisier se retirado do *ISEB*, onde exercia o cargo de diretor executivo, a fim de dedicar-se à política partidária, "um grupo de pecebistas e isebianos em aliança", segundo Guerreiro Ramos, teria escolhido para ocupar o cargo de direção do Instituto "um professor desse órgão que era funcionário da Light e revendedor da Shell, sob a alegação de que, tendo boas relações com a equipe do então novo Presidente da República, Sr. Jânio Quadros, poderia assegurar a sobrevivência da Instituição" (**MVRB**,p.11). Inconformado com tal escolha, Guerreiro Ramos mobilizou os estudantes ligados à UNE e, com a ajuda destes, conseguiu impedir que Cândido Mendes fosse eleito para a diretoria daquele Instituto.

Por fim, criticando tanto o nacionalismo quanto o comunismo, julgava ter o *ISEB* se transformado numa escola de "marxismo-leninismo". Assim sendo, "Nenhuma contemporização é possível com círculos que, em nome da revolução brasileira, petulantes e irresponsáveis, organizam rumores, injúrias e campanhas contra cidadãos válidos e insuspeitos, devotados às causas nacionais". Guerreiro Ramos refere-se ao fato de ter enfrentado uma "campanha sectária", quando de sua campanha eleitoral à Câmara Federal, em 1962, depois de ter

proclamado "a não-validade filosófica do marxismo-leninismo" (MVRB,p.13-14). Para o sociólogo "A subordinação do Partido Comunista do Brasil às diretrizes soviéticas, além de ser anacronismo do ponto de vista da realidade contemporânea do socialismo, freia a capacidade de seus militantes e impede essa agremiação de aplicar-se a fundo na defesa, em moldes nacionais genuínos, dos interesses da massa obreira" (CPB,p.106).

Desqualificando inteiramente o Partido Comunista do Brasil, não obstante reconhecer que era "a única organização partidária de esquerda no Brasil que dispõe de imprensa e quadros de militância organizados e disciplinados" (CPB,p.107), mesmo assim não estaria aquele partido habilitado a dirigir o processo revolucionário brasileiro. Além do que foi dito, no seu julgamento, desde que os "pecebistas" passaram a controlar o movimento nacionalista, este fora profundamente deturpado, "sendo atirado a lances temerários como a candidatura do Marechal Lott" (CPB,p.107) (44).

Antes de verificarmos quais as soluções propostas por Guerreiro Ramos para a crise política brasileira, faz-se necessário uma rápida incursão nos fundamentos teóricos que

44. Segundo Caio Navarro de Toledo, "Poder-se-ia, talvez, designar a terceira fase do Iseb aquela que acompanha o movimento político pelas Reformas de Base. A perspectiva nacionalista - decisiva no momento anterior - aqui se encontra, se não negada, pelo menos sensivelmente atenuada" (**Iseb: Fábrica de Ideologias**, p.189.

informam sua concepção de Estado. A questão do "poder nacional" é uma preocupação recorrente na produção teórica do autor (45).

3.2 - A Sociedade Política e sua composição

De acordo com o referencial teórico utilizado pelo autor, no trato das questões referentes ao "poder nacional", Guerreiro Ramos apoia-se em Max Weber, em particular no que se refere à distinção da composição do poder. Vejamos como o sociólogo baiano o define: "Independentemente da forma que assuma, todo poder implica relação em permanente mudança entre: 1) uma minoria que o exerce; 2) os que a apóiam; e 3) os que se lhe opõem embora a reconheçam e consintam no seu mandato. Quando a terceira camada nega esse reconhecimento e consentimento surge uma situação revolucionária" (CPB,p.23). Esta composição do poder é denominada pelo autor de *sociedade política.*

Cumpre-nos salientar que, relativamente à estrutura do *poder* em geral, Guerreiro Ramos aceita a distinção entre *centro* e

45. Acompanhando a evolução das formulações de Guerreiro Ramos através da leitura interna dos textos produzidos, no período considerado por este estudo, percebe-se que, quanto ao Estado, algumas questões nodais foram discutidas, em tese, em dois estudos, ainda do período isebiano: **A Dinâmica da Sociedade Política** (1956) e **As Condições Sociais do Poder Nacional** (1957), sendo retomadas, mais detalhadamente nas análises sobre a política nacional nos anos de 1960.

periferia. Nesse sentido, o *centro* seria conformador do complexo social, "a partir do qual uma classe ou grupo pode, como propõe Max Weber, pode "impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência dos outros" (MVRB,p.181).

Guerreiro Ramos define o *centro do poder* como sendo *"o conjunto de pessoas que exercem funções de alta essencialidade na condução dos negócios públicos"*, e, nesta acepção, "não se compõe apenas dos figurantes ostensivos do governo, inclui, também, e sobretudo, outros indivíduos mais resguardados da atenção pública" (MVRB,p.181) O autor refere-se ainda a Wright Mills, para quem a "elite do poder" é "'o grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio - bem como os modos de vida a que estes levam' (...). Para Guerreiro Ramos, "Sem esse corpo político, a sociedade está mutilada" (MVRB,p.182). Utilizando-se da categoria de *sociedade exposta*, o autor busca demonstrar a falência da minoria dominante, ao perder "a capacidade de resguardar o caráter secreto dos meios que utiliza, na manutenção de sua posição privilegiada, notadamente em virtude do ingresso de indivíduos na área esotérica do poder, contra a vontade dos poderosos" (MVRB,p.180).

O pensador baiano busca elementos na própria evolução política do Brasil para justificar sua posição frente à questão do *poder*, relembrando um momento da história

brasileira, em 1822 e nos anos que se seguiram à proclamação da Independência, quando "não faltaram estadistas que tiveram plena consciência de que sem centro político a nova nação estaria fadada a desintegrar-se" (MVRB,p.177).
Tentando captar a dinâmica das relações do *poder* no Brasil, Guerreiro Ramos salienta que a *periferia do poder* não deve ser entendida como totalmente *passiva*, tanto quanto o *centro* não é um todo homogêneo. Na sociedade brasileira era visível a pressão exercida, àquela época, pela vanguarda das camadas sociais situadas na *periferia* da esfera decisória no sentido de verem seus interesses representados no poder.

Nesta direção, afirma ser também possível que uma periferia do poder permaneça passiva em relação ao *centro*; isto ocorre, geralmente, quando "a classe dominante logra criar formas de organização social e de cultura de grande representatividade", ainda que representem momentos históricos fugazes, pois novos centros podem estar sendo gerados na periferia, por classes ou grupos em ascensão e que têm por objetivo implantar um novo padrão de convivência social (ICSB, 41).

Na perspectiva do autor, desde a *revolução de 1930* surgira uma nova composição social no poder, no seio da *minoria dirigente*, referindo-se ao empresariado criado com a industrialização, "expressivo como força econômica e, portanto apto a fazer valer esta força em termos de poder"

(CPB,p.33). A classe industrial vinha pressionando a burguesia agromercantil a aceitar um pacto politico, concretizado plenamente, a seu ver, com o *golpe de 1937* e os anos do *Estado Novo.*

Outro aspecto ligado ao *centro político* é realçado por Guerreiro Ramos, desta vez recorrendo a Maurice Duverger: "todo centro é dividido contra si mesmo e permanece cindido em duas metades: centro-esquerda e centro-direita. Uma fração do centro, por seus suportes objetivos, se transforma em sua esquerda e assim se alia às classes ascendentes no propósito de transformar qualitativamente o complexo social global. A outra fração se caracteriza mais nitidamente como conservadora ou reacionária (ICSB,p.41). Se o poder é inseparável de qualquer forma societária, afirma o sociólogo, "registram-se necessariamente relações de subordinação e superordenação, as quais deferenciam os que exercem o *poder* dos que lhe são submetidos". Seguindo esta trilha, Guerreiro Ramos alcança uma definição própria: "É o poder nacional o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país, de todos os elementos politicos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômico-social, o poder militar e as funções administrativas" (PNB,p.18).

Defendendo a centralização do *poder nacional* para dar continuidade ao desenvolvimento autônomo e à incorporação do "povo" no projeto, podemos apreender as principais

componentes da sua propositura política nacionalista, na qual ele articula a idéia de povo como base de sustentação política do projeto do desenvolvimento independente, a racionalidade produtiva e a eficiência político-administrativa do Estado. No quadro das colocações do autor põe-se, de modo inequívoco, a reorganização político-estatal para garantir o desenvolvimento capitalista industrial. A partir dessa perspectiva, ele defende irrestritamente a intervenção do Estado forte no domínio econômico, político e ideológico, sob a liderança da burguesia industrial, a qual contaria com o respaldo científico dos intelectuais. Portanto, Guerreiro Ramos mantém firmemente a proposta de modificação nos métodos políticos-partidários, a começar pela substituição do *clientelismo* pela *política de quadros*, como veremos a seguir.

3.3 - Política de quadros e política de elites

Tendo como parâmetro as modificações sociais e econômicas, as quais estariam transformando a fisionomia do Brasil, Guerreiro Ramos proclama a necessidade de substituição das antigas oligarquias presentes na esfera decisória do "poder"

e que ainda se utilizavam de métodos partidários clientelísticos, os quais eram incompatíveis e inadequados a uma sociedade que se modernizava, como era o caso do Brasil nos anos sessenta.

Toda a argumentação de Guerreiro Ramos gira em torno da renovação das *elites do poder* em função das novas exigências da sociedade civil: "A *política de elites* só tem eficácia durante e enquanto os interesses dos titulares eventuais do poder não perderem de todo o sentido social genérico. Se esse sentido desaparece, o processo social impõe organicamente a revocação desses titulares ou, pelo menos, o seu compromisso com novos titulares" (CPB,p.80). De sorte que a *política de quadros* seria a que melhor se adequaria a sociedade brasileira constituída de diferentes categorias sociais que estavam efetivamente *contribuindo ao esforço coletivo de criação de riqueza* (CPB,p.68).

Como alternativa de *poder* para o Brasil "real", Guerreiro Ramos reivindica a transferência da direção política às mãos de quadros dirigentes capazes de pôr em prática a *política ideológica*, isto é, uma política em que "a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos" (CPB,p.60), encerrando-se assim a antiga prática da *política de circulação de elites*. A seu ver, desde 1822 até 1960 - momento em que escrevia - devido às condições estruturais da sociedade brasileira,

esta conhecera somente a *política de elites*. Na sua concepção, "A elite é um círculo de cúpula, de formação por assim dizer aristocrática, visto que atua na presunção de que os governados não são capazes de exercer funções dirigentes ou políticas. Pelo seu preparo, pelos seus atributos essenciais, a elite se propõe missão tutelar" (CPB,p.69).

Buscando soluções para o que entendia ser o descompasso entre a *sociedade civil* e o *Estado*, num momento decisivo da história brasileira na década de 1960, em que "as soluções dos problemas emergentes são incompatíveis com o sentido conservador do exercício do poder..." (CPB,p.80), o sociólogo baiano propõe a *política de quadros*. É interessante notar que, apesar dessa sua crítica, a perspectiva de Guerreiro Ramos está presa à estrutura do conservantismo.

É sabido que a sua concepção de Estado dista muito da concepção marxista. Entretanto, o sociólogo baiano utiliza-se de autores tais como V. Lênin, Georg Lukács, Liu Shao-shi, como referenciais teóricos para formular a *política de quadros*, apesar de sua oposição ao que chama pensamento " marxista-leninista". Não será ocioso relembrarmos que os autores acima citados tematizavam para o proletariado, enquanto que a tematização do sociólogo baiano dirige-se ao *povo* e à *nação* brasileira.

O autor concebe o *quadro* como uma "formação democrática, visto que ordinariamente se constitui de pessoas cujas qualificações para o exercício de postos e tarefas são reveladas, aprimoradas e testadas no âmbito das agremiações a que pertencem" (CPB,p.79). No que se refere às *elites do poder*, estas estariam desprovidas de coordenação politica nos anos 60.

Defendendo a democracia parlamentar, o que contrasta com o pensamento de Lênin ou mesmo de Lukács, Guerreiro Ramos julgava que a indiferenciação partidária não refletia as características da sociedade civil brasileira no periodo considerado. A burguesia agro-exportadora deveria supostamente ceder espaço aos "grupos sociais ascendentes", isto é, a burguesia nacional industrial. A seu ver, a burguesia agrária mantinha um compromisso com o *status quo*, além de estar vinculada ao *capital estrangeiro*, e, conseqüentemente, interessava-lhe a conservação do *subdesenvolvimento brasileiro*,[46] pois este atendia aos seus interesses imediatos.

Por outro lado e diferentemente a burguesia industrial, concebia a história como *progresso, autodeterminação e liberdade*, adotando uma postura *crítica* em relação ao *status quo* (46).

---

46. *A Dinâmica da Sociedade Política*, Revista Brasileira de Estudos

Guerreiro Ramos atribuía uma grande importância à questão da organização do *partido de quadros*, como já foi referido, sendo a forma de "militância institucionalizada mais consentânea com a fase em que se acham constituídas as classes sociais..." (CPB,p.81). As categorias sociais anteriormente relegadas à *periferia do poder* desejavam estar representadas na área decisória do governo. O autor relembra que os "Partidos de elites eram as associações partidárias do regime monárquico. Suas débeis diferenças doutrinárias pouco ou nenhum efeito proselitista alcançavam na massa dos eleitores. Os pleitos exprimiam invariavelmente em seus resultados os desejos das facções ocasionalmente no poder (CPB,p.72). Evidentemente, o que se colocava naquele momento do desenvolvimento brasileiro, segundo a concepção em exame, era um esforço de organização de partidos de quadros, entre outras razões porque, a seu ver, sem organização "a massa do partido fica excluída do processo de deliberações, reduzida a legião de expectadores passivos" (CPB,p.81).

Discorrendo sobre a trajetória política do Brasil, Guerreiro Ramos entende que a *política de clã*, foi aquela vigente no Brasil colonial, seguindo-se a *política de oligarquia*, encarada como um estágio superior àquela que a antecede. Com a diversificação econômica do País e o surgimento das

---

Políticos, B.H., 1 (1), 1956. Assim sendo, a ela caberia o exercício das novas funções dirigentes, desde que respaldadas por uma "intelligentsia" *independente* e *militante*.

aglomerações urbanas, as oligarquias vão se enfraquecendo de modo progressivo criando as condições para o surgimento da *política populista.*

É provável que tenha sido Guerreiro Ramos o autor pioneiro a elaborar o *conceito de populismo* no Brasil. No seu entender, a *política populista* surge na República Velha mas domina efetivamente o período posterior ao Estado Novo. "O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar" (CPB,p.56).

Vejamos qual a justificativa encontrada pela sua perspectiva para explicar o advento do populismo. Vimos acima que o autor vincula a ideologia populista ao alvorecer da industrialização no Brasil. Nesse sentido, o "povo", era ainda portador de uma tímida consciência dos seus direitos, sendo um povo recém-egresso do campo e por isso desprovido de um "idioma ideológico", fato que os tornava "incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais por isso mesmo, não precisam ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras de ação". Guerreiro Ramos afirma constituírem expressão do populismo no Brasil "o varguismo, e em suas coordenadas movimentam-se até agora os líderes João Goulart, Jânio Quadros, Tenório Cavalcanti" (CPB,p.57).

Há que se notar, o sociólogo baiano chama a atenção para o fato de utilizar-se de "conceitos puros" para mostrar os momentos sucessivos da evolução política brasileira. Esclarece, entretanto, que ao surgir um novo tipo de política, isto não significa a extinção de tipos de política inferiores; ao contrário, estas freqüentemente continuam em pleno vigor em determinadas áreas do país.

Como para Guerreiro Ramos a *política ideológica* "é a exigência fundamental da presente fase do Brasil, em que se acham constituídas as diferentes classes sociais", a crise do sistema partidário denunciada por ele só poderia ser solucionada quando fossem superadas as antigas práticas oligárquicas e populistas.

Dentro desse quadro, vejamos quais as funções da organização nos *partidos de quadros.* Em primeiro lugar há que se *"conferir objetividade ao conhecimento dos fatos sociais em geral e dos acontecimentos políticos em particular"* (CPB,p.81). Decorre daí que a *organização* é um princípio metodológico, pois "Somente onde há prática (práxis) se verifica o conhecimento rigoroso dos fatos. A organização partidária, permitindo o que Lukács chama de 'mediação entre a teoria e a prática' e 'entre o homem e a História', assegura aos militantes, quadros e dirigentes emitirem pensamentos, diagnósticos ajustados a situações e problemas em pauta. Por outro lado, era preciso *elevar a massa à consciência global do processo;* isto significa que tendo os

quadros instrução e treino teórico, diferentemente dos partidos de elites, no partido de quadros as massas adquirem "o 'querer consciente', de que fala Lukács, a 'vontade consciente do conjunto', o impulso para dominar e dirigir a sociedade segundo o seu ponto de vista e seus interesses, impulso cuja legitimidade não é entendida como simples manifestação da vontade de poder, mas como imperativo de racionalidade mesma dos acontecimentos" (CPB,p.83). Decorrentemente, o autor via que a organização poderia *conferir caráter sistemático à ação partidária.* Ou seja, no entender de Guerreiro Ramos, a organização partidária, conferindo sistematicidade à ação dos militantes, "habilita-os a subordinar as lutas episódicas em que se empenham à estratégia geral de transformação da sociedade" (CPB,p.84). E, por fim, outra função importante da organização do sistema partidário é a de *contribuir para a superação da economia política pela política econômica, em outras palavras, pelas decisões políticas.* Nesse sentido, os militantes dos partidos de quadros deveriam clarificar a natureza da economia e, para ilustrar essa afirmação, chama a atenção para o problema da inflação que é "uma questão política e não problema abstrato de contabilidade. É o nome de uma briga continua entre categorias sociais" (CPB,p.85).

É possível afirmar que, para o autor, o problema central da *organização* partidária brasileira residiria no *enquadramento dos contingentes eleitorais nos diversos partidos, de acordo*

com as suas respectivas características sociais (CPB, p.78). Pensamos que essa visão em nada difere da atuação do Estado autocrático burguês, no sentido de controlar, em particular, a classe trabalhadora. Para o sociólogo baiano, uma política representativa não poderia ser descartada, na medida em que seria "preciso nuclear o poder de massas, a fim de que estas não ficassem "entregues ao espontaneísmo das manifestações de desespero" e, ao contrário, fossem "conduzidas para constituir os suportes de uma ação governamental progressista" (CPB,p.95), isto é, que atendesse aos interesses do desenvolvimento de um parque industrial que efetivamente exigia a regulamentação político-sindical para a consolidação do capitalismo nacional.

Os partidos políticos deveriam refletir os diferentes projetos das camadas sociais brasileiras, naquele período histórico-social, processo que poderia conduzir ao "pleno funcionamento dos regimes democráticos", fossem quais fossem "as suas modalidades" (MVRB,p.183). As categorias sociais agora diferenciadas, em virtude da divisão social do trabalho, a exemplo de "um operariado de dimensões consideráveis, que, mais de uma vez, tem-se mostrado apto a responder, com apoio ativo, às diretivas reformistas...", demandariam a criação de múltiplos mecanismos de representação popular.

Preocupado com a questão da *direção política* da revolução burguesa, Guerreiro Ramos propõe como estratégia política para conduzir o processo "revolucionário", a *Frente Parlamentar Nacionalista*, formada por "grupos renovadores no interior de nossos três grandes partidos, o PTB, o PSD e a UDN" (CPB,p.94). A seu ver, a reorganização político-partidária era o empreendimento a ser efetivado para dar consecução à revolução burguesa *em marcha.*

Temos assim que, no início dos anos 60, as formulações de Guerreiro Ramos são sempre concebidas em função do processo revolucionário em curso; "Nas últimas décadas é cada vez mais evidente que o Brasil está realizando sua revolução nacional, isto é, está adquirindo os requisitos materiais de verdadeira nação" (PNB, p.245).

Para enfrentar a questão da reorganização do sistema político brasileiro, Guerreiro Ramos empreende a análise sociológica do *Partido Trabalhista Brasileiro,* ao qual estava vinculado. Pretendia diagnosticar as *doenças infantis* desse partido, sempre dentro de uma crítica "construtiva", mesmo porque essa agremiação política, apesar das debilidades apontadas, seria o partido político escolhido pelo sociólogo baiano para estruturar politicamente as massas trabalhadoras, em particular pela sua trajetória junto às lutas dos trabalhadores. A seu ver, os males do trabalhismo brasileiro seriam: o *varguismo,* o *janguismo,* o

peleguismo e o *expertismo.*

Ainda que o *varguismo* seja caracterizado como sendo o culto a Getúlio Vargas, Guerreiro Ramos, herdeiro do getulismo, atribui um significado positivo a essa tendência, uma vez que "em seus dois períodos governamentais, de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954, dir-se-ia por tentativas e aproximações, logrou conduzir o País atendendo no justo limite aos seus imperativos de mudança". Enfatizando o "conteúdo progressista" presente naquele período, afirma que "esboçou-se um aparelho administrativo de intervenção estatal na economia, implantou-se o sistema de mérito, introduziram-se técnicas de racionalização nos serviços federais, elaborou-se uma legislação trabalhista, foi posto em vigor estatuto sindical englobando patrões e trabalhadores e, de Volta Redonda à Petrobrás, um conjunto de medidas foi efetivado tendo em vista a promoção do desenvolvimento econômico e social do País" (CPB,p.91). Contudo, segundo o autor, o *varguismo* não chegou a consubstanciar-se em uma *doutrina política.*

Quanto ao *janguismo*, define-o como uma "forma de seguidismo", na medida em que João Goulart seria o continuador da obra de Getúlio Vargas. Ainda que apresente Goulart como sendo um político dotado de habilidade de comunicação com as massas populares, invoca o seguinte diagnóstico: "Ou renova os seus processos de atuação

política, abandona o sistema de manipulações de cúpula partidária e sindical e empreende trabalho de base com o objetivo de nuclear em todo o País, mediante o PTB, efetivas forças populares à maneira do que, por exemplo faz Julião com as Ligas Camponesas, ou será superado pelos acontecimentos e verá declinar a sua influência" (CPB,p.92).

Considerando o *peleguismo* um "subproduto do varguismo", o sociólogo baiano declara que "seria surpreendente que tivéssemos um sindicalismo qualitativamente superior aos métodos de trabalho partidário que lhe são coetâneos: o varguismo e o janguismo". Numa postura de condescendência frente aos pelegos, no entanto, dizia que a habilidade do pelego "consiste em realizar um jogo de conciliações que permita atender esporadicamente às reivindicações dos trabalhadores, quando as dificuldades destes atingem o limite de tolerância, sem prejuízo da segurança ocasional do Governo". Caso não existissem os pelegos, afirma, "é provável que as massas estivessem ainda hoje expostas ao espontaneismo em suas lutas sociais (CPB,p.93).

Por fim, explicita o que entende por *expertismo, a doença infantil* mais recente do trabalhismo brasileiro. O aspecto a ser ressaltado nessa caracterização é o fato de que Guerreiro Ramos não aceita certas tentativas de se fazer, "de cima para baixo" o teórico de partido. Condenando esse procedimento esclarece que "o teórico de partido jamais

poderia ser um bacharel *ad hoc*..." A solução proposta pelo autor, para que se pudesse elaborar a teoria de um partido, residiria tão somente no exercício da luta interna. Nesse sentido, "somente a luta interna no PTB, assim entendida, logrará conjurar as doenças infantis de que padece e converter essa agremiação partidária à sua verdadeira missão de estruturar politicamente as aspirações do povo trabalhador no Brasil" (CPB,p.93).

A luta interna das agremiações políticas estaria declarada e se apresentava como uma necessidade fundamental da própria organização dos partidos e do processo político nacional. Para além do que foi dito, Guerreiro Ramos acreditava que a *luta interna* é o elemento que dá consistência ideológica e doutrinária aos partidos.

Assim sendo, afirma: "Eis por que a luta interna que se anuncia no PTB, de que são episódios as manifestações do Grupo Compacto (do qual era assessor político) e os pronunciamentos individuais de parlamentares como os deputados Nélson Omegna, Almino Afonso, Temperani Pereira, Bocaiúva Cunha, Osvaldo Lima e outros, constitui salutar indício" (CPB,p.93). Tendo em mente que a "direção política" da sociedade brasileira era a *questão-chave*, naquela ocasião via que a luta interna "vertebra o partido, dá-lhe consistência ideológica e doutrinária, permite-lhe incorporar nos seus quadros de militância os elementos mais

capazes, abre-os às influências populares e, portanto, dota-o de um quantum de força em cuja proporção logrará pressionar o Governo" (CPB,p.95).

Dentro deste contexto o que nos parece ser a debilidade desta proposta é a sua tentativa de pensar a reorganização da sociedade brasileira pela reforma meramente política e não na totalidade das relações sociais capitalistas. A nosso ver, ao buscar a renovação das elites dirigentes do país, isto é, reivindicando a transferência da direção política brasileira às mãos de uma burguesia moderna, mais sintonizada, portanto, com a "presente etapa" do desenvolvimento capitalista brasileiro, o autor deixa intocada a organização da produção que, segundo ele, atingira seu ponto de desenvolvimento adequado - a industrialização capitalista. O plano das reformas dirige-se às instituições políticas que deveriam ser aperfeiçoadas a partir da renovação das elites dirigentes. As massas trabalhadoras ou ao povo, caberia o papel de legitimação institucional desse processo, "limitando-se sua atuação ao *referendum* das urnas, pelo voto universal.

Não há como questionar o fato de que o seu interesse não tenha ultrapassado as implicações políticas da ordem industrial capitalista. É o quanto permite avançar a *racionalidade burguesa* dentro da qual se movia.

3.4 - A crise do poder e do sistema partidário

Nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 1960, disputadas por Jânio Quadros e seu principal opositor, o marechal Teixeira Lott, Guerreiro Ramos tece algumas considerações sobre as duas candidaturas. Nesse sentido, é necessário determo-nos um pouco mais nas análises do autor sobre a situação política nacional nos idos de 1960, buscando explicitar as soluções encontradas pela sua perspectiva naquele momento histórico-social determinado.

Frente ao quadro geral da sucessão presidencial, Guerreiro Ramos considerava falso o dilema "Jânio-Lott", pois ambos seriam apenas *líderes circunstanciais*. Em relação ao candidato Jânio da Silva Quadros, o sociólogo baiano afirma que "No plano nacional ele é, para consideráveis contingentes de eleitores, um político marcado por servidões que o contra-indicam à Presidência da República" (CPB,p.133). O autor referia-se, especificamente, às possíveis ligações do então candidato Jânio Quadros com a "plutocracia do café", por ser a maior inimiga do *controle cambial*, dado essencial do desenvolvimento independente, na concepção em exame. Quadros teria adotado um ideário nacionalista na campanha presidencial, relativamente aos

problemas nacionais, isto é, ao capital estrangeiro, à reforma agrária, à energia e aos recursos naturais; porém isto seria apenas *retórica*, no dizer de Guerreiro Ramos.

Em relação ao marechal Lott, tudo estaria a indicar que a sua candidatura o inclinaria ao *bonapartismo*. Vejamos o significado do bonapartismo, nas palavras do próprio autor: "O bonapartismo é um governo exercido à distância das forças políticas, desarticulado da dinâmica efetiva da sociedade política, é um governo cujo titular é *independente*, não se reconhece como funcionário dos interesses que o elegeram. Eleito o mandatário, passa a governar, aparentemente, por assim dizer, por sua cabeça, livre de servidões partidárias" (CPB,p.128). O que permite ao sociólogo fazer esta avaliação é o fato de que a candidatura Lott estava sendo erigida sem a participação dos vários setores políticos, uma vez que articulada no interior de "conchavos", preferencialmente militares.

A seu favor, Guerreiro Ramos declara ser o marechal "corajoso" no que diz respeito à defesa do controle cambial e dos recursos naturais, além de uma posição correta frente ao monopólio estatal do petróleo. Sustentáculo de Juscelino Kubitschek, em 1955, a ele aliaram-se as esquerdas, "inclusive a mais radical", referindo-se ao PCB (CPB,p.134).

De modo que, nesta avaliação, a qual precede as eleições de

3 de outubro de 1960, o pensador baiano sustenta que "o marechal Lott se qualifica de modo superior ao candidato Jânio" (CPB, p.127). Entretanto, como sabemos, a vitória foi conferida a Jânio Quadros, fato interpretado pelo nosso autor como evidência de uma *crise do poder* e do *sistema partidário no Brasil*. Sob essa perspectiva, Guerreiro Ramos toma o episódio concreto da vitória de Jânio Quadros como ponto de partida para fundamentar suas análises da *crise do poder* e da *organização partidária*.

O seu esforço no entendimento da conjuntura política brasileira dos anos 60 tem como um dos principais alicerces, o aparecimento do povo "como agente ativo do processo político" (CPB,p.46). Em nome do povo, o autor baiano proclama e justifica a tarefa de reformulação do Estado e das instituições políticas, sem perder de vista, porém, os interesses das "classes progressistas", isto é, da burguesia nacional industrial e de seus aliados no projeto do capitalismo nacional autônomo.

Parametrado pelos resultados eleitorais de 3 de outubro de 1960, Guerreiro Ramos chama a atenção para fatos importantes, como a vitória do ex-governador de São Paulo contra os apelos da "aliança nacionalista" (PSD-PTB), o que para ele demonstrava claramente a existência de *crise*. O autor aponta para o comportamento eleitoral do povo

comando partidário, fato que vinha ao encontro de suas formulações anteriores quanto à *maturidade do povo*, além de evidenciar o desajuste das *organizações político-partidárias* às novas exigências político-sociais postas pelo novo patamar industrial atingido pelo Brasil e que refletia na consciência política da população. No seu modo de ver, a *crise de representatividade dos partidos* era a matriz da crise política brasileira, na medida em que os partidos não estariam refletindo em "termos institucionais as linhas de força da opinião eleitoral" (CPB,p.42). As direções dos grandes partidos, o PSD, PTB e UDN, "não foram capazes de encaminhar a sucessão nos termos que lhe convinham" no pleito de 1960 (CPB,p.78). Contudo, segundo Guerreiro Ramos, o povo não havia renegado *o nacionalismo* e sim os que em seu nome tentavam impor o seu candidato, fazendo alusão ao *ISEB*.

Posteriormente, tendo como pano de fundo a crise política aberta com a "renúncia" de Jânio Quadros em 1961, o sociólogo baiano, participando ativamente do debate político nacional (o sociólogo era deputado federal pelo PTB e assessor político do Grupo Compacto dentro do partido), intensificado com a ocorrência da "renúncia" do presidente, afirma que o curto período em que este governara o país poderia ser caracterizado como *bonapartista*. Isto porque o presidente tentara governar "acima dos partidos", chegando a declarar ter feito "um governo sem donos e sem

influências" (CPB,p.78). Tudo isso iria convergir para que Guerreiro Ramos concluísse que "o *Estado de partidos*, que Kelsen proclamava ser a essência do regime democrático" (CPB,p.78), estava "suspenso" no Brasil na primeira metade da década de 1960.

Nesse mesmo período, Guerreiro Ramos acusava os partidos políticos brasileiros por não apresentarem programas concretos referidos a "situações efetivas", e, seguindo essa linha de raciocínio, apontava para a urgente necessidade da *organização* das agremiações partidárias, a fim de que estas pudessem apresentar programas específicos tornando-se, desse modo, "ideologicamente idôneos com os seus associados e simpatizantes no plano teórico e prático" e, ainda, eliminar, "o subjetivismo de seus dirigentes, subjetivismo que, nestes dias, é uma das causas principais do apartidarismo crescente das massas, ou, em outras palavras, da inconstância e debilidade do voto partidário" (CPB,p.86).

Posto isto, compreende-se que o autor defendia a tese de que a "mudança de conteúdo da sociedade brasileira, expressa no elevado nível de discernimento que atingiram recentemente as massas no Brasil" (CPB,p.89), referindo-se à classe média em formação e ao proletariado, estava exigindo urgentes alterações no aspecto da representatividade partidária.

No que se refere à revolução democrático-burguesa, em Mito e

Verdade da Revolução Brasileira, está registrado que "revolução é o movimento subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalisão de classes, em nome de interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários" (MVRB,p.30). Para ele, a substituição das antigas oligarquias pela burguesia industrial na direção política da nova *sociedade moderna e industrial* atenderia aos "interesses gerais" da sociedade como um todo. Trata-se, portanto, de um projeto reformista ou uma "revolução pelo alto", questão já desdobrada anteriormente na Introdução a este estudo.

Contudo, em 1963, diante do impasse a que chegou o processo de acumulação capitalista no Brasil, Guerreiro Ramos desenvolve algumas considerações sobre o aguçamento das tensões políticas nacionais, registrando que "O Brasil nunca foi um país tão internacionalizado como em nossos dias. Forças externas interferem hoje nas esferas decisórias da sociedade brasileira, aí impondo o critério dos seus interesses, e assim condicionando o curso dos acontecimentos, como ainda ditam, por mil modos diretos e indiretos, grosseiros e sutis, a maneira de ver a realidade nacional" (MVRB,p.175).

A sua investigação pretende escapar à importação de experiências "alienígenas", como já sabemos, e alcançar uma fórmula política "induzida" da realidade brasileira. Isto porque, segundo ele, na "extrema direita", o tipo de diagnóstico das dificuldades nacionais estaria subsumido a financiamentos externos, seja de jornais, revistas, pesquisas, emissoras de rádio e televisão, resultando, por conseqüência, em diagnósticos condizentes com os interesses externos. Por outro lado, a "esquerda", na sua defesa de categorias e pontos de vista "em avançada senilidade como o marxismo-leninismo," dizia ele, interpretava a realidade brasileira à luz dos modelos soviético, chinês ou cubano. Nessa linha, o autor postulava uma interpretação sociológica da política brasileira oposta àquela pretendida, seja pelo governo J.K., como já foi referido anteriormente, seja pelos que o sucederam.

Para interpretar o agravamento da *crise do poder* no Brasil, que como sabemos culmina com a instauração de um golpe militar em 1964, impondo intensa repressão política ao país, o pensador baiano utiliza-se da categoria de *sociedade exposta*, o que significa uma fragmentação no *centro do poder*. Julgava que o Governo brasileiro estava conduzindo seus dirigentes "ao ponto morto entre as tendências em choque" (MVRB,p.181), em vez de expor abertamente os antagonismos em que se encontravam as forças políticas brasileiras, tentando enfrentar e solucionar os problemas

que afligiam a nação brasileira.

A preocupação que orienta sua perspectiva nesse momento refere-se às *elites do poder* e, nesse sentido, sustenta que "o Brasil é um país em orfandade política" (MVRB,p.182), dada a vacilação reinante entre o grupo no exercício do poder. E, aqui, o autor retorna à mesma crítica à liderança do processo brasileiro que, como vimos, era um problema que dizia respeito à *coordenação* no nível da liderança do processo emancipador.

A noção de revolução enquanto "reorganização institucional" é retomada, e, é preciso enfatizar, esta não ultrapassa os limites de uma *revolução dentro da ordem*. Contudo, todo processo revolucionário implica um quadro de possibilidades objetivas e, nesse sentido, com muita lucidez, o pensador baiano declara que "A revolução brasileira não é um processo exterior à subjetividade do corpo político que pretende representá-la, mas é afetado por ausências e presenças, omissões e atos. Ela tem o seu quadro de probabilidades, entre as quais se encontra o aborto" (MVRB,p.188). Parafraseando Theophilo Ottoni, Guerreiro Ramos indagava-se sobre a possibilidade de estar o país vivendo um momento revolucionário, ou ao contrário, uma "jornada de otários". Esta expressão refere-se a "todos que imaginam que a revolução brasileira só poderá efetivar-se mediante a internacionalização do país" (MVRB,p.188), o que

dista muito de sua proposta ideológica nacionalista.

Em suma, a crise brasileira, pouco antes do golpe de Estado de 1964, é encarada principalmente, como sendo uma crise no *centro do poder*, devido à inexistência de um *corpo político* organizado e consciente do papel a desempenhar. Na análise sobre as condições do poder no Brasil, no período em que João Goulart exerceu a presidência do país, Guerreiro Ramos aponta para a inexistência de um *centro configurador*, o que teria agravado a crise do poder no Brasil. "A anarquia é um estado social fecundo, do ponto de vista revolucionário. Mas na ausência de capaz e idônea organização revolucionária, a anarquia reinante hoje no Brasil pode conduzi-lo à modalidade de colapso econômico, social e político, de que a Argentina é imagem viva" (MVRB,p.188).

Naquele período histórico-social, Guerreiro Ramos assume uma posição progressista em relação às *reformas de base*, que apesar de não contrariarem os limites da ordem burguesa, efetivamente entraram em choque com os interesses do capital atrófico e do capital financeiro internacional. No seu entender, seriam "necessárias alterações no pacto do poder", que possibilitassem decisões conseqüentes do Estado, mediante as quais se efetivassem as chamadas reformas de base, sem as quais o desenvolvimento do País não pode prosseguir" (MVRB,p.191).

Há que se anotar que as *reformas de base* propostas no dia 12 de julho de 1962, pelo Primeiro-Ministro Francisco Brochado da Rocha, indicado pelo então Presidente Goulart, compreendiam: "a) medidas de emergência; b) medidas relevantes. As de emergência compreendiam: 1) eliminar a desorganização no abastecimento; combater a inflação; erradicar o analfabetismo; ampliar o mercado de trabalho; 2) criar condições para o controle permanente do processo inflacionário e o aumento da eficiência da administração pública; 3) indicar o processo da reforma agrária. As medidas relevantes compreendiam: 1) medidas para o combate à inflação; 2) reforma tributária; 3) reforma administrativa; 4) reforma agrária; 5) reforma cambial; 6) reforma bancária; 7) código de telecomunicações; 8) controle da remessa de lucros para o exterior; 9) eliminação dos abusos do poder econômico; 10) reformulação da política de comércio exterior; 11) nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos controladas pelos capitais estrangeiros; 12) institucionalizar o planejamento econômico e social" (47).

Na última avaliação da *revolução brasileira*, na qual Guerreiro Ramos pode ainda manifestar claramente suas concepções políticas, a observação sobre a revolução nacional dizia que esta era apenas uma "idéia força" e não

---

47. VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de Base e a Política Nacionalista do Desenvolvimento - de Getúlio a Jango**, p. 127.

um "processo político orgânico". Nesse sentido, "A atual crise brasileira, malgrado os seus efeitos deteriorantes no domínio econômico, financeiro e social, até agora não gerou polarizações agudas que permitam surgir um movimento revolucionário adulto do ponto de vista da organização, da ideologia e da liderança" (MVRB,p.191). Assim sendo, dizia que "os revolucionários podem ter êxito como personalidades isoladas, mas não como expressão de um comando da revolução, nacionalmente unificado" (MVRB,p.191). De certo modo, a contra-revolução burguesa mostrou este comando unificado, que desmontou em poucos dias uma resistência popular organizada.

Num certo sentido, como apontou Renato Ortiz (48) mostrando a inadequação do conceito de "fábrica de ideologias" para o conjunto dos intelectuais isebianos, cabe assinalar, aqui, que o projeto nacionalista de Guerreiro Ramos, em nenhum momento foi suposto da ideologia posta em prática pelo governo J.K., como vimos na crítica do sociólogo baiano à internacionalização da economia brasileira, ainda que o *ISEB* fosse um órgão estatal. E sua oposição às formas autocráticas e sua tentativa de uma economia nacional que pudesse devolver ao mercado amplas massas dos destituídos e o resgate da cidadania política a elas, demonstram que o seu itinerário entrava em choque com os desmandos promovidos

---

48. Renato ORTIZ, **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**, Editora Brasiliense, 1985.

pela própria burguesia brasileira associada ao capital internacional.

No seu entender, as relações entre as frações de classe no Brasil eram marcadas pela *ambigüidade* e não pela *polaridade política e social*, como no caso das revoluções russa, chinesa ou a cubana, ou mesmo daquelas ocorridas no continente africano. Sob esse ângulo, dizia que "Enquanto durar essa ambigüidade, é inútil esperar que a revolução aconteça como peripécia de uma brigada; os cavaleiros não virão ao encontro dos que os esperam no obelisco da Avenida Rio Branco" (MVRB,p.185).

Não obstante a veemência que caracteriza o seu discurso, a posição política de Guerreiro Ramos não ultrapassa uma revolução de tipo socialista, pois assumiu uma postura de oposição teórica e prática ao projeto que ele denominou "marxista-leninista", além de ter buscado as raízes constituintes do seu nacionalismo no pensamento conservador brasileiro, como vimos no segundo capítulo desta dissertação.

Diante do "choque" sofrido com a notícia da cassação dos seus direitos políticos, em pronunciamento feito na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 1964, Guerreiro Ramos solicita "informação à Casa Militar da Presidência da República sobre as razões que levaram o Comando

Revolucionário a suspender os seus direitos políticos" (49). Diante da mudança de situação ocorrida no país a partir de 1964 e frente à ausência de um espaço antes reservado às liberdades democráticas, bem como à atuação da intelectualidade brasileira na política nacional, Guerreiro Ramos dedica-se exclusivamente à vida acadêmica, nos Estados Unidos, até o fim de seus dias.

---

49. *Apêndice - Projetos e Pronnunciamentos feitos na Câmara dos Deputados (Ago. 1963/Abr.1964.* In R. Adm Públ. Rio de Janeiro 17(2): 163-176 abr/jun.1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstituídos os momentos essenciais do discurso de Guerreiro Ramos e demarcado o universo conceitual em que se move o autor, temos, já evidenciados, os principais elementos que compõem a sua visão do mundo. O itinerário aqui seguido buscou respeitar as articulações internas do objeto investigado, procedimento tal que teve por objetivo não inscrever, aprioristicamente, o discurso do sociólogo baiano dentro de determinadas classificações do pensamento social.

Retomaremos, sumariamente, os principais aspectos da concepção do autor, visando reter os núcleos essenciais de suas formulações. Cientes de que alcançamos apenas uma primeira aproximação do objeto estudado, fica registrada a necessidade de futuros desdobramentos, a fim de delinear concretamente a sua gênese histórica e a função social que desempenhou na realidade brasileira.

A argumentação de Guerreiro Ramos caminhou, como vimos, da crítica ao padrão do trabalho científico vigente nos anos de 1950, propondo um novo referencial sociológico para as ciências sociais no Brasil, até a contundente acusação da

postura subalterna dos intelectuais brasileiros em relação à cultura estrangeira. Inegavelmente, sua capacidade de questionar os aspectos institucionais da ordem salta à primeira vista.

A elaboração de uma sociologia nacional é encarada como tarefa do intelectual engajado e que vive num país periférico. Nesse sentido, a sua sociologia nacionalista inclui a dimensão política. Não se opondo à prática das transplantações, Guerreiro Ramos aceita a contribuição das categorias da ciência universal. Ao propor o método da *redução sociológica*, o autor tem em vista a adaptação das categorias da ciência estrangeira à singularidade brasileira. O intelectual baiano enfrenta, assim, uma problemática concreta relativamente à *falta de identidade nacional*, não obstante perceba esta questão topicamente, em uma de suas dimensões que é, como vimos, a cultural. Sendo a história brasileira caracterizada pela ausência de uma burguesia nacional que, enquanto classe dirigente, estivesse capacitada a instaurar um projeto nacional que rompesse com os obstáculos do subdesenvolvimento, Guerreiro Ramos propõe o engajamento de uma intelectualidade que tivesse como função o "esclarecimento" das possibilidades virtuais presentes no processo brasileiro.

A produção intelectual do sociólogo baiano estaria ancorada nas condições históricas do subdesenvolvimento brasileiro.

Guerreiro Ramos encontrou na problemática dos processos de industrialização, urbanização e na presença do mercado interno a justificativa para a construção da consciência crítica e do nacionalismo, que estariam sendo gestados na "nova sociedade" que ele acreditava estar se autonomizando. Defendeu o desenvolvimento capitalista autônomo como sendo a única possibilidade de se ver constituída a nação e o povo brasileiro.

O projeto do desenvolvimento autônomo visava, internamente, a soberania nacional e o controle do efeito expropriador dos capitais estrangeiros; externamente, defendia uma posição de não-alinhamento e a ruptura com o colonialismo. Tendo em vista o desenvolvimento econômico, enfatizava o incremento da produtividade e a substituição de importações. Entretanto, as preocupações de Guerreiro Ramos estiveram voltadas mais especificamente à esfera da política; ele defendeu a necessidade de criação de uma vanguarda nacionalista para dirigir o processo de industrialização. Acreditava que uma vanguarda nacionalista, formada por homens públicos esclarecidos, dotados de capacidade e honestidade, poderia dirigir o processo de "modernização" brasileiro. Nos anos 60, estes políticos, em grande parte, estariam reunidos na Frente Parlamentar Nacionalista.

A ideologia nacionalista visaria atribuir a racionalidade aos políticos e administradores públicos. Por outro lado,

exerceria a função de arregimentação das massas populares em torno do projeto do desenvolvimento nacional, de modo que esta representasse uma arma de luta dos povos periféricos contra o colonialismo; daí considerá-la revolucionária. Travou um combate ideológico contra tudo aquilo que representasse um entrave ao desenvolvimento em bases nacionais.

A concepção evolucionista da história faria com que Guerreiro Ramos percebesse o seu projeto como sendo revolucionário, na medida em que o desenvolvimento capitalista operasse uma mudança de fase para outra superior. Na sua perspectiva, o povo, guiado pela ideologia nacionalista, mediante a aplicação racional de sua capacidade produtiva, poderia consolidar o desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse sentido, a teorização científica buscaria a compreensão *global da sociedade* e, portanto, estaria imune de qualquer *sectarismo*, pois visaria os interesses da nação e não a justificação de uma ou outra classe social.

Quanto à crise política brasileira, no período aqui considerado, a proposta de Guerreiro Ramos não iria além da substituição das antigas elites no poder, da reformulação dos partidos políticos, da centralização do poder público, defendendo a democracia parlamentar e a participação das camadas populares no processo político brasileiro, o que

denominaria, a "parlamentarização do regime". Há que se notar, este era o eixo político do Grupo Compacto, seguimento democrático do PTB, ao qual pertencia.

Guerreiro Ramos criticou a *política econômica* de Juscelino Kubitschek, o *bonapartismo* de Jânio Quadros e o governo de João Goulart pela *orfandade política* a que relegara a nação, dentro da conceituação de ***crise do poder.*** Nesse sentido, a década de 60 era caracterizada por ele, essencialmente, como sendo de crise das instituições políticas.

Ao dividir os povos em *universalistas* e *nacionalistas*, Guerreiro Ramos subentenderia dois pólos em oposição: o desenvolvido e o subdesenvolvido. Partindo de tal pressuposto, acreditaria na possibilidade da reprodução integral do padrão do capitalismo metropolitano no país periférico.

Ainda que nossa intenção esteja restrita a uma expressão singular no interior do *ISEB*, parece-nos que a designação "fábrica de ideologias" seria inadequada para o caso específico de Guerreiro Ramos. Tentamos por em evidência que o autor não promoveu, nem de longe, uma ruptura ideológica com a ordem do capital; no entanto seria absurdo reduzir o pensamento do autor à ideologia dominante, seja no que diz respeito às concepções norteadoras do governo Juscelino Kubitschek, e, muito menos, como suporte ideológico da

autocracia burguesa que se instaurou a partir de 1964. Dito de outro modo, o pensador baiano configuraria, essencialmente, para a superação da *crise do poder* uma *democracia parlamentar*, que incorporasse as camadas populares no processo político brasileiro. Em que pese as suas debilidades teórico-ideológicas, Guerreiro Ramos embebiu-se de idéias que pudessem destronar a *modernização excludente* do capitalismo brasileiro. A debilidade deste discurso expressa, assim, a própria impossibilidade concreta da implantação do desenvolvimento capitalista autônomo, considerada a forma particular de entificação capitalista no Brasil, ou seja, a sua constituição hipertardia e subordinada ao capital hegemônico.

BIBLIOGRAFIA

A - OBRAS DO AUTOR

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo: Prefácio a uma Sociologia Nacional.** Rio de Janeiro, Est. Artes Graf. C. Mendes Júnior, 1954.

_____. **Ideologias e Segurança Nacional.** Rio de Janeiro, ISEB, 1957.

_____ et Alii. **Introdução aos Problemas do Brasil.** Rio de Janeiro, ISEB, 1956.

_____. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro, Andes, 1957.

_____. **A Redução Sociológica** (Introdução ao Estudo da Razão Sociológica). Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

_____. **La Reducion Sociológica.** México, 1959.

_____. **O Problema Nacional do Brasil.** Rio de Janeiro, Saga, 1960.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A Crise do Poder no Brasil. (Problemas da Revolução Nacional Brasileira). Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

_____. Mito e Verdade da Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.

_____. Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

_____. A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica. 2ª ed. corrigida e aumentada, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.

_____. Administração e Estratégia do Desenvolvimento: Elementos de uma Sociologia Especial da Administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.

_____. A Nova Ciência das Organizaçães, uma Reconceituação da Riqueza das Naçães. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.

B - OBRAS DE OUTROS AUTORES

ABENDROTH, W. et Alii. **Conversando com Luckács.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças Sociais na América Latina.** São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969.

_____. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes.** Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____. **Nota sobre o Estado Atual dos Estudos sobre Dependência** (Notas sobre Estados e Dependência). São Paulo, CEBRAP, 1973.

_____ & FALLETO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** (Ensaio de Interpretação Sociológica). Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

CARDOSO, Míriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil JK - JQ.** 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CHASIN, J. "Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade", in: **Nova Escrita/Ensaio**, nº 9. São Paulo, Ed. Escrita, 1982.

_____. O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

CHAUI, Marilena. O que é Ideologia? São Paulo, Brasiliense, 1981. Col. "Primeiros Passos".

_____. Seminários. São Paulo, Brasiliense, 1982.

_____. Cultura e Democracia. São Paulo, Moderna, 1981.

_____. Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

COSTA, Luiz Flávio. Nacionalismo e Alianças Politicas (1954 - 1958). Campinas, UNICAMP, 1956. Dissertação de Mestrado.

COSTA, J. Cruz. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

COVRE, Maria de Lourdes M. A Fala dos Homens (Análise do Pensamento Tecnocrático 1964-1981. São Paulo, Brasiliense, 1983.

DEBRUN, Michel. **Ideologia e Realidade.** Rio de Janeiro, ISEB, 1959.

DECCA, Edgar de. **O Silêncio dos Vencidos** (Memória, História e Revolução). 5ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.

DREIFUSS, Renée A. **1964: A Conquista do Estado.** Petrópolis, Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente.** 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **A Ditadura em Questão.** São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil.** 3ª ed., Rio de Janeiro, Biblioteca de Ciências Sociais/Zahar, 1981.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho & CHAUÍ, Marilena. "O Tempo das Ilusões", in: **Ideologia e Mobilização Popular.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 9ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1969.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. **A Construção Interrompida**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GOLDMANN, Lucien. **Dialéctica e Ciências Humanas**. Lisboa, Presença, 1973. 3 v.

_____. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo, 3ª ed., Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. **El Hombre y lo Absoluto**. Barcelona, Península, 1968.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.

HOBSBAWN, E. **Rebeldes Primitivos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

IANNI, Octavio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

_____. **Modelos Políticos Brasileiros**. São Paulo, Brasiliense, 1978. Col. "Tudo é História", nº 2.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

LAFER, Celso. "O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas", in: LAFER, Betty Mindlin (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo, Perspectiva, 1970.

LENINE, V I. **Sobre os Direitos das Nações à Autodeterminação**. Lisboa, Avante, 1978.

LÖWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

LUKACS, Georg. **História y Consciencia de Clase**. México, Grijalbo, 1969.

LUKACS, Georg. El Asalto a la Rason. 3ª ed., Barcelona, Grijalbo, 1972.

_____. Per l'Ontologia dell'Essere Sociale. Roma, Riuniti, 1976, v. I e 1981, vs. II e III.

_____. "As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem", in: Revista Temas de Ciências Humanas, nº 4. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

LIPPI, L. Oliveira. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização no Brasil. 2ª ed., São Paulo, Alfa µmega, 1975.

MANNHEIM, Karl. Mannheim. (Org. Marialice M. Foracchi; seleção e revisão técnica de Florestan Fernandes). São Paulo, Otica, 1982.

MARANHÃO, Ricardo. O Governo de Juscelino Kubitschek. São Paulo, Brasiliense, 1981. Col. "Tudo é História".

_____. "O Estado e a Política Populista no Brasil (1945-1964)", in: FAUSTO, Bóris (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, 10, III, v.3.

MARSON, Adalberto. A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1982.

_____. Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. São Paulo, Abril Cultural, 1974. Col. "Os Pensadores", v. XXXV.

_____. Teses contra Feuerbach. São Paulo, Abril Cultural, 1974. Col. "Os Pensadores", v. XXXV.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1974. Col. "Os Pensadores", v. XXXV.

_____ & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec, 1984.

MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MOTTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo, Otica, 1978.

MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. Rio de Janeiro/São Paulo, Polis/Vozes, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes/CEBRP, 1981.

_____. Economia da Dependência Imperfeita. São Paulo, Brasiliense, 1975. Seleções CEBRAP 1.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de et Alii. Discursos. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Ideologia Nacional. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira. Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

PÉCAUT, Daniel. Os Intelectuais e a Política no Brasil (Entre o Povo e a Nação). São Paulo, Otica, 1990.

PEREIRA, Luiz et Alii. Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. São Paulo, Pioneira, 1971.

PINTO, Álvaro Vieira. Consciência e Realidade Nacional. Rio de Janeiro, ISEB, 1960. 2 v.

POULANTZAS, Nicos. Estado, Poder e Socialismo. Trad. Rita Lima. São Paulo, Graal, 1981.

PRADO JR., Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1966.

RAGO FILHO, A. Crítica Romântica à Miséria Brasileira: O Integralismo de Gustavo Barroso. São Paulo, PUC, 1989. Mimeo.

RODRIGO, Lídia Maria. O Nacionalismo no Pensamento Filosófico. Aventuras e Desventuras do Nacionalismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1988.

ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: Nacionalismo e Terceiro Mundo. São Paulo, Cortez, 1990.

SANTOS, Theotônio dos. Conceito de Classes Sociais. Petrópolis, Vozes, 1982.

SANTOS, Theotônio dos. La Crisis de la Teoria del Desarollo y las Relaciones de Dependencia en America Latina. Apud JAGUARIBE, H. et Alii. La Dependencia Politico-Económica de America Latina. Mexico, Siglo Ventiuno, 1970.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1971.

SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e Intr.). O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos do Nosso Tempo". Brasília, Biblioteca do Pensamento Político Republicano/Ed. UnB, s/d.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro, Avenir, 1978.

_____. Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro. 2ª ed., Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

SOUZA, M. C. Campello. Estado e Sistema Partidário no Brasil. São Paulo, USP, 1976.

TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo, Otica, 1977.

VAISMAN, Ester. **O Problema da Ideologia na Ontologia de G. Lukács.** João Pessoa, U.F.Paraíba, 1986. Dissertação de Mestrado.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Pensamento Industrialista em Roberto Simonsen.** São Paulo, USP, 1987. Dissertação de Mestrado.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na Política Brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. "Nota sobre a 'Teoria da Dependência': Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?", in: **Estudos, 1.** São Paulo, CEBRAP, 1971.

ZEITLIN, J. **Ideologia y Teoria Sociológica.** Buenos Aires, Amorrortu Ed., 1968.